

LIÇÕES DA PRÁTICA DA
RENDA BÁSICA



**I WANT YOU
GRINGO!**

MARCUS BRANCAGLIONE

Lições da prática da Renda Básica

MARCUS BRANCAGLIONE

© 2017 Marcus Brancaglione.

Este trabalho e todo seu conteúdo está licenciado sob a
Licença RobinRight.

Para ver uma cópia desta licença,
visite <https://www.recivitas.org/licenca-robinright>

Autor: Marcus Brancaglione

Revisão e organização: Bruna Augusto

Revisão: Pedro Theodoro dos Santos

Capa: Julia Cristofi

Sumário

Lições da prática da Renda Básica.....	2
Parte I.....	11
Discurso Revolucionário pela Renda Básica Incondicional no Goetheanum	12
Organização Pelos Povos Unidos	12
Da Revolução da Renda Básica EcoLibertária	20
Da Liberdade Propriedade e Identidade	30
Carta Para A Semana Da Renda Básica Europeia.....	41
Você é a Favor de uma Renda Básica Nacional?	44
Proposta Ao Seasteading Para Os Refugiados	47
Introdução:	47
Da Renda.....	48
Da propriedade.....	49
Do Estado de Paz e Justiça.....	51
Renda Básica e os Refugiados no Brasil.....	53
Da Renda básica	53
Refugiados.....	57
Não-Brancos do Mundo Uni-vos	66

Titulo da noticia Da BBC: Por que a Finlândia quer pagar um salário mínimo a todos.	72
Da Renda Básica Não-Governamental À EcoLibertária	76
Parte II	83
Renda Básica Revolucionária	84
Parte III	100
Impeachment? Só? Quero Democracia Direta e Econômica	101
Democracia Direta e Renda Básica	115
Democracias Econômicas em Repúblicas Libertárias	120
Capitalismo	120
Escravidão.....	123
Livre Mercado	126
Controle Social	131
Democracia Econômica.....	135
Repúblicas Libertárias	139
Renda Básica Não-Governamental: Porque não? E como?	143
Como? Os Fundos de Investimento na Renda Básica.....	144
Renda Básica? Por quê?	151

Fundos de Desenvolvimento Social Não-Governamentais	163
Parte IV	169
Trechos selecionados do Relatório Analítico da Experiência de Renda Básica Garantida em Quatinga Velho	169
Conclusões Experimentais	170
Contratualismo	171
Parcerias Intersetoriais	172
Metodologia	173
Fins não justificam Meios	173
Small is Beatifull	174
Fundos de Sustentabilidade	175
Autodeterminação	175
Abolição da Discriminação	176
Pedagogia da Liberdade	177
Empoderamento	178
Educação pela Ação	179
Pedagogia da Inspiração	180
Aprendizado	181

Assistência Social	182
Financiamento	182
Execução	183
Autodeterminação Comunitária	183
Coesão comunitária	185
Prioridades	185
Consumismo	186
Custo de Vida	186
Democracia Econômica	187
Confiança-Reciprocidade	188
Moral	188
Perspectiva de Futuro	189
Comunidades Cívicas	190
Estratégias Evolutivas	190
Capital Social	191
Democracia versus Populismo	191
Comunidades Democráticas	192
Informação	193
Investindo em Pessoas	194

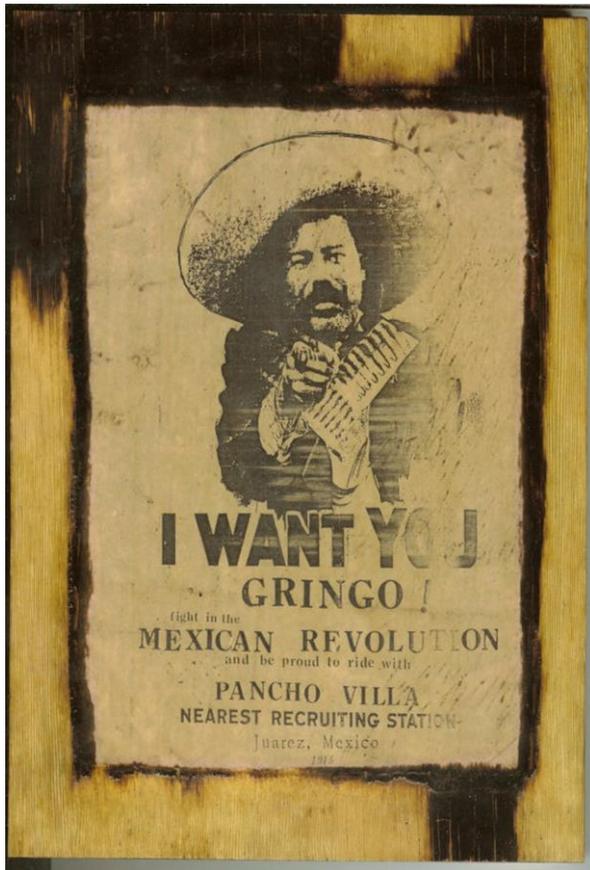
Quantidade versus regularidade	194
Preguiça	195
Medo e Preconceito do Poder Público	196
Assistencialismo	197
Clientelismo	197
Microempreendedorismo	198
Economias Solidárias	199
Bancos de Renda básica Garantida	200
Tecnologias Sociais	201
Interesse Pecuniário	201
Focalização pelo Valor	202
Núcleos Comunitários	203
Economias de Renda básica	203
Conscientização	204
Quanto?	205
Projeto-Piloto Independente	206
Renda Básica Equitativa	207
Plataforma para a Inovação	208
Coerência	209

Transparência	210
Give Directy	211
Liberdade de Comunhão	212
PARTE V	213
Ⓐ RobinRight: Uma licença de Propriedade Intelectual inspirada na Renda Básica	214
Piratas sim, Corsários Nunca!.....	214
Seasteading	221
v: Governe-se! Programa e códigos de democracia direta para seus desenvolvedores	227

Para meus filhos e meu amor

PARTE I

A PALAVRA COMO ATO REVOLUCIONÁRIO



DISCURSO REVOLUCIONÁRIO PELA RENDA BÁSICA INCONDICIONAL NO GOETHEANUM

ORGANIZAÇÃO PELOS POVOS UNIDOS

Meu nome é Marcus Brancaglione. Para quem não me conhece a única razão para estar aqui falando hoje é por que fui junto com Bruna Pereira responsável pela realização do projeto-piloto da renda básica em Quatinga Velho (2008-2014). Uma experiência bem sucedida em todos os sentidos. Menos em um: não era para ter acabado. Sem modéstia um projeto tão minúsculo quanto revolucionário.

Porém, tão importante quanto o projeto foram as chances como esta de não só de falar sobre o projeto, mas ser ouvido. O que é muito mais difícil. E aqui foi, senão uma das primeiras uma das mais marcantes inclusive para nós. Obrigado.

E eis que estamos de novo. Mas não só para agradecer, ou só falar mais do projeto. Mas também para retribuir aqui e agora propostas fundamentadas em nossa experiência independente para este que entendemos (ser em todos os sentidos) o momento certo da renda básica na Europa.

Por isso, desta vez viemos trazer algo além do testemunho da transformação da renda básica – até porque isto faz parte da nossa história de vida e jamais nos furtaremos de compartilhar. Viemos com proposta que representam nossa nova visão de mundo, muito dela aprendida nesta experiência. Venho como discurso que não tenho vergonha de dizer que é

pretensiosamente revolucionário. Até porque a vergonha perante o que se supõe normal não cabe para quem quer mudar nada. Talvez não sejam as ideias mais revolucionárias que o mundo precisa, mas é o mais sincero, corajoso e revolucionário discurso que eu consigo dar. E que sei que não poderia fazer menos.

É por esta razão que antes de mais nada, quero fazer a vocês a pergunta que um dia me fiz quando abandonei a universidade de filosofia para me dedicar a pequenos ações sociais. Pergunta esta que agora para escrever estas palavras volto a me fazer:

Até que ponto as ideias e ideais postos em palavras podem transformar o mundo?

É evidente que a palavra nunca deixa de ser ato, mas a pergunta é: até onde este ato pode ser tão revolucionário quanto uma experiência?

Creio que hoje seja o ato como palavra seja o ato como movimento ou ação social, o seu poder libertador e revolucionário está na capacidade não apenas de provocar a sentidos, ou promover a capacidade de auto-significação ou co-significação dos seres inteligentes, mas despertar sua sensibilidade, algo que não está restrito a apelos emocionais ou morais, algo que não está restrito a meros fenômenos psicológicos ou comportamentais, mas que envolve fenômenos criativos e transcendentais que compõe aquilo que em geral chamamos por espírito, mas a que eu prefiro identificar como a

força geradora de cada vida e sua forma em particular a qual identifico como a força de vontade pura materializada. E quando digo materializada não falo apenas da parte cognoscível aos nossos sentidos, mas ao todo que compõe o ser em sua liberdade e autonomia não apartada mas em rede.

A experiência pessoal é sempre reveladora, empoderadora. Mas somente enquanto relação com o outro. E a palavra e o signo não deixam de ser parte de tal vivencia. Por isso acredito que os discursos fazem parte das revoluções do mundo e palavras podem ser muito mais inspiradoras e revolucionárias que muitas ações ordinárias do cotidiano, desde que enquanto ato esteja cheias de significado.

Creio então que a palavra pode muito enquanto ato revolucionário principalmente quando estabelece a comunicação harmônica entre os intelectos com vontade de ser, estas forças repletas de vontade para mudar o mundo. Especialmente onde elas mais precisam ser mudadas. E eu pergunto quem conhecendo o lugar onde vive, não acredita ou um dia acreditou que ele precisava ser mudado? Ou quem em sua consciência hoje não acredita que não precise mudar em alguma coisa em favor do nosso mundo?

Porém porque não apenas evoluirmos enquanto humanidade, porque temos esta necessidade de constantemente nos reinventarmos e revolucionarmos?

Porque onde há coisas que precisam especialmente onde elas devem ser mudadas não podemos ser ingênuos: há pessoas querendo e ganhando com a imobilidade e a desgraça alheia. A gente literalmente investindo em ignorância para pobreza não apenas material, mas de espírito. Cerceando o desenvolvimento natural.

Se há algo que descobri com a experiência da renda básica é que ela é profundamente ecológica, precisamos fazer muito esforço para que ela aconteça porque precisamos fazer muito esforço para reparar tudo o que fazemos sistematicamente de errado com o desenvolvimento humano e natural. Se conseguíssemos simplesmente parar de destruir nossa natureza não apenas ambiental, mas humana o entendimento das necessidades do mínimo vital seriam reconhecidos com a mesma facilidade que as pessoas precisam de ar, luz, água ou terras para viver – e notem que até sobre estas coisas tão capitais estamos todos ficando cada vez mais em todos os sentidos alienados.

Logo onde há alienados, há alienadores. E que não só farão de tudo para que as coisas não mudem. Farão qualquer coisa para que não se fale abertamente sobre a natureza do seu mal, porque esses males do poder que carecem da ignorância e pobreza para se perpetuar, carecem mais do controle dos meios de comunicação, carecem do controle dos meios vitais e ambientais.

Hoje não tenho mais ilusões quanto a renda básica ou a preservação da natureza, ou a renaturação do desenvolvimento cosmopolita da humanidade, todo esse movimento é mais do que evolutivo ele é quântico, é feito de saltos históricos, é revolucionário. O discurso revolucionário não é palestra de autoajuda, não é politicamente correto nem tradicional, é libertário. A palavra que não incomoda, a palavra de amor a liberdade e ao conhecimento que não desperta a ira não só quem não sabe, não quer saber e tem raiva de quem sabe, mas sobretudo que quer contar também aos outros o pouco que aprendeu não é libertária nem muito revolucionária.

Falar sobre a revolução da liberdade é necessariamente falar sobre coisas que gente disposta não quer ouvir o contraditório é até mesmo capaz de usar da violência para calar e censura. Não podemos ser ingênuos, há pessoas dispostas a fazer intencionalmente o mal. Que não se importam com vida o sofrimento ou a morte nem do próximo ou conhecido quanto mais do distante e diferente. Mas não somos todos assim, não somos tantos assim e em geral sem tantas privações e traumas sem tantos programas sociais condicionados e institucionalizadores dos comportamentos não haveria tantas pessoas tão bem condicionados no sentido pavloviano da palavra.

Ninguém nasce planejando fazer o mal a ninguém nem quer perder sua vida lutando estrategicamente contra quem faz. Mesmos os ativistas mais abnegados não são masoquistas

queremos apenas viver suas vidas livres e em paz, mas não conseguimos literalmente sentir essa paz e liberdade em meio a tanto sofrimento, não sem uma lobotomia. E não somos diferentes, somos todos assim.

E o que impressiona no ser humano é sua capacidade de não apenas de se adaptar as piores e mais ultrajantes condições de vida, é sua capacidade para manter até onde pode sua dignidade humana mesmo ao custo da sua sensibilidade e solidariedade. A sabedoria das pessoas comuns é insuperável. Ela lhes permite até mesmo a suportar as piores injustiças: pagar o que sabe que não devem a quem não devem, e até mesmo obedecer a quem não tem o direito de mandar nelas apenas para evitar confronto desnecessário afinal como diz o ditado popular não é sábio ir contra gente violenta especialmente armada. As pessoas só se levantam quando o peso e custo da opressão são insuportáveis.

Por isso se até hoje a renda básica não foi garantida posso lhes dizer com toda a certeza que foi:

- Primeiro, porque em algumas pessoas ela não faz mesmo diferença. Infelizmente muita gente só irá descobrir a “necessidade do necessário” na sua falta, um problema seríssimo de valores porque se o mínimo vital e ambiental precisarem se tornar escassos para serem devidamente considerados como fundamentais haverá mortes e conflitos e extermínio em massa.

- Segundo, ao que parece quem precisa ou tem o entendimento da necessidade de ambos quando não estão ou não estão em numero suficiente ou não tem meios para se levantar contra os monopólios inclusive da violência de quem defende o contrário.
- E terceiro e mais importante, creio que as pessoas de paz sabiamente guiados pelo senso comum não sabem o quanto há pessoas que carecem de uma renda básica e o quanto elas estão vulneráveis a mesma carência, porque vivemos numa sociedade de telecomunicação e informação que promove sim o conhecimento, mas não o saber em sua completude e sentido mais como consciência e ciência que só são adquiridas pela experiência pessoal ou observação experimental respectivamente.

Três coisas que estão evidentemente mudando no mundo atual com o rearranjo dos métodos produtivos, com a queda globalizada do trabalho assalariado e a ascensão das redes mundiais de informação que estão muito na internet, mas não são a internet. (nota: Não confundir a rede com os meios de telecomunicação).

Vivemos numa sociedade do espetáculo, vivemos literalmente dentro de cavernas platônicas acorrentados a projeções de mundo fictícias e alheias. Porém não vamos sair da caverna com historinhas que vem viu a luz e voltou para nós contar. A revolução da renda básica esta em não esperar nem por governos, ou salvadores. O grande vantagem da renda básica é que todos em verdade precisamos dela e tudo o que

precisamos fazer não é apenas promover ou mesmo financiar a renda básica como experiência em localidades distantes mesmo que extremamente carentes. Precisamos começar imediatamente a vivenciar a praticar a filosofia da provisão da renda básica como sistema mutual independente não importa o quão rica seja a comunidade. Pelo contrario a riqueza não indica que não se precisa de uma renda básica, apenas indica que se tem mais condições de fazer sem depender dos outros. Isto feito, utilizar o excedente para investir em outras comunidades, ou mesmo se abrir ao investimento de comunidades para quem lucrem investindo no seu desenvolvimento isso é consequência de um capitalismo saudável fundado na provisão das necessidades dos meios vitais e ambientais e não mais em sua privação.

Esta é a proposta que trago que constituamos a partir daqui e deste momento uma rede de comunidades livres e sem fronteiras da renda básica, autossustentada.

Uma organização das nações unidas mas não com Estados geopolíticos, mas como povos cosmopolitas dispostos a garantir direitos naturais e universais não apenas no papel mas na pratica como responsabilidade voluntaria se social. Esta é a proposta que faço e gostaria de participar como vocês com um dos fundadores desta nova iniciativa com vocês.

Talvez, vocês digam que é presunção demais da minha parte propor isto, mas algo assim não pode ser proposto senão por pessoas absolutamente comuns. Ademais, do meu ponto de vista é como eu disse, não escolhi aqui por acaso, não foi por

acaso que nossa experiência ganhou o mundo a partir daqui e aqui volta. O acaso é um rótulo para o que não entendemos. E aqui no *Goetheanum* por tudo o que ele representa sinto que não poderia propor nada menos revolucionário do sua vontade de liberdade me inspira.

Obrigado.

DA REVOLUÇÃO DA RENDA BÁSICA ECOLIBERTÁRIA

Ser revolucionário é uma escolha de vida, mas há momentos que o próprio mundo está em revolução, e é impossível não tomar parte dela. Há momentos de transformação do mundo que são verdadeiras revoluções paradigmáticas onde se negar a tomar parte do novo não é fugir da realidade, se omitir, ou obedecer ao status quo, mas ser um reacionário deliberadamente conivente com o velho regime. Regime que não terá pudor de caminhar para os criminosos caminhos autoritários e belicosos ou até mesmo totalitários prevalecer.

Há momentos (e esse é um deles) onde tudo que precisamos fazer é não fugir do da transformação. É viver e participar das transformações naturais não fazendo nada além daquilo que podemos e devemos fazer para ficarmos em paz. É claro que isto não quer dizer sentar e esperar que tudo aconteça. Pelo contrário, assim proceder até esperar que momento revolucionário passar. E como tudo eles vão passar e acabar. Mas perdê-los é perder o momento da nossa vida e da nossa geração. É se alienar do próprio tempo e da sua história de

vida. E estamos cada vez próximos de perder nosso momento: quando as consequências da nossa inação se tornam irreversíveis e os danos humanitários e ecológicos já estão sobre as costas das próximas gerações.

Como disse a palavra pode e deve ser um ato revolucionário, principalmente na boca de quem chamou para si voluntariamente a responsabilidade social de realizar uma renda básica que em qualquer escala era considerada utopia. Porém espero que quando digo que pretendo fazer do discurso da renda básica um ato tão revolucionário tenha ficado claro que não defendo nenhum tipo de violência, até porque considero que não há nada mais reacionário, primitivo e obsoleto do que a violência, seu culto ou arrogância de legitimidade.

O componente revolucionário do discurso não está portanto nos velhos métodos para dispor nem muito menos impor a renda básica, porque mesmo que a lei e a moral permitam, como libertário acredito que é um crime impor algo contra o consentimento ou consenso das pessoas de paz.

Quando digo pretendo fazer um discurso revolucionário de defesa da renda básica. Não é porque pretenda pregar o lugar comum dos métodos revolucionários ou estatais clássicos que em verdade são os mesmos: contribuições forçadas coerção violenta e associação constritiva. Mas justamente porque não acredito mais na Renda Básica somente dentro deste velho

arcabouço político e econômico. O componente revolucionário está portanto nas próprias razões que fazem da renda básica o instrumento revolucionário não só dos sistemas socioeconômicos, mas dos estados geopolíticos. Não consigo mais ver a renda básica encerrada apenas nas ideias de política pública para combate a pobreza ou vulnerabilidade social ou por outro lado apenas ampliar liberdades civis ou materiais.

Reconheço o mérito dos políticos e estadistas que tem discutido com seriedade a renda básica, mas reafirmo: a renda básica não é uma política para ser mais discutida se deve ou não ser colocada em prática, mas quando e como e não apenas por uma questão das necessidades pragmáticas do capitalismo do século XXI, mas por uma legitimação dos Estados frente a nova consciência da natureza da liberdade das novas gerações contemporâneas. Se há algum entrave a ser discutido e removido é quais são as causas para que uma política absolutamente necessária a garantia do direito a vida ainda não é reconhecida e praticada como tal?

Logo entendo hoje mais do que nunca que a renda básica enquanto garantia do mínimo vital é absolutamente necessária porque é o provimento do necessário a vida, mas porque é o provimento social desta necessidade. Que se em natureza não existe nenhum compromisso em estado de paz não é só a razão da sua fundação, mas o instrumento, mas importante a sua garantia. A renda básica não é um dever natural, a autopreservação e legítima defesa é que são direitos naturais e

se queremos que não só um ser humano, mas qualquer ser vivo tenha condições de renunciar a todos os meios necessários a preservação de sua vida sobretudo os violentos havemos de assumir deveres mútuos de acordo com a nossa capacidade para garantir esse direito sem violência como provisão de um mínimo vital para todos.

Entendo portanto a renda básica não apenas como o comprimento do direito natural a vida, mas do dever social da paz. É o principio constituinte dos novos contratos sociais de cidadania plena. E os novos sistemas políticos de democracia econômica. A Justiça constituída pelo estado de garantia de fato de direitos a liberdades fundamentais como a igualdade de autoridade sobre o bem comum. Igualdade de autoridades sustentada por sua vez pela própria provisão das liberdades fundamentais como meios vitais e ambientais de propriedades usufruto de todos como o rendimento necessário devido a cada um.

Um estado libertário de garantida de direitos naturais como deveres sociais onde os direitos políticos e econômicos não são mais segregados, mas estão reintegrados e se encontram na democracia direta e econômica através da liberdade plena de todas as formas de associação de paz sustentadas pela provisão de uma renda básica para cada pessoa. A garantia do direito a uma vida livre como dever de convivência pacífica entre todos as formas de vida e valores.

E isto que proponho não é um discurso utópico, porque não defendo que o mundo seria melhor se assim o fosse. Defendo que na ausência destas liberdades políticas e econômicas garantidas plenamente; na falta e privação sistemática dos meios vitais e ambientais necessários como direitos naturais não temos apenas estados distópicos, mas estados artificiais de guerra disfarçados de estados civis e de paz.

Estados não apenas causadores de injustiças sociais que atingem indivíduos, classes ou povos a quem somos estranhos ou diferentes, mas indiferentes. Estados que mobilizam massas de recursos econômicos, militares e humanos e colocam não só a vida dos mais carentes e vulneráveis em riscos mas do mundo inteiro como ecossistema não apenas natural mas humano também. Porque assim como a teoria do caos nos ensina que a borboleta de Tóquio e a chuva em Nova Iorque estão ligadas não tenham a menor dúvida, das conexões da rede da vida entre o menino morto na África, Síria, Palestina ou Afeganistão e o futuro do Europa, EUA ou de um país como Brasil.

E se você estiver se perguntando por que estou colocando o Brasil, um país meramente emergente com toda a sua corrupção e seu holocausto urbano, no mesmo patamar de responsabilidade global dos países desenvolvidos e não entre os países que mais necessitam de ajuda humanitária, é porque o Brasil não é um país pobre ou desigual, mas criminosamente injusto e que precisa sim de ajuda, mas revolucionária para consumir sua independência política e econômica e não para

ser sustentado financeiramente. Destinar recursos financeiros as governantes e elites econômicas e financeiras destes países é o mesmo que financiar o crime organizado. Financiar a exploração dos povos presos nestes territórios e que não tem propriamente políticos, empresários ou intelectuais, mas pretos-da-casa capitães-do-mato e traficantes do trabalho escravo de um povo em uma terra que ainda não passa de mera feitoria de recursos naturais e humanos para serem explorados e exportados na divisão internacional do trabalho.

Por isso denuncio que Estados-Nações especialmente os que se comportam como estados policiais dos povos a começar pelo seu próprio povo, ou melhor, os povos que habitam seus territórios. Denuncio estes governos que primeiro mantem as pessoas sob a tutela de programas sociais, e depois sob a custódia de sistemas prisionais, ambos institucionalizadores desumanos e por definições campos de concentração e exploração do trabalho e despopulação das etnias e classes e indivíduos não suficientes predispostas a serem aculturados

Populações reféns das velhas militâncias politico-partidárias. Seres humanos reduzidos a objetos de fetiche e massa de manobra tanto da perseguição da ultradireita fascista e seus discursos de ódio higienização e extermínio, quanto da esquerda populista e autoritária e seus programas assistenciais clientelistas inclusive para o uso desta população como moeda de troca nas negociatas políticas e até mesmo como bucha de

canhão contra a polícia de governos adversários- tudo que há de mais torpe e traiçoeiro para se chegar e se manter no poder.

Afirmo que em países senzalas como o Brasil onde os recursos destinados a bancar não só programas de transferência de renda, mas as políticas sociais e outras que passam pelas mãos destes governos reduzidos a verdadeiras feitorias não estão sendo só corrompidos ou desviados, mas pervertidos de seu propósito público e democrático: não estão sendo utilizados para garantir liberdades, emancipar ou empoderar cidadãos, mas para reproduzir a dependência político-econômica aos projetos de poder.

Denuncio que a subtração das propriedades comuns e seus rendimentos naturais funcionam como sistemas de extermínio eugenistas lento e velado das populações marginalizadas e vulneráveis especialmente em Estado periféricos como o Brasil - onde a desigualdade social extrema cresce na exata proporção das suspeitas sobre os dados estudos econômicos dirigidos para dizer o contrário. Um genocídio silencioso que perpassa gerações, mas que depois de século atinge o mesmo proposito de todo holocausto, o fim de um povo sem terra sem propriedade e, portanto nascido sem nenhuma renda garantida.

Um genocídio silencioso que perpassa gerações, mas que depois de século atinge o mesmo proposito de todo holocausto, o fim de um povo sem terra sem propriedade e,

portanto nascido sem nenhuma renda garantida nestes Estados-Nações. Estados autoritários e vigilantes hora mais a direita em seu liberalismo policial hora mais a esquerda seu socialismo tutelador, mas sempre juntos do monopólio da violência e do bem comum.

Estes sistema de privação sistemática dos meios de vida e liberdade naturais se configuram, portanto não apenas como instrumentos disfarçados de subsídio estatal ao trabalho alienado e subverniência governamental, mas nos momentos de crise como instrumento de despopulação. Pois a precarização até mesmo dos direitos trabalhistas e assistenciais compensatórios vem a se somar a proibição das apropriações e ocupações pacíficas das propriedades comuns e naturais estatizadas e privatizadas que nem perante crises humanitárias são restituídas ou devidamente compensadas.

Por isso a privação sistemática dos meios naturais e vitais caracteriza-se sempre como crime contra o direito natural autodeterminação de um povo, e é a base da sua escravidão econômica e servidão política, mas o impedimento do acesso aos meios vitais somada a negação da provisão do mínimo vital para aqueles que vivem sob um monopólio territorial dos bens comuns e naturais pode vir a se constituir em crime contra a vida dos habitantes que ou quando não tem outros meios de subsistência. Habitantes que não podem ser acusados de agressão se atingindo o limite da resistência pacífica as

privações agirem apenas com toda proporcional e os meios necessários para garantir seu direito a autopreservação.

A renda básica ao se constituir em garantia social do direito natural a vida e a liberdade, funciona na prática como dispositivo de proteção preventiva contra os crimes ou conflitos relacionados a privação não apenas circunstanciais mas sistematizada dos meios vitais. Ou seja como sistema de contra-violência e proteção contra estados de poder e sociedades coercitivas.

Ninguém deve ser constrangido a participar de nenhuma sociedade nem mesmo das sociedades de paz. Isto porque naturalmente ninguém tem o direito de agredir ninguém nem de privar as pessoas de suas propriedades e rendimentos particulares ou comuns a todos. E quem assim procede não tem do que ou a quem reclamar se for repellido com a força necessária.

O respeito ao direito natural não é o respeito a uma ordem moral humanista mas o respeito a uma ordem literalmente ecológica e ecossistêmica de causas e consequências impostas pela própria lei da natureza. A renda básica não pode ser portanto estabelecida com justiça por nenhuma redistribuição compulsória de riquezas, mas sim:

- Primeiro, pelo pagamento dos dividendos sociais derivados daquelas propriedades comuns e naturais que deveriam ser públicas mas que são ou patrimônios estatizados ou

privatizados. Propriedades e rendimentos que pertencem a cada cidadão e a eles devem ser remetidos igualmente como parcela do rendimento do que era usufruto do necessário do bem comum.

- Depois, voluntária e complementarmente por sociedades de responsabilidades mútuas para o cumprimento de direitos universais. Sociedades libertárias onde nem a propriedade, nem os valores podem ser impostos sem paz acordos de paz e consenso. Sociedades regidas não apenas por verdadeiros livres mercados sociais, mas livre negociação concorrentes de valores.

É preciso entender que onde a coerção é proibida a consenso é obrigatório e a coesão e adesão social só poder ser conseguidos pelos interessados através de incentivos suficientes. E em jogos e mercados verdadeiramente livres quem tem mais paga mais para os outros competirem com ele. A competição se não é subsidiada pela violência, carece de um alto grau de cooperação e contribuições voluntárias de acordo com as capacidades para que se tenha uma plataforma de regras e condições sociais sobre as quais se dá a justa e livre concorrência.

Sim, defendo a garantia de propriedades e rendas básicas provenientes da proteção de bens comuns e naturais que não são e não devem ser de ninguém para serem predados, e sim de todos para serem usufruídos conforme a suas necessidades. Estado de contra-violência e anti-monopólio.

Estados de paz estabelecidos pela necessidade constante de negociação e coexistência pacífica entre todas as sociedades não-violentas e não-monopolizadoras gerando conseqüentemente uma democracia plena em mutigovernos, ou mais precisamente n gestões públicas e serviços sociais concorrentes financiados direta e voluntariamente pelos usuários. Uma sociedade onde nenhum particular carece de autorização de ninguém para financiar a produção de nada que seja que seja do seu interesse particular, e nem ninguém pode bancar nada contra o interesse comum de nem mesmo uma única pessoa sem seu consentimento.

Isto evidentemente não nos torna invulneráveis a loucura dos coletivos inconscientes, mas deixa constitucionalmente explicito de uma vez por todos que estes monopólios violentos não são nenhum bem ou mal necessário, mas a perversão da ordem livre e natural. A desnaturaçã e o mal a ser evitados e repelidos não só por definição legal ou moral, mas como estado de consciência e direito natural que não se estabelecem por vontade social nem se extinguem com arbitrariedades e portanto só nos cabe com justiça defender.

DA LIBERDADE PROPRIEDADE E IDENTIDADE

Deixo aqui, portanto meu alerta de que a discussão sobre a renda básica está sendo feito sobre pressupostos não apenas injustos, mas desconstrutivos. Baseados em desinformaçã e contrainformaçã ou na descarada repetiçã de argumentos

falsos e ignorância e desqualificação de dados e experiências com as quais não conseguem lidar.

Fora deste arcabouço de pressupostos e preconceções não somos nós defensores da renda básica que precisamos justificar nossa proposta, mas estadistas seus crimes contra a humanidade. Ou seja:

Não cabe aos controladores dos territórios (os governos) ou os proprietários corporativos das terras (as empresas) negarem ou mesmo concederem rendas básicas porque o rendimento das propriedades naturais não pertence a eles nem para dar nem para negar. Não importa inclusive se valor disponível é insuficiente. O quanto há disponível não lhes pertencem mas a nós, como dividendo social. É direito natural e não concessão governamental. Obrigação constitucional dos Estados de direito que podem inclusive estar a cometer crimes contra a humanidade: seja por subsidiar a escravidão; ou até mesmo o genocídio; tudo dependendo das circunstâncias agravantes em que se negam a cumprir seu dever do provimento de fato (e não no papel) do mínimo vital.

Sim minha defesa é quase um ataque, mas a base dos meus argumentos não é tão nova nem tão revolucionária quanto minhas palavras sugerem. Diógenes de Sínope disse praticamente a mesma coisa de uma forma muito mais bela e elegante neste episódio- o qual considero a alegoria de todo o pensamento ecolibertário. E aqui faço questão de recontar:

Alexandre Magno após conquistar o mundo perguntou para o filósofo-mendigo deitado na praça pública de Atenas: "Peça tudo o que quiser que te darei."

Diógenes, apenas apontou para o Sol e com um gesto pediu ao imperador que saísse da frente do sol. Como se lhe dissesse não me faça sombra e respondeu:

"Apenas não me tire aquilo que você não pode me dar".

É claro que este pensamento só permanece revolucionário porque assim como muito princípios libertários não só filosóficos, mas religiosos, eles nunca foram sistematicamente praticados, mas sim apagados ou reinterpretados de forma desvirtuadas. Mas por isso mesmo devemos revitalizá-los:

Rendas não existem sem propriedades, nem liberdades concretas sem propriedades comuns e seus rendimentos básicos. Por isso ou propriedades naturais que constituem as liberdades fundamentais devem ser garantidas por renda básicas ou então devem ser desmonopolizadas e restituídas de forma aberta para serem novamente no mínimo pacificamente disputadas.

Logo, precisamos tomar coragem e não apenas discutir rendas, mas rediscutir as definições de propriedade. Até por que definir o que são as propriedades básicas não é difícil, cada um sabe do quê e quanto precisa e consegue (se quiser) projetar as necessidades dos outros em suas condições. Mas distinguir a diferença entre propriedades particulares e comuns separando aquelas propriedades passíveis de seres exclusivas daquelas

que podem ser de todos; e daí, por sua vez, ambas daqueles que não podem ser absolutamente de ninguém (as propriedades naturais que são meios ambientais e vitais de todos é algo que requer consenso e sociedades de paz. Ou em suma que requer que abandonemos as ultrapassadas ideologias liberais e marxistas.

Acho que está claro que minha perspectiva não é classicamente socialista nem liberal. Não estou defendendo que as pessoas devam ser obrigadas a dividir o que seja seu; pelo contrario estão dizendo que ninguém tem o direito de se apropriar ou controlar do que é do outro sobretudo o que não pode nem deve ser exclusivamente de ninguém: o bem comum. O socialismo assim como o liberalismo são jurnaturalmente um crime contra as propriedades comuns e particulares porque as expropriam para redistribuir as posses aos entitulados e os custos patrimoniais aos segregados. Defendo, portanto a propriedade como liberdade, produto de contratos sociais voluntários, adquiridas e mantidas pacificamente contra todos os monopólio corporativo da natureza e sua estatização e privatização da vida.

Não se deve apropriar nenhuma propriedade ou renda comum. Nenhuma propriedade particular adquiridas e mantida sem violência nem as propriedades naturais e comuns absolutamente necessárias a vida não só a todos mas de ninguém podem ser subtraídas coercitivamente. Pelo contrario um estado legítimo tem por obrigação proteger todas as

propriedades contra a agressão e privação e garantir que seus verdadeiros titulares recebam igualmente seus dividendos sociais.

Tudo que é adquirido socialmente em negociação pacífica - isto é, sem o subsídio de nenhuma violência (nem mesmo a legalizada) – deve ser propriedade social tão inviolável quanto qualquer direito natural a vida, liberdade e concepção justamente porque se estabelece enquanto cumprimento do dever de paz e respeito a ordem e direito natural.

E é na afirmação do direito fundamental a propriedade e renda como liberdade concepcional, ou melhor como direito natural e social a proprioconcepção tão fundamental quanto a autodeterminação e autopreservação para o fenômeno integrado da vida que reside a grande revolução do pensamento ecolibertário contemporâneo. E é quando faço afirmo este direito que creio estar sendo minimamente tão revolucionário quanto a minha própria geração.

Não vejo a história como uma luta de classes, mas uma luta contra o supremacismo, uma luta pela liberdade contra aqueles que se consideram não meramente donos do mundo, mas muito mais propriamente donos dos seres reduzidos a meras partes apropriáveis do mundo visto como seu. Uma luta contra a presunção de superioridade dos que se julgam mais iguais que os outros, ou o que é a mesma coisa, sua preconcepção de inferioridade de todos que lhe são diferentes e indiferentes.

É claro que somos todos absolutamente diferentes uns dos outros, somos todos diferentes fora nosso direito igual e inviolável de o sê-lo. Somos portanto absolutamente iguais na liberdade de conceber o sentidos próprio de nossos vidas, quer para afirmar que exista sentido na vida ou não. Sendo essa liberdade de autossignificação em si o direito de propriocepção absolutamente necessário a toda nova geração e a geração de tudo que é novo.

Vejo, portanto não apenas um momento de crise sistêmica, mas um momento revolucionário. E neste momento em que a luta pela liberdade caminha para a revolução, a luta entre brancos monopolizadores e os não-brancos periféricos, se torna não apenas mais evidente, mas sobretudo se torna uma luta disruptivas e descentralizada, e se reconfigura como luta de gerações e gênero. Uma luta entre o velho o novo, entre os patriarcas e suas mulheres e filhos. Uma luta entre novas e velhas gerações por espaços e tempo livres. Uma luta não mais por ideologias e utopias, mas mais uma vez uma luta pelo renascimento de novos mundos e seu direito a fertilidade e criatividade.

Concepção.

Esqueçam as divisões de classes e classificações, não olhem para idade não olhem para cor de suas peles, ser um velho branco supremacista idolatra do poder total, ao invés de um libertário revolucionário jovem (gringo ou negro; homem ou

mulher) não é uma manifestação material, predeterminista ambiental ou genética, nem ideológica (ambientalista, sexista ou racista), mas uma manifestação do indeterminismo do fenômeno transcendental e incognoscível da força da livre vontade como liberdade de consciência e propriocepção, a força libertária e criativa capaz de materializar o novo simplesmente a partir do nada.

Vejo de um lado uma geração materialista movida por preconceções de poder disseminando o ódio levantando muros e se preparando para a guerra, se agarrando desesperadamente na sua ilusão de vida eterna e seus mitos corporativos e estatizadores e egocentrados que dão corpo a seu culto supremacistas e valores absolutos, insistindo em se apropriar e consumir toda a vida artificialmente. E do outro novas formas de vida, novas gerações demandando o que também é seu por herança natural e direito. Demandando não só um lugar e tempo livre nesta terra, neste mundo, mas uma chance para desenvolver todo o potencial da sua vocação e exercer em paz sua direito não só material mas espiritual a livre vontade.

Vejo a luta entre gente que acredita que possa ser dona de tudo por apropriação lockeana e corporativismo hobbesiano e uma nova geração que não quer nascer escrava dos seus genitores acometidos dessa síndrome de Cronos. E então peço que se perguntem: quando falamos de uma renda básica

estamos com certeza falando de liberdade para todos, mas liberdade “para o quê” e “todos” quem?

Não existe identidade que se firme sem noções de propriedade nem propriedades que se afirmem sem relações e consideração das identidade alheia com ser dotado do fenômeno da vida enquanto espírito de liberdade. Devemos nos libertar de todas as concepções de poder e conceber de acordo com nossa própria consciência não só a qual geração pertencemos, mas qual é nosso entendimento da propriedade e por consequência qual é nossa identidade e comunidade humana.

Nossa identidade se determina de forma integrada a nossa noção de propriedade, e aquilo que somos se determina através daquilo que julgamos poder possuir em relação aos outros seres naturais e igualmente dotados de alma e sensibilidade. Por isso propriedade e identidade não se constituem separadamente mas de forma conexas e integradas em relações dialógicas por nexos comuns de mundo como rede.

A questão da propriedade antes de ser particular e coletiva, artificial ou natural é uma questão de entendimento e consideração de quem somos por consideração de quem são seres e quem são apenas coisas. Abstrair é discriminar, e a pergunta que separa os territórios de apartheids nacionalistas das terras libertárias dos povos é:

- a quem consideramos como iguais em autoridades e liberdades fundamentais;

- e a quem segregamos dos direitos de posse e decisão sobre o bem comum e natural.

Ou em outras palavras:

Quem são considerados como iguais: sujeitos com o direito de possuir, estudar e usar as coisas de mundo; e quem são os outros, o restos dos seres reduzidos a meors objeto do NOSSO estudo, emprego, meros recurso naturais e humanos.

Quem são seres e quem são coisas?

Quem são os que tem seus direitos humanos e universais de fato garantidos e quem soa os discriminados e segregados deles?

De novo e não por acaso cito Diogénes de Sinope:

-"Ora e por que você pede esmolas a uma estátua? Não ves que ela não te ouve?"

*-"É para me acostumar a falar com quem finge que não existo, e pedir para quem nunca me dará nada." -
repondeu o filósofo cínico.*

Quem defender a renda básica e direitos humanos e naturais e nunca sentiu está sensação precisa fazer mais trabalho de base para entender o abismo entre direitos enquanto representação e farsa de papel e garantidos como práxis. E enquanto as constituições não forem capaz de proverem isto ela não

estarão longe dos ideais e direitos plenos e democráticos que pregam.

A renda básica é tanto indissociável dos direitos políticos e econômicos em sua plenitude quanto a democracia direta como liberdade fundamental precisa da renda básica como meio de autosustentação das livres associações e de paz. Sejam elas econômicas, políticas, religiosas, culturais, todas tem o mesmo direito de manifestação e participação sobre o interesse comum e, portanto o dever de coexistir pacificamente.

Vivenciar nosso tempo, sem defender a democracia direta; sem defender a autodeterminação das pessoas naturais; a liberdade civil plena e reintegrada dos direitos política econômica e culturais; sem defender os princípios ecológicos, libertários e jusnaturalista não só humanistas e cosmopolitas, mas naturalistas; apenas seguir em frente sem defender as novas gerações é renunciar a soberania sobre sua própria vida e se negar a viver as evoluções e revoluções do seu próprio espaço-tempo.

Crer-se ainda superior ou invulnerável, num mundo em se existem diferenças de raças somos então todos negros, um mundo onde ninguém é suficientemente branco (não aos olhos dos idolatras do poder e supremacistas cada vez mais isolados no topo dos seus castelos e pirâmides) não é apenas reacionário é alienação. Vivemos num mundo em que cada vez

menos gente é suficientemente bem nascida, geneticamente privilegiada, suficientemente rica, militarmente protegida, culta poderosa ou livre o suficiente para não estar reduzida a serva da mesma egrégora cultural da mesma inconsciência coletiva global, onde ninguém está livre de sofrer a tragédia de todos os demais.

Por isso afirmo não há libertário consciente que se considere igualmente branco aqueles que se os mais brancos entre os homens da terra. Não existe libertário que por livre escolha não renuncie a todo supremacismo de gene. Se realmente existe qualquer necessidade de uma renda básica é porque existe gente que não por acaso nasce privada dos seus direitos naturais e ainda está a espera da liberdade e da completude da abolição; que ainda espera que o trabalho servil e forçado disfarçado e compensado pelo trabalhismo seja superado. Por isso não se enganem, minha pele pode não ser tão negra, mas não nego minha origem, não tenho ilusões da minha condição tanto negra perante a colonização quanto latina perante o mundo e suburbana perante meu concidadão.

Mas não fujo da minha condição nem da condição da humanidade a abraço, mas não para me conformar com ele. Pertenço, sobretudo a uma mim mesmo e a minha própria nova geração e faço questão de afirmar minha certeza parafraseando o espírito da canção de protesto brasileira: já não somos os mesmos e não queremos viver mais como nossos pais.

Escolhi aqui para fazer este discurso. Como disse não foi ao acaso, porque olho para muitos amigos aqui e vejo como lá em Quatinga Velho - onde tive a honra de fazer um dos primeiros pagamentos de uma renda básica solidária, sistemática e independente , olho para vocês e aqui como lá num lugar tão distante e diferente de onde nasci e fui criado e vejo irmãos. E neste exato instante entendo a maior lição revolucionária da prática utópica: não há liberdade nem igualdade sem fraternidade. Que governemo-nos então.

CARTA PARA A SEMANA DA RENDA BÁSICA EUROPEIA

Foi me pedido que mandasse algumas linhas para a semana da renda básica na Europa. É com prazer que atendo o pedido. Abaixo minha mensagem nem tão sucinta, mas espero que ainda sim relevante:

Tenho praticado e defendido uma renda básica de iniciativa popular libertária fundada em princípios de democracia direta, que podem ser resumida simplesmente em: desintermediação política e econômica. Não sei se é um complexo latino-americano, mas tomando esses princípios por bases, minha proposta é que: os cidadãos não esperem governantes nem ricos; que tomem a iniciativa e constituam de forma não-governamental e não-corporativas uma renda básica independente. Minha proposta é que não tenham por menos o

ideal de constituir mutuamente uma renda básica não mais apenas libertária, mas revolucionária.

Mas o que entendo por uma renda básica revolucionária? Não menos que comunidades donas de suas propriedades públicas e particulares, associadas financeiramente para bancar sua própria renda básica a partir dos seus devidos dividendos sociais. Sem depender da graça, benesse ou boa-vontade de ninguém. Porém, além disso, proponho que esses fundos patrimoniais comuns e associados sejam investidos socialmente e estejam abertos sem impedimentos para todas as pessoas e coletivos de paz do mundo, de modo que também as mais pobres associadas, possam obter do rendimento destes fundos também suas rendas básicas.

Uso, portanto a palavra revolucionária, não como retórica, porque o preço pode ser pouco em termos financeiros, mas é muito em termos de mudança de paradigma. Peço que descontados sua renda, compartilhem mais do que meramente lucros, peço que compartilhem uma nova visão de mundo onde os povos não esperam mais por nada de graça sem nenhuma entidade superior na terra ou no céu, que não esperem nada senão dos simplesmente iguais em humanidade.

Vejo a renda básica revolucionária como um futuro onde a livre iniciativa aberta de um povo será capaz de garantir os direitos inalienáveis de autopreservação e autodeterminação de todos os outros povos solidariamente. Abrindo-se para que inventam,

investindo em seu desenvolvimento juntos. A garantia da renda básica de um povo abrindo seu capital para a garantia da renda básica de todos os povos. Na prática uma proposta simples: que as cidades e comunidades sejam livres, tanto para emitir títulos e capitalizar seus fundos mútuos como investir direta e coletivamente nos fundos independentes uma das outras para bancar solidária e desintermediadamente seus rendimentos sociais.

Deste investimento intercambiado entre todos os fundos dos povos uns nos outros, é possível não apenas fundar um sistema de seguridade sem fronteiras baseado na garantia da renda básica, mas garantir a própria seguridade em rede destes sistemas sociais. Uma proposta que não só segue os princípios libertários inerentes à incondicionalidade da renda básica, mas que busca apresentar-se como alternativa a falência econômica e humanitária de modelos insustentáveis dos velhos estados-nação.

Que a renda básica como a vida não seja mais estatizada nem privatizada, que a renda básica e as propriedades naturais sejam restituídas aos verdadeiros donos de seus territórios e como o devem ser: como suas liberdades fundamentais inalienáveis. E se por aí as respostas dos governos são a mesma que o nosso. Havemos sempre de nos lembrar para poder corrigi-los: não estamos pedindo algo que sejam deles, mas sim que paguem os dividendos sobre um bem comum que é nosso e não deles, não importa se esses rendimentos não sejam

suficientes ou ideais. A renda básica não é benesse governamental, é direito natural.

Agradeço a oportunidade de mais uma vez poder me manifestar. E contem conosco também para a ação.

VOCÊ É A FAVOR DE UMA RENDA BÁSICA NACIONAL?

Obrigado pela pergunta. Não só sou a favor, como tenho 2 importantes argumentos jusnaturalistas de viés ecolibertários de esquerda para que eles o façam não como assistência social via do poder executivo, mas como direito fundamental via obrigação constitucional:

1. Não cabe ao Estado recusa ou protelamento da renda básica.

O território não pertence ao Estado, mas ao Povo. Propriedades naturais, públicas, bens comuns, pertencem a sociedade e seus rendimentos devem ser entregues a seus legítimos donos: os cidadãos. Não importa se esse dividendo social não é suficiente para cobrir o custo de vida, não importa o valor, ele deve ser pago.

É como o abastecimento de água, não importa se chove ou não, é dever do poder público construir as reservas e garantir que o sistema de distribuição esteja sempre pronto.

2. A recusa do pagamento da renda básica não é só roubo, é crime contra a vida

O estado, ao deter o monopólio sobre o bem comum de um território está rigorosamente assumindo a custódia pela vida de todos habitantes que carecem dos seus meios vitais e ambientais. Por isso, ou ele abdica do monopólio ou paga a renda básica. Explico:

O estado de paz proíbe que se use de todos os meios necessários para a autopreservação, porém apenas a propriedade e a renda particulares são garantidas. Aos expropriados de (i) propriedades e rendas, tanto particulares quanto comuns e de (ii) liberdade de apropriação natural (mesmo de ocupação e usufruto pacífico dos bens naturais) restam então só 2 alternativas, ambas praticamente uma sentença de morte: 1) uma, viver e morrer em carestia; 2) outra, viver e morrer em enfrentamento policial.

Quanto as minha objeção a uma renda básica governamental ela é facilmente explicada com um exemplo: Coreia do Norte. Se o governo da Coreia do Norte, decretasse que todo cidadão tem uma renda básica incondicional, você diria que essas pessoas tem de fato uma renda básica sem nenhuma exigência governamental? Governos autoritários nem precisam cobrar explicitamente contrapartidas, a condicionalidade é tácita e a obediência ao regime está implícita.

Fora no caso de uma crise global e humanitária extremada que ponha em risco toda a estabilidade geopolítica, não creio que a renda básica, um empoderamento popular, será dada de boa vontade por aqueles que detém o poder político-econômico. Como todo direito, suponho que ela também terá que ser conquistada.

Contudo, creio ainda sim na possibilidade de uma renda básica estatal, desde que esta renda básica seja um direito constitucional inalienável e o Estado Libertário. Sendo portanto terminantemente proibido:

- 1.a subtração das liberdades fundamentais propriedades particulares e comuns e suas rendas incluso a (renda básica);
2. a segregação e desigualdade de autoridade sobre o bem comum. Ou seja, sobre as propriedades naturais que compõe o território e sua riqueza — que não pode ser dividida nem apropriada exclusivamente, mas apenas compartilhada não apenas com um direito igual de usufruto mas como um dever de preservação. Mas com isso vem uma outra questão.

Espero ter ajudado.

PROPOSTA AO SEASTEADING PARA OS REFUGIADOS

INTRODUÇÃO:

Sou um dos Embaixadores no Brasil do Seasteading Institute (cidades flutuantes para novas e pioneiras formas de governança) e foi-nos pedido que se tivéssemos propostas para a questão dos refugiados, que as apresentássemos. Considerando em específico a ilha comprada pelo milionário egípcio na Europa, eis nossa proposta que está fundamentada não apenas na nossa experiência com Renda Básica Garantida, mas no desenvolvimento de códigos para a Democracia Direta.

Tornamos esta proposta pública não apenas pela relevância do problema, mas por ser esta uma proposta para problemas interligados, o dos refugiados e das populações carentes que já vivem em seus países. Problemas causados não só pela falência dos seus respectivos estados-nações, mas pelo esgotamento de todo um sistema geopolítico e socioeconômico internacional.

Neste mundo que caminha rapidamente para sociedades pós-estatais, permitir que cidades ou comunidades ou novos territórios naturais ou artificiais comprometidos com a paz possam receber diretamente o financiamento do capital e provejam o mínimo vital para todas as pessoas sem burocracia, discriminação de nenhuma espécie inclusive de nacionalidade é, não mais uma utopia, mas cada vez mais uma necessidade. Sistemas de garantia da Renda Básica Incondicional livre de estados centralizadores, bancados diretamente de sociedades

para sociedades, de pessoas para pessoas, é uma necessidade cada vez mais emergencial perante as crises não mais econômicas, mas humanitárias.

A desintermediação financeira e política para a provisão positiva e efetiva de direitos humanos e naturais, esse é o fundamento da nossa proposta para a libertária Renda Básica Garantida sustentada por instrumentos de investimento social e financiamento coletivo como equity crowdfunding.

Segue, pontuados nossas proposição:

DA RENDA

- Sistema de seguridade social constituindo por Fundo de Investimento para Renda Básica, pagamento de renda básica para todos os habitantes.
- Emissão de títulos de (equity crowdfunding), que estão atrelados a investimentos sociais que servirão para pagar uma Renda Básica para os refugiados.
- Os investimentos sociais na medida do possível devem priorizar o desenvolvimento infraestrutural e econômico do território.
- Rendimentos do Fundo, superiores ao mínimo vital, poderão ser pagos aos investidores e moradores como dividendos sociais de acordo com o estatuto em observância ao desenvolvimento humano e econômico.

- Os habitantes não podem ter nenhum impedimento de participar do Fundo.
- O Fundo nem a renda não podem nem devem monopolizar a provisão do mínimo, nem dos meios vitais.
- As pessoas devem ter a liberdade plena de associação para organizar suas sociedades de investimento e proteção mútua baseados em suas rendas e propriedades particulares.
- Estas sociedades e comunidades deverão desfrutar do mesmo direito de todo o território de emitir seus títulos e captar diretamente recursos no mercado para suas economias de Renda Básica Incondicional, bem como utilizar ou emitir os meios de troca que julgarem mais adequados para seu desenvolvimento econômico sem a imposição de intermediários ou meios forçados, podendo e devendo concorrer livre e competitivamente pelo capital.

DA PROPRIEDADE

- Propriedades particulares e comuns mínimas para a futura produção e sustento independente deverão ser garantidas a todos. Nenhuma pessoa poderá estar vulnerável a dependência de estados, corporações ou poder superior por falta de meios para se sustentar. Os habitantes devem dispor do necessário para prover sua própria renda básica de forma livre e autossustentada para si e seus investidores.

- Propriedades naturais deverão ser restituídas e protegidas com bens comuns contra a apropriação de coletivos ou particulares, estados ou corporações. E os meios vitais inerentes a propriedades particulares ou comuns deverão ser preservados em sua condição natural essencial a vida, e não poderão ser monopolizados ou privados para gerar necessidades artificiais.
- Espaços públicos Reais e Virtuais devem ser igualmente constituídos para garantir a coexistência pacífica através do exercício da plena liberdade de associação e dissociação pacífica. Espaços para que todos os indivíduos e sociedades possam negociar permanentemente de forma direta ou mediada, mas sempre consensualmente sua comunhão de paz.
- Todas as posses e valores deverão ser estabelecidos e negociados por consenso em comuns acordos de paz entre os interessados. Nenhuma propriedade natural pacificamente ocupada poderá ser retirada ou transferida com subsídio da força ou ameaça.
- Danos e prejuízos causados por apropriações indevidas, enquanto não houver violência, deverão ser compensados mediante ressarcimento impostos somente por sanções que não poderão ultrapassar os próprios danos nem a garantia das necessidades vitais.

DO ESTADO DE PAZ E JUSTIÇA

- O direito natural a autopreservação, autodeterminação e propriocepção são a fonte da soberania do contrato social de paz e liberdade.
- Todas as pessoas são iguais em autoridade sobre o bem comum; iguais em liberdade fundamentais para preservar sua vida; e iguais em liberdade e autoridade para definir em paz o sentido e destino particular e comum de suas vidas — de acordo com sua livre vontade, consciência e vocação.
- Nenhuma sociedade, valor, concepção econômica, política, religiosa, cultural, científica filosófica, nenhuma ideologia, nem mesmo a da paz do bem ou da liberdade, tem o direito de se impor a força, seja pela ameaça da violência, seja pela privação dos meios naturais e vitais.
- O uso da força só se legitimará perante a violência deflagrada ou ameaça flagrante de agressão contra a vida ou a liberdade e propriedades particulares e comuns constituintes dos seus direitos naturais como meios vitais e ambientais.
- Nenhuma afirmação ou negação da liberdade pode ser defendida pela força ou nem dissuadida pela ameaça do uso da violência senão contra a própria violência da agressão ou privação. A liberdade tanto de pensamento quanto material deve ser exercida em paz. Toda diversidade de formas de vida e desigualdade de riquezas devem ser respeitadas enquanto não privem ninguém dos seus bens comuns ou particulares, seus

meios vitais, seus direitos e liberdades igualmente naturais e fundamentais.

- Toda livre organização de paz para a provisão e defesa da vida, liberdade e propriedade natural mesmo de outros que não se arroguem monopólios, sobretudo sobre o bem comum ou prerrogativas de violência são legítimas.

- Todas as sociedades deverão coexistir pacificamente sobre o mesmo território não só renunciando a qualquer prerrogativa de supremacia como comprometendo-se voluntariamente a defender mutuamente contra toda e qualquer indivíduo, culto ou cultura supremacistas. Censura, propriedades e governos se não subsidiados pela ameaça da força ou privação das necessidades devem ser respeitados nos domínios dos territórios e propriedades de paz das suas sociedades, assim voluntárias e consensuais.

- Decisões sobre o bem comum devem ser feitas por consenso. Divergências solucionadas por mediação consensual. A negação em negociar voluntariamente, apontar mediadores, ou aceitar o resultado de mediação permite a aplicação de sanções não-violentas.

- Somente perante a ameaça e violência flagrantes a força proporcional deverá ser considerada como necessária.

- Demandas por danos causados por ações ou omissões, ou mesmo violência passadas exigem reparação e podem ser

impostas por sanções. Porém as sanções jamais poderão superar o dano explícito na demanda por reparação, nem podem ser impostas como retaliação, isto é, antes de negociação e julgamento que não deem oportunidade ao acusado de concordar com uma determinada reparação exigida.

RENDA BÁSICA E OS REFUGIADOS NO BRASIL

DA RENDA BÁSICA

Tenho defendido a renda básica como um direito de todos os brasileiros fundamentado nos seguintes princípios de soberania e autodeterminação dos cidadãos:

1. A Cidadania plena demanda: posse, controle e usufruto daquilo que é seu por direito.

Quando sou dono de algo (mesmo que não seja o único) tenho direito de usufruto e participação nos rendimentos. Se não tenho nenhum rendimento; se não tenho posse de fato nem controle de nada; nenhuma propriedade particular, nem comum do meu país não sou dono de nada, mas servo dos verdadeiros donos.

2. Os rendimentos sobre as propriedades públicas devem ser incondicionais e garantidos inalienavelmente pela constituição.

Se a propriedade do bem comum é de todos então não pode ser segregada, nem os beneficiários dos dividendos sociais discriminados de nenhuma forma. A mera prerrogativa governamental de expropriação já é um roubo. E esse crime de roubo se soma o atendado contra a vida se a negação da provisão de rendimentos básicos ou acesso ou bens comuns se dá contra pessoas sem meios próprios para se sustentar.

Em outras palavras defendo que a renda básica não é só uma solução de bom senso para os problemas humanitários do mundo, estou afirmando com todas as letras que:

Onde há monopólios estatais e privados dos bens comuns e serviços sociais a negação da renda básica se constitui em crime contra os direitos humanos de toda pessoa, classe ou povo destituído de propriedades ou rendas particulares para se sustentar. Não só podendo mas devendo ser caracterizado como crime contra a humanidade todo recurso publico não utilizado na provisão do mínimo vital e que resulte na morte evitável e sistematizada dos segregados.

Não é só atirando, jogando bombos, ou promovendo marchas forçadas que os governos eliminam os povos estrangeiros dentro ou fora de seu território ou até mesmo seu próprio povo nas suas próprias terras deles o povo, não governos. A corrupção, ou simplesmente a inversão de valores que desvia recursos públicos da provisão do mínimo vital para outras

causas mais importantes do que a vida é crime equivalente ao genocídio contra as populações vulneráveis desprovidas pela própria estatização dos meios e recursos direitos naturais a sobrevivência.

A renda básica já não faz mais sentido encerrada e condicionada as perspectivas nacionalistas e geopolíticas, como mera política pública. Rendas básicas incondicionais, sobretudo universais são ferramentas cosmopolitas para a libertação dos povos e pessoas, não apenas no sentido humanista, mas no sentido naturalista.

No século XXI, a renda básica libertária precisa se encontrar com os princípios ecológicos e o ideal não é apenas que todo ser humano tenha direito a uma renda básica, mas todo ser vivo. Mesmo o nível de consciência do ser não compreenda a morte, ou a conceba nenhuma continuidade transcendental da materialidade da vida. Todo ser — por mais rudimentar e primitiva que seja sua inteligência — se for dotado da capacidade natural (ou mesmo artificial) de autopreservação, autodeterminação e sobretudo propriocepção deve ter seu direito natural ao mínimo vital e ambiental preservado como dever social, isto se a sociedade em questão tiver qualquer disposição de legitimidade ou justiça.

Sim todo ser dotado de alma e sensibilidade, capaz de dar sentidos e significação a sua vida tem por natureza direito a vida. E se todo ser vivo temo direito natural de prover e

defender sua própria vida como todos os meios necessários, nos estados de paz todo ser solidariamente inteligente tem o dever de prover os meios vitais e ambientais que for capaz aos formas pacíficas de vida como sua responsabilidade voluntária social.

Sim. Defendo o direito a coexistência de todas as formas de vida. E me revolta profundamente não termos ainda conseguido ainda por um ponto final nos problemas humanitários para podermos nos dedicar com a atenção necessária aos problemas ecológicos emergentes.

Mesmo quem se preocupa com o planeta mais do que como as pessoas ou a vida em si deve ter em mente o seguinte: não é possível resolver o problema ambiental sem antes resolver a questão do mínimo vital; porque sendo ou não o homem a causa dos problemas do planeta, ele com certeza não será jamais a solução se não resolver primeiro seus próprios problemas humanitários. Guerras? Despopulação? Malthusianismo? Darwinismos? Eugenismo? Esquece. Nada disso irá funcionar de novo, porque é justamente essa mentalidade genocida do homem o problema da humanidade e do planeta; a causa dos desastres militares e econômicos e em consequência ecológicos e humanitários.

Precisamos mais do que nunca de algo que só existe como ideal. Algo que consideramos a definição da nossa natureza, mas que em verdade é mais uma projeção de um ideal

cosmopolita para nossa espécie e não a observação do comportamento animal que ainda nos caracteriza. Precisamos nos constituir de fato e não apenas em declarações de papel como seres humanos. Uma evolução que definitivamente jamais atingiremos atrás de muros fronteiras ou trincheiras.

*"Primeiro levaram os negros
Mas não me importei com isso
Eu não era negro.
Em seguida levaram alguns operários
Mas não me importei com isso
Eu também não era operário.
Depois prenderam os miseráveis
Mas não me importei com isso
Porque eu não sou miserável.
Depois agarraram uns desempregados
Mas como tenho meu emprego
Também não me importei.
Agora estão me levando.
Mas já é tarde.
Como eu não me importei com ninguém
Ninguém se importa comigo."*

Bertold Brecht

REFUGIADOS

Isto posto cabe agora a pergunta: E os imigrantes e refugiados e exilados?

Assim como todas as massas de pessoas socialmente vulneráveis que nascem ou entram dentro de um território, sem

propriedade ou renda garantida, os refugiados estão sujeitos a sofrerem todos os tipos de crime, violência, discriminação e marginalização; assim como serem cooptados por todas as organizações legais e ilegais que vivem desta pobreza da pobreza política e econômica; que se alimentam desta miséria que é a falta de direitos garantidos de fato para além da hipocrisia das leis.

Refugiados, como todos os marginalizados, estão vulneráveis a serem aliciados como massas de manobra de todos os criminosos, sobretudo os políticos. Os piores tipos de criminoso que fermentam o ódio e manipulam os povos para levar esses inocentes e dependentes do seu clientelismo ao confronto e sacrifício- as vezes até mesmo por um pouco de pão, um teto, ou uns trocados. Você conhece essa historia, são os mesmos velhos programas sociais destinados agora as populações marginalizadas imigrantes.

Refugiados são presas fáceis da canalha político-partidária e como beneficiários de programas sociais assistencialistas ou pior seus discursos xenófobos. Gente que não se importa com suas vidas, que as usa para fins políticos, eleitorais, carreiras publicas e acadêmicas, gente que não tem caráter nem pudor de aliciá-las até mesmo para jogá-las contra a polícia e usá-las em protestos para constranger ou enfraquecer inimigos políticos, tentando criar “agendas positivas” para tirar do foco da mídia suas canalhices, ou simplesmente agendas para a sua total falta de programa social.

Refugiados como todas as pessoas a margem da sociedade são os objetos de fetiche das velhas políticas autoritárias e populistas de esquerdistas e direitistas que os usam para suas plataformas. A direita os xenófobos fascistas e racistas. A esquerda os maníacos por poder e suas militâncias alienadas. Idiotas úteis que sustentam os dois tipos mais nojentos de política e políticos: os abutres da desgraça alheia. Os direitistas fascistas vendedores de ódio contra os marginalizados e a natureza, e do outro os esquerdistas social democratas e trabalhistas que usam estes marginalizados como moeda de troca para barganhar mais poder junto aos fisiologistas a grande maioria de hipócritas que apoia qualquer coisa e qualquer um desde que continue esteja no poder.

Fascistas, Populistas e Fisiologistas toda essa canalha política usando a vida dos povos como instrumento de barganha e até mesmo chantagem político econômica e criminosa neste balcão chamado democracia representativa. Isto quando não estão provocando e cultivando as tragédias humanitárias que mantem as pessoas nestas circunstancias para continuar a explorá-las.

É preciso por um fim de uma vez por todas nesta esquerda e direitas criminosas e genocidas, partidários da miséria e que cultivam a indignidade humana. Esses fascistas de direita que precisam da vulnerabilidade e marginalização humana para vender seu discurso de violência e ódio, e essa esquerda falsa e traidora que usa dos alienados ora como bucha de canhão em

manifestação, ora como cabos eleitorais ou eleitores currados. Gente traíra que se diz humanista, mas que ainda mais hipócrita do que aqueles que criticam porque apenas disfarçam seu desprezo pelo outro para vender a população em troca de cargos e empreguinhas de bosta.

Refugiados hoje mais do que ninguém precisam de uma renda básica garantida. Porque são as pessoas a margem da sociedade em estado de maior vulnerabilidade ao aliciamento político e criminoso. Pois:

- além de não ter nenhuma capital comum (derivado do seu território);
- E quase nenhum capital particular (derivado seus propriedade particular)
- também não tem o mais importante dos capitais perdido junto como sua terra (capital que aliás a grande maioria das pessoas pobres é extremamente rica), o capital social.

Refugiados não tem uma rede social local capaz de promover a ajuda mútua. E estão a mercê, portanto de dois tipos que no fundo são apenas dois lados da mesma moeda:

1. O direito xenófobo: que mais hora menos hora diz agora chega a terra é minha e pede que a polícia meta bala em todos os marginalizados sobretudo os imigrantes.

2. E o esquerdista hipócrita: que nunca põe a mão no bolso e ainda por alicia os dependentes para serem os militantes de seus protestos especialmente quando os jogam contra a mesma polícia.

Quando há 6 anos atrás dissemos que precisávamos urgente substituir o bolsa família pela renda básica ninguém além do governo deu a mínima- e ainda teve gente que se fingiu de surpresa quando fomos isolados e perseguidos.

Hoje digo novamente como todas as letras garrafais:

Os REFUGIADOS PRECISAM DE RENDA BÁSICA INCONDICIONAL LIVRE DAS ARMADILHAS POLÍTICO-PARTIDÁRIAS-ELEITORAIS.

Mas se mais uma vez a preferencia nacional for cair no carnaval e esquecer a vida. Virar a cara para quem mais precisa e lá forem os petistas ou os evangélicos ou sei lá quem com suas segundas, terceiras, ou piores das intenções, que não venha reclamar ou chorar de novo quando perderem e colherem o que deixaram plantar.

A ignorância que eles plantam cresce no na quintal da pobreza que você cultiva. O poder deles cresce na sua falta de solidariedade, na sua falta de inteligência altruísta. Porque meu amigo se você não é um completo idiota ou um nazista disfarçado você sabe que todo ser humano (brasileiro anto ou estrangeiro) precisa de trabalho; e mesmo o trabalho servil é algo cada vez mais raro na sociedade da informação.

Ignore-os de novo, mas não venha depois chamar o povo de estúpido. Porque estúpido é você. Porque o sentimento de confiança e reciprocidade de qualquer pessoa está com quem lhe estende a mão, mesmo que seja gente canalha e traíra. Pobre é quem tem que agarrar qualquer mão que se estende para sair do buraco, mesmo sabendo que aquela mão é a mesma que em breve irá o apedrejar. Mas imbecil mesmo é quem fora do buraco se põe nas mãos destes apedrejadores e depois vem chorar a janta que vendeu no almoço.

Desde 2012 venho fazendo este alerta no Brasil e no Mundo:

Precisamos de Renda básica incondicional e universal, ou projetos autoritários e totalitários de esquerda e direita vão tomar o mundo. Agora repito esse alerta ainda com mais urgência humanitária.

E quanto mais demoramos, mais precisaremos dela. E mais caro será seu custo e impagável o prejuízo da sua falta. Aliás, vai chegar um momento (e nunca sabemos quando esse momento chega ou se já chegou), em que esse custo será impossível de pagar, o que significa que nem mesmo a renda básica poderá conter a ruptura do já frágil tecido social.

O altruísmo, a inteligência solidária não é um capricho moral, mas sim a manifestação da capacidade de adaptação da nossa espécie para sobreviver as mais adversas condições de vida não apenas naturais, mas sociais. E parece que cabe a nossa geração determinar o quão evoluídos como humanidade

estamos (ou não) para continuar existindo. Se vamos em frente ou é se só isto mesmo: macacos racionais e territorialistas de ternos e gravata.

Conseguiremos enfim nos compreender de fato para além das meras semelhanças e diferenças, proximidades e distancias, ou continuaremos mesmo a ser só essa espécie supremacista, idólatra e segregacionista que acredita ter um direito superior sobre a vida das outras espécies, classes, gêneros, culturas, genes, gerações e indivíduos?

Atingiremos enfim a ciência da igualdade de nossas diferenças? Será que saberemos o quanto precisamos de direitos sociais iguais para todos poderem ser absolutamente diferentes em respeito ao direito natural se sermos absolutamente iguais em vida e liberdade? Será que um dia entenderemos que o direito natural não provém de nenhum princípio moral, mas justamente da ausência de onipotências e supremacias mitológicas e ideológicas na ordem natural? Será que entenderemos a tempo precisamos prover os meios vitais e ambientais a todos não por questões morais ou ideológicas de ordem ecológica ou libertária, mas por questões de ciência da ordem geracional e existencial de preservação da vida não apenas material mas transcendental ao mero espectro da percepção e racionalização contemporânea?

Será que da mesma forma que não comemos pregos, entenderemos enfim como algo simples que não podemos

esperar paz na terra entre seres privados do necessário a sua coexistência? Será que enfim teremos ciência da lei da vulnerabilidade e interdependência que regula toda a vida particular e ecossistêmica? Lei não apenas natural, mas por causa e consequência inescapavelmente social, da qual depende a paz e harmonia de todos os contratos sociais. Lei que o contratualista Thomas Hobbes enunciou de forma nada singela, mas perfeita: até o mais poderoso dos homens dorme e tem um pescoço bem frágil para ser cortado até pelo mais fraco dos homens.

Em outras palavras somos naturalmente todos iguais em nosso direito de lutar com todos os meios necessários pela vida e por isso mesmo iguais em vulnerabilidade enquanto seres vivos e humanos - sobretudo se desamparados e isolados. Precisamos por isso de sociedades que garantam o básico a todos por um motivo simples: porque se a vulnerabilidade é uma condição absolutamente natural também o é a violência e ambas o são absolutamente circunstanciais, o que significa que ninguém está completamente livre ou imune de sofrer nem com as injustas decorrentes nem de uma nem de outra, nem de todos os fatos imprevisíveis interconexos a todas elas.

Portanto se queremos mesmo viver em paz, livres da vulnerabilidade social e violência e não imersos em estados de vigilância e monopólios de violência imersos na alienação da falsa segurança provisão e controle da vida, se queremos sair das cavernas de Platão, das bolhas e burgos cercado por muros

fronteiras e cães de guarda então precisamos de mais do que a retórica de nossos Estados-Nações atuais desenhados para proteger nossos privilégios-castradores dos que tem contra os que não têm. Precisamos da paz e justiça que só estados de igualdade fundado na garantia de liberdades fundamentais como propriedades e rendas básicas como direitos políticos e econômicos inalienáveis sem nenhum tipo de discriminação ou segregação podem prover. Democracias integradas e universais. Ou então amargar o pior fim das distopias.

*"Na primeira noite eles se aproximam
e roubam uma flor
do nosso jardim.
E não dizemos nada.
Na segunda noite, já não se escondem:
pisam as flores,
matam nosso cão,
e não dizemos nada.
Até que um dia,
o mais frágil deles
entra sozinho em nossa casa,
rouba-nos a luz, e,
conhecendo nosso medo,
arranca-nos a voz da garganta.
E já não podemos dizer nada."
Alves da Costa*

NÃO-BRANCOS DO MUNDO UNI-VOS

Quero mais. Quero questionar muito mais do que isto. Quero perguntar se seremos iguais também ao sul e oriente periférico do planeta tanto quanto ao norte e ao ocidente dos centros geopolíticos do velho mundo? Ou será que vamos deixar que nossos supremacistas nacionalistas e seus estados de apartheids dos povos nos arrastem para mais conflitos e destruição?

O supremacismo dos povos contra os povos; dos genes contra os genes; das classes contra as classes; e sobretudo o supremacismo da nossa espécie contra todas as outras formas de vida especialmente contra as outras formas de vida dentro da nossa própria espécie nos levará a destruição de toda a diversidade e da vida.

A preconceção materialista-determinista dos seres como recursos e objetos dos supremacistas não ignora meramente os direitos de todos os demais aos mesmos meios vitais e ambientais naturais, o supremacismo faz dos alienados os objetos de consumo dos supremacistas. O homem é o lobo do homem não em sentido figurado, mas por um motivo simples ele literalmente consome as outras formas de existência a começar pelos seus semelhantes como se não tivessem alma ou sensibilidade.

Não vivemos uma luta ideológica, vivemos uma luta libertária, uma demanda para que o paradigma de uma nova geração

também tenha um lugar e tempo livre no mundo de hoje. Isto não é luta de uma classe, isto é uma luta de libertária. Renda básica não é apenas uma questão de ordem e direito, é uma questão revolucionária clássica de fundação de contratos sociais legítimos. Portanto, há que se ter coragem, há que se ter responsabilidade, há que se ter livre iniciativa. Há que ser contemporâneo de seu tempo e viver a sua própria história. Ou esquecemos as fronteiras imaginárias e passamos a nos respeitar de fato como seres humanos dotados de direitos universais e naturais, ou amargaremos senão a morte do Planeta a morte da humanidade como sonho cosmopolita.

Há que se praticar o que se prega. Há que viver nos lugares que só se conhece nos livros e, sobretudo há que se fazer o bem que se quer do estado e da sociedade antes de tudo com suas próprias mãos e recursos. Porque quem nunca vier a conhecer o que é a miséria nem praticar a liberdade, jamais não só saberá o porquê de uma renda básica: não saberá, não quererá saber e terá raiva de quem sabe.

Há, portanto que se entender que se há pessoas destituídas de direitos então há gente ganhando com a servidão. Onde há privação de direitos e liberdades fundamentais, há brancos e negros. E meu amigo, se você não é dono do mundo, se você não é filho do dono. Então não importa a cor da sua pele, sua gene, descendência ou o lugar de onde você veio ou nasceu. Não importa o quão branco você pense ser ou pareça para os

outros pode ter certeza de uma coisa você não é branco o suficiente. Você, assim como eu é Negro.

Da minha parte não tenho a menor dúvida:

Por mais branco que um racista desavisado (branco ou negro) ache que eu seja, sei quem eu sou e quero ser: sou negro de corpo e alma. Posso até ter nascido, e sido criado para ser branco, mas me orgulho de voluntária e conscientemente ter me tornado negro, latino e americano—e ainda por cima brasileiro. E brasileiro no sentido mais pejorativo da palavra brasileiro. Miscigenado racial, cultural, indolente, subversivo vagabundo, em todo o sentido que os moralistas nacionalistas adoram dar de ruim a tudo que há de bom em ser contra-culturalmente brasileiro desde que os primeiros malditos colonizadores pisaram aqui e sentenciaram a morte essa gente sem *“sem fé, sem lei e sem rei”*.

Tenho sangue índio, mas também gringo. Mas não ser branco não é uma questão de gene. Por isso assim como não como há libertário verdadeiro que não seja defensor da libertação e abolição da exploração do homem pelo homem, não há libertário que se diga conhecedor da necessidade da liberdade sem se identificar com a condição indígena e negra e que mesmo sendo gringo não deserte para as trincheiras dos não-brancos dos não-supremacistas dos não-violentos.

Se achar um legítimo branco nascido brasileiro e latino-americano só porque não tem a pele vermelha negra ou

amarela, não nasceu na favela ou não é pobre, nem miserável é ser um completo imbecil quanto a sua identidade. É como o membro de gangue neonazista suburbano, brasileiro e afrodescendente: no mínimo um completo ignorante de quem são, e o que pensam dele, seus “irmãos de ideologia” nos países ao norte do equador.

Sim sou negro. Um dissidente e exilado político dentro do meu próprio país. E negros, refugiados, exilados, marginalizados latino americanos, africanos pobres do mundo inteiro não ganham liberdades nem independência de presente dos seus governos de esquerda nem muito menos de direita: eles a conquistam juntos e sem ingenuidade contra toda a falta de vontade política e insolidariedade econômica do mundo branco demais para sair de trás dos muros e fronteiras. Puros demais para se misturar, culpados demais para não se esconder.

Não? Você não como eu, você não se acha negro. Você é branco, ocidental, caucasiano, estudante e estudioso, trabalhador e empresário, homem de berço e família. E ainda por cima orgulhoso? Ok. Quem sou eu para discordar? Acredito que cada um deveria poder definir livremente sua própria identidade, mas não se esqueça de perguntar aos 0,1% de supremacistas do mundo se eles também concordam com sua autodeterminação e auto-identificação, pergunte antes se pelo menos eles te acham tão brancos quanto eles senão para entrar nos clubes e territórios deles ao menos para poder ter os

mesmos direitos as suas cidadanias. Mas cuidado para não acabar como Babile o Tolo do conto para crianças de Toltoi.

Coitado de quem não tem uma terra para viver, mas mais coitado ainda de quem vive em sua própria terra e se acha o dono, mas não tem direito a colher seus frutos.

Coitado do negro que se acha branco apenas porque é menos negro, mas mais coitado ainda do branco que acha que é mais gente apenas pela cor da sua pele.

Coitado do habitante nacional que acha que é cidadão apenas porque nasceu na terra. Coitado do descendente que pensa que pertence a sua gene porque tem o mesmo sangue dos seus antepassados.

Coitados dos que não compreendem a mente dos todo poderosos e seus mitos e culto supremacistas porque serão todos sacrificados.

Coitado de quem vende sua liberdade e integridade pelo medo do pão, mas maldito seja todo covardes que vende e entrega seu irmãos em troca de conforto e poder.

Coitado do refugiado deixado a mercê de quem vive da miséria alheia, mas mais coitado ainda do insolidário em sua terra que um dia também será vendido como escravo por seus governantes em conivência como sua

própria estupidez e insolidariedade com sua própria condição humana.

"Quando os nazistas levaram os comunistas, eu calei-me, porque, afinal, eu não era comunista. Quando eles prenderam os sociais-democratas, eu calei-me, porque, afinal, eu não era social-democrata. Quando eles levaram os sindicalistas, eu não protestei, porque, afinal, eu não era sindicalista. Quando levaram os judeus, eu não protestei, porque, afinal, eu não era judeu. Quando eles me levaram, não havia mais quem protestasse."

Martin Niemöller quando da Alemanha nazista

[1] É sempre bom destacar dada o grau de profissionalismo da imbecilização política das propagandas de direita e esquerda tradicionais que não só apoio o direito e dever civil pleno do refugiado como inclusive defendo direitos políticos e econômicos plenos e iguais para todos imigrantes- inclusive os ilegais, desde que ele resida pacificamente no Brasil. Minha crítica, portanto é contra a falta de solidariedade e até mesmo passividade do dito cidadão comum e sua permissividade tanto em relação a xenofobia e fascismo da extrema direita quanto o uso destas pessoas como a massa de manobra substituta a já enojada população carente perante a velhas e corrupta esquerda populista e suas lideranças no poder, uma esquerda igualmente autoritários e no final das contas ainda mais traidora da humanidade que os piores fascistas. Porque estes são inimigos declarados dos seres humanos, os populistas são nossos irmãos negros que nos vendem e traficam aos supremacistas em troca de um lugar na casa grande.

TITULO DA NOTICIA DA BBC: POR QUE A FINLÂNDIA QUER PAGAR UM SALÁRIO MÍNIMO A TODOS.

SUBTÍTULO: O QUE VOCÊ DIRIA SE O PRESIDENTE DE SEU PAÍS ANUNCIASSE QUE A PARTIR DE HOJE CADA CIDADÃO — TRABALHANDO OU NÃO — RECEBERÁ UMA RENDA BÁSICA?

Pois é. Mas antes de qualquer coisa, um esclarecimento: assim como dinheiro pago para todos, mesmo sem trabalhar, não se chama salário; e o dinheiro pago para todos mesmo quando se é ricos ou se está trabalhando não se chama assistência, o dinheiro pago a todos sem nenhuma exigência de carência ou contrapartida tem nome próprio, e ainda que o dogma escravagista disfarçado de trabalhista relute em aceitar ele não se chama renda mínima, bolsa coisa alguma, mas Renda Básica.

E se insisto em algo que parece tão trivial é porque a desinformação em relação à Renda Básica não é irrelevante. Como disse, nós não só tivemos a primeira lei sobre uma Renda Básica de cidadania(2004), mas os primeiros cidadãos do mundo a receber uma Renda Básica independente de qualquer financiamento governamental, empresarial, acadêmico ou sindical do mundo(2008–2014). De cidadão para cidadão através da própria sociedade civil organizada. E esta só não foi a primeira do mundo porque o projeto pioneiro há que ser lembrado: foi a vila de Otjviero-Omitara na Namíbia, África(2008–2010).

Sim, não perco a chance de mencionar meu projeto, porque se fosse esperar qualquer reconhecimento, nossa história não teria sido só ignorada ou apagada, ela sequer teria vindo a público. Se não tivesse saído do país para contar o que estávamos fazendo, nosso destino seria o mesmo que o das pessoas mais pobres que desaparece primeiro dos estudos oficiais para depois desaparecer de fato do mundo. O Brasil é jogo de cartas marcadas, e se você não é fidalgo e bota um ovo então trate de cacarejar porque quem bota ovo e não cacareja é pato. E nós botamos o nosso ovo minúsculo, mas dane-se, estava de pé.

Se você encontrasse vida inteligente em Marte ou no Brasil você iria dizer ah, mas é uma só, uma esquece? Ah, é só cem pessoas, são insignificantes? Pois é, assim que funciona a lógica estatal e privada, eles contabilizam. Não existe gente, mas quantidades de recursos humanos, votos, consumidores e empregados. Por isso botar o pé na estrada e ganhar o mundo para mostrar o que estamos fazendo para gente e não burocratas e tecnocratas foi depois do pagamento da renda a coisa mais importante que fizemos pelo projeto e por nós mesmos.

Foi num lugar chamado Quatinga Velho que Outubro de 2008 instituímos a experiência de uma Renda Básica incondicional no Brasil, uma pequena vila de Mogi das Cruzes em São Paulo. E com não mais que 30 reais para cada pessoa, sim míseros 30 reais, isto quando 30 reais eram pouco e não praticamente

nada como hoje em dia(4). Em 6 anos foi um total de aproximadamente 160 mil reais para aproximadamente 100 pessoas. Lógico que esta era uma grana que a gente não tinha e que veio de doações do mundo inteiro (a maioria de fora do Brasil), mas faça as contas era praticamente nada por dia para cada pessoa. Nada. E ainda sim teve um impacto gigante.

E se você precisa de gringo doutor falando então dou voz a um que merece respeito não por ser só gringo doutor, mas porque é muito gente:

“O projeto é bem pequeno, mas mostra um inacreditável gigantesco potencial e possibilidades para o desenvolvimento social e econômico da comunidade local. Eu ousou dizer que o projeto marca um ponto de virada na Historia Mundial de fome e miséria. Porque na localidade do projeto, nós pudemos finalmente encontrar evidências empíricas da eficácia de um novo e simples meio para erradicar a pobreza no mundo.”

Prof. Tadashi Okanouchi, Hosei University em Tóquio, 2011.

E lá se foram 4 anos. E ele não foi o único não. E se estou mostrando isso agora para você não é para mostrar como nosso projeto é bom, ser voluntario, doar(5), participar. Porque o projeto acabou, morreu. Já era. Estou contando isso para que

você saiba que temos aqui tudo absolutamente que há na África, no Japão ou na Islândia para fazer uma Renda Básica funcionar, gente igual a gente. Por isso não me arrependo de nada, não há melhor investimento do que no ser humano. E se não piso mais em Quatinga Velho é por que não sou político e tenho vergonha, Vergonha na cara. O projeto acabou. E embora sempre tivéssemos tido que o projeto poderia acabar sempre soubemos que não podíamos parar porque o que levávamos não era dinheiro, mas a chance de uma perspectiva de vida, e não uma qualquer, mas uma própria, a deles.

É claro que nunca fomos ingênuos, sabíamos que se tivesse aparecido político ou jornal que os comprasse venderia a gente, mas a maioria era de gente honesta e uma criançada que dói saber que aquele dinheiro (como diz quem têm, de pinga e que não paga nem o uisquinho) foi às vezes a diferença vital entre um remédio ou não. Não que tenhamos desistido, mas não sou vendedor de ilusões, não tenho coragem de voltar se não for com os recursos para pagar uma renda que possamos chamar minimamente de básica e definitivamente de garantida.

Não. Não tenho vergonha de assumir que mesmo sem ter descumprido minha palavra, ter parado o projeto foi uma das maiores tristezas e o maior fracasso da minha vida. Assim como foi uma das maiores felicidades e a minha maior realização quando fizemos NOSSO primeiro pagamento de uma Renda Básica incondicional.

Sei que as pessoas estão cagando e andando para esse historinha melosa, a maioria está vegetando para coisas bem mais importantes como a soberania sobre sua própria vida e os seus direito de autodeterminação, como poderiam neste estado estar preocupadas com a vida e liberdade de mais alguém? Por isso mesmo que você não tenha entendido porque quero dizer que hoje estou feliz pelo caminho da Finlândia, como naquele dia 25 de Outubro de 2008 quando terminei o primeiro pagamento na última casa em Quatinga Velho. Que da Finlândia venha a lição para o mundo: o Sol nunca deverá deixar de nascer para todos.

Caso tenha despertado sua curiosidade sobre o tema, não foi só do Prof. Okanuchi que Quatinga recebeu a visita, mas de muitas pessoas, jornalistas, professores e alunos, e amigos do Brasil que publicaram seus artigos e até livros. Sim, há toda uma literatura a respeito da nossa experiência brasileira independente de Renda Básica. Bastante coisa em português, outras só em alemão ou inglês. Para quem tiver interesse no final do texto há o link com todos os textos.

DA RENDA BÁSICA NÃO-GOVERNAMENTAL À ECOLIBERTÁRIA

Agora dramas e confissões fora. Vou encerrar este texto fazendo observações acerca das possibilidades do projeto piloto finlandes.

1. Se o projeto não se perder como experimentação cientificista, visando observar resultados, mas for arquitetado

para ser nova tecnologia social que busque constantemente produzir os impactos esperados neutralizando os efeitos colaterais indesejados conforme observados, o experimento será um sucesso. É provável que não resulte exatamente como o esperado, mas certamente resultará na política pública viável determinada não por planejamento, mas como deve ser a realidade pela contingência das possibilidades.

2. E se esta política pública de renda for de fato sem contrapartidas, isto é desatrelada de qualquer exigência mesmo que de obediência governamental, sobretudo tácita, esta experiência abrirá a possibilidade não apenas para a instituição de uma verdadeira Renda Básica incondicional, mas da conquista social de direitos humanos jamais garantidos positivamente e alienavelmente por Estados-Nações. O que é difícil e improvável, mas não impossível.

Portanto se a Renda Básica for de fato incondicional e garantida, seja como usufruto dos bens comuns, seja como provisão dos meios vitais, isto significará garantia positiva e plena do direito a autopreservação e seria a restituição de liberdades e direitos naturais que antecede até mesmo os contratos sociais, e que são imprescindíveis aos mesmos como constituição dos Estados de paz e justiça. Seria um momento único ao qual arrisco a enxergar como precursor para estados libertários.

Tudo isso é muito bonito, se você como eu é brasileiro então sabe que por aqui o buraco é mais embaixo e malandro pensa que já nasce de bigode. Ou em termos menos vulgares a natureza humana é a mesma, mas as instituições não. Cultos e culturas, escolas e costumes, estados e organizações que formam e deformam caráter estão se globalizando, mas guardam muito dos vícios e virtudes da sua formação histórica. Por isso, se como eu você não confia em política, governo, empresa, nem ninguém definitivamente aculturado para sobreviver na nossa armadilha de caranguejos, você sabe que para a Renda Básica funcionar (e não só por aqui) é preciso mais do que só distribuir dinheiro. Por aqui no Brasil estou certo, é preciso cortar muito mais do que a burocracia e as contrapartidas clientelistas, é preciso mais do que emancipação econômica, é preciso emancipação política e reintegração dos direitos político-econômicos.

Uma sociedade que protege o direito natural à propriedade e não garante a Renda Básica, não protege de fato o direito natural à propriedade. Se as rendas devem pertencem aos donos das propriedades, a Renda Básica igual deve ser garantida para todos, por uma simples razão: porque todos temos propriedades iguais sobre o bem comum e natural de nossos território. Dinheiro não nasce em árvore, nem cai do céu, mas as propriedades naturais produzem o capital sem que se trabalhe nelas, e toda a população que é por direito soberana e herdeira de uma terra, tem o direito de usufruir igualmente os rendimentos das suas riquezas naturais.

Vou além. Os herdeiros do território, não são os filhos dos conquistadores, mas toda pessoa que habite a Terra em paz e harmonia com a natureza. Toda pessoa de paz é coproprietário do território porque a propriedade natural é determinada pelo igual direito de todo ser vivo ao meio ambiente e recursos naturais necessários para satisfazer suas necessidades vitais. Tais propriedades naturais necessárias a todos são por isso chamadas de bem comum, e sobre eles não cabe as sociedades civis e seus contratos sociais nenhuma apropriação estatal nem privada, mas garantia de preservação, acesso e distribuição dos rendimentos inclusive como dividendos sociais.

Seja apropriação o bem comum, seja a subtração dos rendimentos básicos devidos, a população pode não ser (como não é) considerada um crime pelo poder estatal, mas é um crime contra os direitos naturais de toda humanidade. Tanto que a carestia absoluta de bens comuns ou rendimentos garantidos leva a guerra pela única razão, à legítima de defesa: autopreservação.

Hoje no Brasil não precisamos menos de um governo distribuindo Renda Básica sobre o que não lhe tomou e não pertence, do que de uma sociedade civil ativa reclamando a restituição dos bens e rendimentos que sempre foram seus por direito natural. A Renda Básica deve ser instituída sim, mas não como benesse, é um direito constitucional para cada cidadão como iguais em autoridades enquanto coproprietário dos bens públicos dos quais o poder estatal não deveria ser senão o

gestor. Um Gestor Público sem direito de posse ou controle algum, mas tão somente a obrigação de pagamento dos dividendos sociais.

Antes da Renda Básica precisamos recuperar o fundamento de nossas liberdades básicas, nossa autoridade sobre o bem comum, nossas terras e territórios naturais controlados política e economicamente como posse estatal e privada. Precisamos readquirir a soberania sobre as fontes de dividendos comuns capazes de pagar a Renda Básica. Precisamos recuperar o controle sobre o fluxo dos lucros e dividendos de propriedades públicas como Petrobras, Fundos de Pensão, Bancos Públicos. Ai meu amigo o que discutiremos não é se devemos ou podemos ter Renda Básica para todos, mas quanto. Passaremos a discutir o quanto usaremos destes recursos para pagar a Renda Básica para cada brasileiro hoje, e quanto deverá ser reinvestido na infraestrutura ou guardado para as próximas gerações.

Por isso pouco me interessa se administração das propriedades públicas é estatal, privada ou mista, desde que eu seja de fato o dono do que é meu e receba o cheque na minha casa e possa trocar de gestor quando quiser se estiver insatisfeito. Todo o resto é e deve ser negociável. Sendo livre a concorrência e nós, o povo, os donos e não eles monopolizadores estatais e privados, o resto é uma questão de consenso.

Temos que controlarmos democraticamente nossa política onde de fato ela é controlada e sempre será. Na economia, porque o poder de fato nunca estará no voto nem na política, nem jamais o vigia que vigiar o vigilante, mas quem compra a todos eles. É na economia ou mais precisamente na (i) provisão mútua de recursos econômicos básicos e iguais para todos, (ii) conjugada a liberdade plena de associação inclusive monetária e financeira, que todos finalmente poderão ir além do mero consumo do que se dispõe e impõe, mas definirão diretamente o que precisam ou não bancando a alocação de recursos para produção dos bens e serviços de acordo com seus interesses e prioridades, sobretudo sociais.

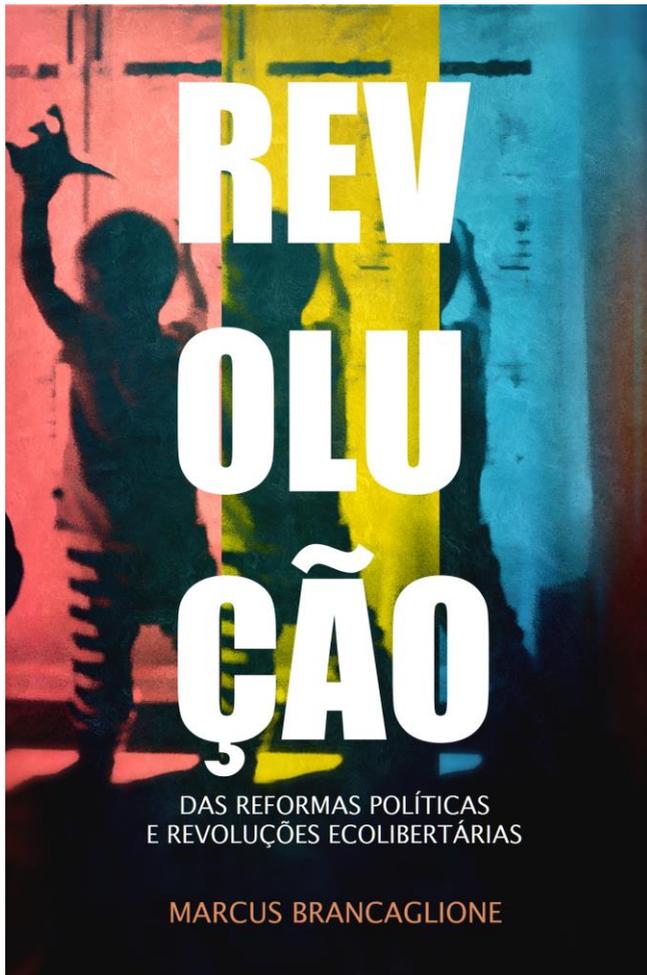
Logo, uma Renda Básica deve ser um princípio constitucional inalienável e paga não importa o valor disponível aos seus verdadeiros proprietários do bem comum. Não importa se 20 centavos ou 20 reais, é dever e não uma escolha política ou uma benesse governamental mas uma obrigação executiva no cumprimento de um dever da garantia dos mais fundamentais de todos: a garantia do mínimo vital. A Renda Básica não é, portanto tão impossível nem tão absurda quanto parece, nem por outro lado nem tão fácil. Se Renda Básica fosse só jogar dinheiro para o alto para todo mundo o Silvio Santos era o pioneiro. O método e a finalidade são importantíssimos para que não se caia nas armadilhas governamentais: inflação, ociosidade e dependência.

A garantia positiva de liberdades é um dos maiores desafios presentes do desenvolvimento humano e talvez o mais importante frente às crises econômicas e humanitárias que as fronteiras geopolíticas não conseguem mais conter. Sou um idealista, mas não ingênuo, não é por acaso que governos sem viés totalitário estão indo em direção à Renda Básica. Só espero que a Renda Básica venha para todos os demais países do mundo em tempo, porque uma coisa que aprendi com a experiência de Quatinga Velho é que a Renda Básica não é um remédio, é a vacina. E não só precisa ser dada a tempo, mas para todo mundo.

PARTE II

REVOLUÇÃO

***DAS REFORMAS POLÍTICAS E REVOLUÇÕES
ECOLIBERTÁRIAS***



RENDA BÁSICA REVOLUCIONÁRIA

Recentemente escrevi artigo defendendo uma renda básica incondicional, libertária e independente dos governos e corporações. Uma renda básica revolucionária. Segue aqui trechos extraídos de dois livros recentes que dão uma ideia sobre as razões desta defesa:

“Não quero que prendam ninguém que me discrimine, quero o fim da segregação, sobretudo sobre o direito natural aos meios necessários a autopreservação. Quero a garantia de liberdades fundamentais, mas dada não como benesse ou favor estatal, mas sim como se deve: por direito natural, e em equilíbrio descentralizado de forças e igualdade de autoridade sobre o bem comum.

Quero o fim dos estados de privação e coerção, o fim das violações sistematizadas. Não quero simplesmente o fim da violação da livre vontade das pessoas de paz, mas o fim do roubo das propriedades particulares e comuns pelos supremacistas. Quero um território onde as pessoas possam se defender particular e mutuamente contra a apropriação de bens e violação destes fanáticos e idolatras por poder. Um território de liberdades garantidas como direitos por disposições constituintes de defesa e provisão mútua como deveres voluntários.

Não quero que ninguém seja obrigado a seguir nada do que digo, não quero que ninguém que não me suporte seja obrigado a conviver comigo, assim como não quero ter que servir ou me associar a eles. Para isso é necessário não só que todos nós tenhamos nossos espaços próprios e tempos livres, mas os meios necessários para viver, de modo que ninguém tome o que é do outro por necessidade, ou se aproprie daqueles espaços e recursos naturais que não podem ser tomados nem consumidos por ninguém sem o prejuízo de todos.

Não quero o fim dos governos, nem sequer das forças armadas; não quero que ninguém seja impedido de tê-los nem de não tê-los; que haja tantos governos quanto as pessoas quiserem ter, desde que elas paguem por eles e não me obriguem mais a servi-los nem a sustentá-los! Tenho que contribuir como todo mundo com o que é o bem de todos? Pois bem, que minha contribuição seja proporcional a participação proprietária que tenho no rendimento nestes bens comuns. Não gostou? Não tem problema, ninguém é obrigado a aderir a nenhum sistema. Quem não quiser participar desta sociedade que monte a sua própria sociedade e negocie seus valores com todos os demais com os mesmos direitos de participação direta no bem comum, liberdade de negociação, valoração e associação de paz.

Claro que não me contento em só simpatizar com a causa dos violentados, defendendo não só o direito de reação proporcional de toda pessoa para se livrar da violência, mas antes disso a garantia dos recursos básicos para que ela não seja jamais

obrigada a se vender ou lutar com todos os meios necessários para por fim a privação da sua vida ou dignidade. Defendo não apenas a descriminalização do direito natural a autopreservação, mas a restituição e garantia dos bens comuns e meios vitais para que ninguém seja premido a entrar em conflito por sua vida ou liberdade.

Defendo, portanto a desmonopolização do bem comum e a igualdade de autoridades sobre os meios vitais, dada não por promessa, mas de fato através de garantias mútuas de liberdades fundamentais como participação igual nos rendimentos básicos destas propriedades comuns.”

“Ninguém é obrigado a sustentar ninguém, nem dar o que é seu para os outros, mas não pode fazer do que é seu a privação dos meios vitais de ninguém. Todas as pessoas sem distinção tem o direito natural de tirar seu sustento dos meios vitais conforme suas necessidades, mas a posse de um bem natural só é legítima sem a privação das necessidades básicas dos outros, o que significa antes de mais nada a preservação da próprio meio ambiente.

Se toda agressão não for criminalizada, e toda legítima defesa descriminalizada; se todos (inclusive o Estado) não responderem igualmente pelo uso da violência; se não formos iguais em autoridade e liberdade; sem a abolição da imposição de poderes supremos e o reequilíbrio das forças entre as pessoas naturais; sem o fim da discriminação dos direitos naturais, e

segregação do bem comum; sem autoridades iguais sobre os bens públicos e garantia de liberdades fundamentais como direito as necessidades vitais; sem e a participação igual nas propriedades comuns conforme o rendimento; e, sobretudo sem a proteção mútua das fontes naturais de toda vida: não há reforma, não há Estado, não há revolução, há apenas a continuação do mesmo crime contra liberdade e igualdades fundamentais, o crime do estado belicoso e burocrático contra o direito natural dos movimentos de paz e sociedades livres. O crime contra todo direito à vida e livre comunhão para imposição de ordens e corporações estatais e privadas.

A apropriação ordenada e pacífica, tanto privada ou comum de um bem natural, só se legitima quando não se priva nem destrói o acesso aos meios vitais de ninguém, ou o que é a mesma coisa, garante-se que todos tenham participação no rendimento das propriedades comum e da parte natural de toda propriedade privada que não pode ser destruída, mas preservada como condição para a legitimidade desta posse. Em outras palavras, toda propriedade, seja particular ou comum, só é legítima quando não prejudica a necessidade vital de ninguém, nem destrói a natureza e meios vitais necessários não só a todos, mas a toda vida.

A lei que vai contra esse direito natural não é lei é crime contra a natureza e a humanidade. Todo ser vivo tem o direito ao acesso aos meios vitais que são por natureza comuns. E toda sociedade para possuir legitimamente qualquer pedaço de terra

onde habite um único ser vivo ou pessoa, não só não pode privá-lo dos seus meios vitais, como deve prover os meios necessários à vida daqueles a sua apropriação faz-se responsável. Quem não é capaz de prover o mínimo vital sobre os dependentes deve abrir mão da responsabilidade, e quem não tem a autorização dos outros emancipados para assumir esta responsabilidade não tem de fato direito de toma-la para si, quanto mais impedir criminosamente que eles busquem pacífica e associadamente garantir sua autopreservação.”

“Bem sei que existem pessoas neste mundo que nascem com bem menos do que precisam para poder trabalhar por si mesmas. Mas isso não é vida, e isto não é mundo. Fora deste campo de concentração, na natureza, não há pessoa que não nasça sem nada, não há pessoa que não nasça sem uma terra ou território; em verdade não há ser vivo em toda a Terra que nasça sem um meio ambiente ou meios vitais.

Minto: seres vivos sem meio ambiente e meios vitais são na verdade espécies condenados a extinção, assim como povos e pessoas sem terra e mínimo vital garantido são pessoas condenadas ao holocausto. Pessoas desnaturadas, expropriadas, nascidas sem terra ou usufruto dos seus meios vitais não estão apenas condenados a trabalhar até a morte, mas condenadas, geração após geração, a uma sobrevivida produtiva cada vez maior para, em contrapartida, reproduzir-se em cativeiro cada vez menos.

O ato criminoso ou omissivo, dito legal ou ilegal, não derrubado nem impedido pelos representantes da justiça, não demanda menos que a justiça seja retomada por seus titulares, por seus verdadeiros soberanos: as pessoas de paz e voluntariamente dispostas a defender legitimamente seu estado de paz. E nem governantes com seus cúmplices e comparsas, ou oposições golpistas e reacionárias, ninguém predisposto à agressão ou privação do povo poderá manter ou impor seu status quo.

O governo que não garante o mínimo vital nem protege os meios vitais incondicionalmente não é só ilegítimo, é criminoso. E a justiça que se omite quanto a esse crime se não é cúmplice é omissa e, portanto ilegítima por falta de responsabilidade. E qualquer pessoa de paz que reclame os direitos de autopreservação ou se levante para defender solidariamente quem privado esteja dos seus direitos naturais não só age com justiça e legitimidade. Chame-se ou chamem-no do que quiser, esta pessoa que decidiu cumprir com suas responsabilidades sociais como o deve ser voluntariamente que é a constituinte do verdadeiro estado de direito.

Onde a lei perverte a moral, e a moral a vida e liberdade, o direito natural que legitima a defesa da vida e liberdade deve ser restituído como estado; e se a reforma constituinte do estado não restituir o direito natural que a revolução constitua o estado de direitos naturais. Não são, portanto as pessoas de paz que devem ser recriminados nem perseguidas pela lei e a ordem, mas a ordem que deve imediatamente legislar com

correção pelo direito natural à vida e a liberdade. Se a lei e a moral ignoram o necessário, elas não são falhas. Se a lei e a moral mandam o impraticável, elas são nulas. Se a lei e a moral mandam o que deveria ser imoral e ilegal elas são corruptas, e devem ser desobedecidas. Porém se a lei e a moral mandam o desumano e o antinatural elas são perversas e devem ser não só derrubadas, mas reconstituídas em harmonia com a ordem livre e natural: das necessidades vitais das pessoas e da natureza.

A escravidão jamais será abolida meramente pela proibição da posse de um ser humano pelo outro, mas pelas garantias de que todos os seres humanos tenham o mesmo direito natural a liberdade- e não no papel, mas de fato. Da mesma forma a privação não será abolida por nenhuma proibição a posse exclusiva dos meios vitais, mas pela garantia de acesso a todos sem nenhum tipo de segregação aos meios vitais. A natureza não se protege proibindo sua posse exclusiva por alguém, a natureza não é propriedade de todos, mas de ninguém. A natureza não é propriedade para ser tomada ou consumida, seja para ter um meio ambiente seja para ter sua parte nos rendimentos básicos necessários, toda a pessoa tem direito de proteger a natureza com a mesma força necessária e proporcional com que defende sua autopreservação.

O poder só é monopólio, só é “mal necessário” e o “único provedor do bem” porque persegue e elimina toda a livre concorrência para a produção do bem comum e serviços

sociais. O Estado é o cafetão que obriga a pessoa a se prostituir, e que quando ela diz que quer ir embora ele pergunta: mas como ela vai se proteger sem ele? O estado de poder é a justificação da violência pela própria privação dos meios necessários para se escapar dela, a desqualificação da liberdade como uma possibilidade real pela legalização da violência como meio de ameaça velada (e se necessário explícita) para impedir a independência das pessoas e dos povos.”

“Bem sei que existem pessoas neste mundo que nascem com bem menos do que precisam para poder trabalhar por si mesmas. Mas isso não é vida, e isto não é mundo. Fora deste campo de concentração, na natureza, não há pessoa que não nasça sem nada, não há pessoa que não nasça sem uma terra ou território; em verdade não há ser vivo em toda a Terra que nasça sem um meio ambiente ou meios vitais.

Minto: seres vivos sem meio ambiente e meios vitais são na verdade espécies condenados a extinção, assim como povos e pessoas sem terra e mínimo vital garantido são pessoas condenadas ao holocausto. Pessoas desnaturadas, expropriadas, nascidas sem terra ou usufruto dos seus meios vitais não estão apenas condenados a trabalhar até a morte, mas condenadas, geração após geração, a uma sobrevivida produtiva cada vez maior para, em contrapartida, reproduzir-se em cativeiro cada vez menos.

O ato criminoso ou omissivo, dito legal ou ilegal, não derrubado nem impedido pelos representantes da justiça, não demanda menos que a justiça seja retomada por seus titulares, por seus verdadeiros soberanos: as pessoas de paz e voluntariamente dispostas a defender legitimamente seu estado de paz. E nem governantes com seus cúmplices e comparsas, ou oposições golpistas e reacionárias, ninguém predisposto à agressão ou privação do povo poderá manter ou impor seu status quo.

O governo que não garante o mínimo vital nem protege os meios vitais incondicionalmente não é só ilegítimo, é criminoso. E a justiça que se omite quanto a esse crime se não é cúmplice é omissa e, portanto ilegítima por falta de responsabilidade. E qualquer pessoa de paz que reclame os direitos de autopreservação ou se levante para defender solidariamente quem privado esteja dos seus direitos naturais não só age com justiça e legitimidade. Chame-se ou chamem-no do que quiser, esta pessoa que decidiu cumprir com suas responsabilidades sociais como o deve ser voluntariamente que é a constituinte do verdadeiro estado de direito.

Onde a lei perverte a moral, e a moral a vida e liberdade, o direito natural que legitima a defesa da vida e liberdade deve ser restituído como estado; e se a reforma constituinte do estado não restituir o direito natural que a revolução constitua o estado de direitos naturais. Não são, portanto as pessoas de paz que devem ser recriminados nem perseguidas pela lei e a ordem, mas a ordem que deve imediatamente legislar com

correção pelo direito natural à vida e a liberdade. Se a lei e a moral ignoram o necessário, elas não são falhas. Se a lei e a moral mandam o impraticável, elas são nulas. Se a lei e a moral mandam o que deveria ser imoral e ilegal elas são corruptas, e devem ser desobedecidas. Porém se a lei e a moral mandam o desumano e o antinatural elas são perversas e devem ser não só derrubadas, mas reconstituídas em harmonia com a ordem livre e natural: das necessidades vitais das pessoas e da natureza.

A escravidão jamais será abolida meramente pela proibição da posse de um ser humano pelo outro, mas pelas garantias de que todos os seres humanos tenham o mesmo direito natural a liberdade- e não no papel, mas de fato. Da mesma forma a privação não será abolida por nenhuma proibição a posse exclusiva dos meios vitais, mas pela garantia de acesso a todos sem nenhum tipo de segregação aos meios vitais. A natureza não se protege proibindo sua posse exclusiva por alguém, a natureza não é propriedade de todos, mas de ninguém. A natureza não é propriedade para ser tomada ou consumida, seja para ter um meio ambiente seja para ter sua parte nos rendimentos básicos necessários, toda a pessoa tem direito de proteger a natureza com a mesma força necessária e proporcional com que defende sua autopreservação.

O poder só é monopólio, só é “mal necessário” e o “único provedor do bem” porque persegue e elimina toda a livre concorrência para a produção do bem comum e serviços

sociais. O Estado é o cafetão que obriga a pessoa a se prostituir, e que quando ela diz que quer ir embora ele pergunta: mas como ela vai se proteger sem ele? O estado de poder é a justificação da violência pela própria privação dos meios necessários para se escapar dela, a desqualificação da liberdade como uma possibilidade real pela legalização da violência como meio de ameaça velada (e se necessário explícita) para impedir a independência das pessoas e dos povos.”

Marx estava errado: quem toma o bem comum à revelia do direito natural não é apenas um ladrão ou acumulador compulsivo, explorador do trabalho ou usurpador de meios de produção, quem toma os meios vitais de todos para compeli-los ao trabalho forçado e a obediência política, ainda que seja até a morte de populações inteiras é pior que um escravagista, é um assassino em massa, um genocida.

O problema não é o capitalismo, nem o socialismo, mas sim o monopólio estatal. O problema é a usurpação de todo capital natural e participação nos seus rendimentos a todas as pessoas como o devido do usufruto dos seus meios necessários à vida. Nem propriedade nem rendimentos podem ser tomados à força, nem restituídos por ela. O problema não é quem detém a propriedade, mas o como. A questão é se existe um poder centralizador que define o que é de quem, ou valores, ou se os valores e propriedades são definidos em paz por pessoas iguais em liberdade para negociar.

Por isso, se naturalmente não temos o direito de privar ninguém destes bens, seja tomando seja destruindo-os, humana, socialmente e inteligentemente deveríamos com justiça fazer o oposto do que é feito: deveríamos não só com justiça restituir os meios vitais a toda pessoa como é devido por direito natural, mas garantir que ninguém estivesse privado das suas necessidades básicas seja por causas naturais ou não. Toda pessoa que se considere livre, capaz e emancipada deveria afirmar voluntariamente sua capacidade, liberdade e independência assumindo sua responsabilidade social com a sustentação da paz e liberdade em seu próprio estado. Deveria assumir o compromisso mútuo de garantir o direito universal de todos à provisão das necessidades básicas através garantia da sua participação nos rendimentos dos bens comuns.

Para se reaver o que é naturalmente comum a todos ou de cada pessoa em particular não é necessário a violência, é necessário justamente a disposição a legítima defesa com todas as forças necessárias, sobretudo aquelas mais difíceis de mobilizar: as proativas e não-violentas capazes de neutralizar as causas da violência com antecedência e impedir a instauração da própria discórdia e deflagração do confronto como necessidade. Reagir e se defender é uma necessidade, mas só quando justamente já não há mais alternativas; esperar, portanto pelo momento do conflito enquanto tudo caminha sem buscar outros mundos possíveis seria até criminoso se esta omissão não fosse puro comodismo ou mesmo falta de inteligência. A verdadeira revolução não é reativa, mas proativa e se constitui da

construção do novo mundo dentro do velho. Defender as novas gerações frente às múmias e vampiros do status quo materialista, isto sim é a ação preventiva imediata e necessária.

(...)Trabalhar pró-ativamente para superar as situações ao limite, para criar novas situações que traspõem as limitações e horizontes de eventos artificiais da realidade imposta; trabalhar para superar o aparentemente inevitável e criar não o fim, mas o novo, não é apenas legítimo e produtivo, é revolucionário. Trabalhar para superar o ciclo da violência e dos conflitos e sacrifícios, trabalhar pela transcendência das causas geradoras dos estados e holocaustos, trabalhar pelo fim das privações e segregação dos discriminados e necessitados pelo fim dos ganhos sem custo dos violentadores e supremacistas, trabalhar pelo fim da redistribuição de custos da violência entre os próprios violentados, trabalhar em causa própria e não contra si mesmo simplesmente liberta. E a revolução é justamente esta: a luta da humanidade pelos direitos naturais contra a violência da estatização do bem comum para a socialização dos custos da privatização da vida alienada.

E se o dia da independência for de fato o da libertação, a igualdade não se estabelecerá pela imposição de nenhuma outra autoridade suprema ou destruição da autoridade natural de cada pessoa. Virá sim pelo respeito recíproco e igual de cada pessoa sobre a autoridade do outro sobre seus bens particulares e de todos por seus bens comuns. A igualdade não se dará pela supremacia das forças, mas pela simetria e

equilíbrio de autoridades sobre o bem comum derivadas da própria garantia das liberdades de fato para todos- não como direito artificial (positivo ou negativo), mas natural— como propriedade fundamental que de fato pertencem a todos não para serem destruídas, mas para ser usufruídos por cada pessoa como seu meio vital.”

“A Liberdade não é dada pelos valores que se possui, mas no quanto se é livre para criar e recriar constante seus próprios valores. Não é status, é movimento. O libertarismo não é uma ideologia, não é uma verdade moral, mas natural. Direitos, liberdades e propriedades naturais não são necessidades sempre legítimas por causa de nenhuma invenção da fé ou razão, mas pelo simples fato de que não há fé ou razão, não há vida nem existência sem a preservação e garantia destes meios e necessidades básicas. A paz é uma necessidade moral do ser humano, uma escolha da humanidade, não apenas como sua forma de vida, ou organizações sociais, mas como o comportamento que um dia distinguirá nossa espécie.

Os seres humanos não renunciam a violência apenas porque entende que a paz é a melhor estratégia evolutiva, sua identidade, ou simplesmente a forma como querem ser e viver, os seres humanos renunciam a violência, sobretudo porque não estão premidos pelas necessidades vitais. Reduzidos a nossas necessidades básicas não há imoralidade, nem ilegalidade em nossas ações, não somos leões e aquele que preda para sobreviver não está livre de responder por seus atos, mas só na

exata medida da liberdade de fato que possui para exercer suas capacidades humanas da autodeterminação perante a necessidade da autopreservação. E não só ninguém pode ser responsabilizado por sua falta de autodeterminação perante o perigo absoluto da autopreservação, como é garantindo todos os direitos de fato a autopreservação que se permite a desenvolvimento de nossa autodeterminação das pessoas e dos povos.

As liberdades fundamentais não são meras regras sociais, são direitos naturais, porque são necessidades que não podem ser violadas ou constituídas por regras humanas, mas precisam ser observadas pelo ordenamento moral e social se queremos constituir sociedades que não são perversas, destrutivas, antinaturais, ou meramente violentas, desinteligentes e insustentáveis. Direitos naturais não estão acima de qualquer juízo, lei, moral ou verdade, eles estão além dos seus domínios porque é simples eles sequer existem onde os direitos naturais não são respeitados.

A natureza começará de fato a ser preservada pela coexistência pacífica socialmente instituída. Quando a legítima defesa contra a violência e o poder contra seu fanatismo e supremacismo for constituída como disposição necessária não teremos apenas o início de uma revolução, mas de fato de um novo mundo fundamentado na preservação libertária da natureza. Um estado de paz e direito natural sustentado não por discursos moralistas ou direitos de papel, mas pela

proteção dos meios vitais e defesa da liberdade como prática permanentemente revolucionária.

A revolução não é discurso é prática, não é o fim é meio, não é status é movimento. Não pertence a nenhum século nem a nenhuma geração, ela é do novo atemporal que se levanta por sua liberdade e criatividade contra tudo que já deveria estar ultrapassado. Que o novo venha e supere todo velho poder monopolista e violento que tente se colocar contra ele. Porque o velho não precisa ser sábio para não ser um canalha que se posta contra o novo, basta ele não encerrar mais os caminhos.”

Parte III
Repúblicas Libertárias
e Democracias Econômicas



IMPEACHMENT? SÓ? QUERO DEMOCRACIA DIRETA E ECONÔMICA

Impitimar a Presidente? Porque só ela? Porque não todos? Não sejamos tímidos nem covardes. Os problemas não nasceram com ela, e não vão morrer com ela. Vamos direto ao ponto: Por que não impitimamos todos os políticos? Porque cortar a cabeça da rainha para entregá-la a outros projetos de poder e sua corte? Que a presidenta fique, então? Não que ela caia; e leve junto com ela, não apenas seu partido, mas todos — de situação e oposição; leve como ela todos os projetos de poder: de agora, antes e depois. Que ela vá para o buraco e carregue seus amigos e inimigos, todos capazes de fazer qualquer coisa para voltar ou ficar no poder. Que afundem com o próprio poder. Não quero cabeças rolando, quero o fim dos tronos.

Se corno é o povo que os reelege, é mais corno ainda o povo que continua acreditando que “não, o próximo não! Esse sim será o salvador! Agora vai dar certo, tem que dar certo”. Pois é. Pior do que corno manso é ser conformado. Pior do que a vontade de ser enganado é a estupidez da conformação a realidade. A estupidez mor não está em crer, neste ou naqueles governos, mas continuar acreditando em papai-noel. E há quem ainda por cima defenda esta mentira como um “mal necessário”. Coitado do coitado que sem ser um liberal compra essa história dos governos como um mal necessário; o mal só é uma necessidade para quem vive da maldade, e não para quem sofre com ela. Derrubar um governo para colocar outro, é tão

liberal quanto o próprio estado mínimo. E pior, do que defender o mal como necessidade é defender o mal como se fosse o próprio bem-estar social.

Não se engane: Estados não tiram de quem tem para dar a quem precisa, tiram de quem não pode escapar, para dar a quem está no poder e sempre estará, enquanto houver Estado. Para o resto nunca devolvem mais do que migalhas. E o resto, meu amigo, não é a oposição (que um dia foi ou será governo), mas o povo, que sempre ficará onde sempre esteve fora do governo. Porque o dia em que o povo for governo não haverá mais governantes, mas sim sociedades livres. Verdade tão evidente que precisa ser crucificada por quem vive de vender sombras ou não suporta mais a luz.

Por isso, cassem não apenas os presidentes, mas toda a classe de parasitas destes sistemas políticos de burocracia estatal e paraestatal. Que se dê um fim a este ridículo teatro da representação política e seu culto as personas e poderes. Que nos livremos não só dos políticos, mas das segregações de classes e povos desta cultura idolatra ao poder. Que se extingam todos os cargos eletivos e comissionados; que fiquem somente os servidores públicos; quem realmente trabalha e faz a coisa pública funcionar apesar de todo roubo e burocracia.

Que se liberte o serviço público e o bem comum da corrupção do poder central; que o público se torne social, eficiente e competitivo; e seja diretamente regulados por disposições

constitucionais clara e objetivas, propostas e financiadas diretamente pela população sem a intervenção dos inúteis e nocivos representantes legislativos e executivos. Não está satisfeito, com a gestão pública? Não espere quatro anos. Não tente tomar o poder. Troque já, mas não tente impor sua opção a mais ninguém. Deixemos as pessoas coexistirem em paz sem impor governos e administrações umas as outras. E para todas as decisões que exigem a participação de todos, que não haja mais ditaduras de maiorias ou minorias e protestos, mas a permanente negociação. Aliás, como fazem os governos que não querem ser derrubados: não impõem, negociam. Que então, o que se têm de fazer na prática, se faça como dever constitucional e direito de todos, mas sem atravessadores, por favor: que o direito pleno a livre negociação e associação de paz constituam nosso estado de direito.

E se ainda assim precisarmos de tecnocratas como os Levys da vida para governar de fato (o que duvido, mas se...), que o poder de colocá-lo e tirá-los seja da sociedade e não dos governantes fantoches ou reféns do mercado.

Se quem governa de fato são as forças do mercado (e não somos mais estúpidos para acreditar no contrário) que então abandonemos esta hipocrisia cretina do poder central e passemos a participar da política onde ela de fato é feita e decida: nos mercados. Que tenhamos direitos políticos de verdade e garantidos não pela fantasia do voto ou das eleições mas como meios de fato, materiais, direitos econômicos para

participar da verdadeira definição dos destinos da nação, da verdadeira política: o capital. Não deixemos um partido único no poder, nem dois, nem vários, eliminemos todos intermediários e atravessadores, acabemos com o engodo das eleições e passemos também nós, o povo a exercer nossos direitos político-econômicos não pela falsidade do voto, mas pela realidade do capital- o mesmo poder de verdade com que as pessoas livres de fato fazem valer seus direitos naturais e sociais.

Chega de assistir e pagar por esse teatro ridículo e imbecilizante da representação política. Adotemos imediatamente a verdadeira democracia: a econômica. Direitos políticos são uma ficção sem a garantia dos direitos econômicos. Precisamos de direitos plenos de associação político-econômica e acesso garantido aos meios vitais e naturais, o capital, para participar como cidadão das decisões políticas exatamente como quem controla o poder político o faz: na economia, participando com o capital do mercado financeiro e influenciando o destino do país através das suas associações financeiras. Passemos a exercer o controle político exatamente como os capitalistas o fazem, porque como eles, somos seres humanos e cidadãos com direito de acesso aos meios vitais e ao bem comum: o capital.

Que possamos nos associar e dissociar em paz e liberdade. Que as pessoas naturais em sociedade possam competir diretamente no mercado sem o protecionismo do poder

central às corporações privadas e estatais. Que as pessoas de verdade não tenham seus direitos humanos desintegrados apenas para se reproduzir como mão-de-obra e consumidores, mas que tenham direito o fundamental ao capital devolvido para poder competir num verdadeiro mundo livre sem monopólios, num verdadeiro livre mercado social.

O problema são os monopólios? Os especuladores? Que se quebre então o subsídio a seus privilégios corporativos. Que se acabe com os monopólios, mas com todos eles, principalmente o monopólio maior, o estatal sobre o bem comum e serviços públicos. Que se quebre o monopólio arrogante da violência sobre o direito fundamental às sociedades livres de negociarem em paz. Deixe as pessoas que compartilham de uma mesma terra e território negociar pacificamente sobre o que são suas propriedades particulares e comuns e os monopólios desaparecerão.

Ouvir o governo reclamando dos empresários corruptos e do mercado especulador seria até patético se não fosse odioso. Não se engane: quem sustenta os privilégios do próprio mercado como classe é o governo com seus subsídios jurídicos, burocráticos e sobretudo monetários a esses monopólios corporativos que retribuem o “favor” bancando essa grande engodo do embate entre governo e mercado.

Regular os mercados é ficar tirando bodes da sala. Que a administração e gestão pública sejam autodeterminadas pelas

peças e associação livres, unindo-se financeiramente para contratar e bancar a produção do que as interessa, como faz quem verdadeiramente manda no sistema político-econômico. Que não sejamos mais obrigados a comprar produtos e políticos pré-fabricados, mas possamos demandar a produção dos bens particulares e coletivos de acordo com seus interesses individuais e comuns, não como eleitores pedintes, mas como cidadãos de fato contribuintes, financiando nossos próprios interesses particulares e compartilhados.

Não é preciso redistribuir nada, não é preciso tirar nada de ninguém é só pagar o que é nosso por direito como verdadeiros donos do patrimônio público, pagar nossos dividendos sociais para cada pessoa e deixar que nos associemos para competir não só com os monopólios privados, mas com os monopólios estatais que nós mesmos bancaremos nossos interesses particulares e comuns de acordo como nossos interesses sociais.

É participando dos mercados não apenas como mão-de-obra e consumidores, mas como cidadãos detentores de capital e membros de sociedades financeiras mútuas, com capacidade de gerar e bancar as demandas econômicas e políticas, que garantiremos enfim nossos direitos humanos mais fundamentais.

A política nas democracias continua sendo feita, nos mesmos lugares deste sua origem clássica: nas praças públicas e ruas,

que vez ou outra são palco de revoltas e manifestações, mas no dia a dia, pertencem aos mesmos atores: os mercados. Quem manda nos territórios é quem ocupa o espaço público; e quem deve ocupar o espaço democrático cotidianamente são os livres mercados, não estatizados nem liberais, mas sociais. A libertação não é dada pela tomada do poder ou da coisa pública, não é dada pela supremacia dos monopólios, mas justamente pela rede de proteção social contra todos os monopólios incluindo o maior: o estatal.

Capitalismo não é (só) o sistema estatal de extração de trabalho forçado e servidão política pela privação do capital, mas o sistema social de tomada de decisão daqueles que possuem o capital como direito fundamental garantido. Se o capital pertence a uma classe de privilegiados, os proprietários intitulados pelo monopólio da violência estatal, o capitalismo é uma tirania aristocrática; se pertence aos proprietários que se reconhecem e protegem mutuamente em sociedades de paz, então não é apenas uma verdadeira democracia, mas uma verdadeira república libertária sustentada não pela discriminação entre classes de cidadãos mais ou menos livres, mas sim fundada na garantia de liberdades fundamentais para todos como condições concretas e não promessas de papel.

A democracia é feita pelas pessoas livres. E só são livres aqueles que têm propriedades e rendimentos. O resto são seus empregados. O resto é povo, e é obrigado a trabalhar, não só para se sustentar, mas para sustentar a liberdade como se

fosse privilégio alheio e não direito natural. Quem não tem propriedade não tem rendimento, e quem não tem renda garantida não tem liberdade suficiente para bancar seus interesses político-econômicos; não tem controle nem sobre os destinos da sua própria vida quanto mais sobre a do seu país.

A falsa democracia e falsa liberdade política e econômica dos povos reduzidos a classes sociais, é perfeitamente definida pela produção de massas fordista “você pode ter o carro da cor que quiser desde seja preto” (e claro, carro). O acesso ao dinheiro, crédito, os subsídios estão reservados aos cidadãos de primeira classe: os proprietários- e proprietários porque tem subsídios. Para eles que compõem o mercado há subsídios econômicos garantidos, mas a quem não têm a garantia de propriedades nem dividendos sociais não há meios suficientes para exercer o poder político, apenas a obediência civil. Para nós o resto, o povo, no lugar dos nossos direitos e dividendos há a obrigação mal disfarçada de “direito” do trabalho, o voto e eleições. Para o resto, o povo empregado há o regime do trabalhado forçado e servidão política: a escravidão por necessidades e dívidas.

Quem não tem meios para fazer valer sua livre vontade nos contratos políticos e econômicos não é partes da negociação, é objeto. Quem não tem meios para negociar livre da privação das necessidades, sobretudo as planejadas não é cidadão, mas escravo. Negociação feita com pessoas sem garantia de condições do exercício do seu poder de decisão e consciência não são negócios legítimos são transações feitas contra pessoas

sem liberdade de escolha, presas às necessidades, e que se privadas dos meios vitais de forma programada ou sistematizada não são só transações nulas mas criminosas.

E não é só.

Territórios onde as pessoas vivem sem meios para sair ou sobreviver sem servir quem controla essas terras não são países, mas campos de concentração dos empregados. E se nestes campos não existe mais emprego (ainda que servil) para todos, e mesmo assim o sistema de exclusividade do acesso aos meios vitais é mantido sem garantia do mínimo vital para os demais, esse território nacional não é só um campo de trabalho forçado, mas um campo de extermínio dos segregados: os povos historicamente dominados, apartados e reduzidos a classes empregadas.

Não. Esse crime contra a humanidade que ocorre dentro das terras de um país, não é só responsabilidade dos seus governantes, mas de todos os donos deste território, os cidadãos. É responsabilidade de cada um de nós na exata medida do nosso poder decisão política e econômica, da nossa liberdade e direitos fundamentais garantidos, ou o que é a mesma coisa, da nossa participação, ou não, no controle sobre os recursos vitais e naturais desta terra; o fator determinante do grau de cidadania e condição humana- se livre ou escrava; se libertária ou exploradora.

Isto posto, a Dilma então vai cair porquê? Por que ela deixou arrebentarem a Petrobrás? Por que ela destruiu NOSSO maior patrimônio? Nosso de quem?

Eu brasileiro nato não recebo em casa nenhum dividendo social de nenhum patrimônio público, não recebo nenhum fruto nem usufruto da minha terra. Pelo contrário assim como a maioria só banco a estatização da minha própria terra natal com impostos; sustento minha própria discriminação e segregação do acesso ao bem comum e ainda por cima pago a vigilância sobre a expropriação dos meus direitos naturais. Não sou dono de nada, não decido nem tenho participação em nada do eles mesmo dizem que é meu! Mas isso é obvio, a Petrobras ou qualquer outra empresa estatal, como diz o próprio nome, não é minha nem sua de fato, mas do poder estatal e dos seus. Se Papai-Noel existe, nem todo mundo então é filho dele.

Que se privatize então a Petrobras? Que privatizem o que é deles! Como quem rouba pode vender o que nem é seu? Pior do que a Estado tomar sistematicamente o que não lhe pertence é entregar a quem não se deve. Nem privatização, nem estatização. O bem comum deve ser devolvido ao seu verdadeiro dono: o povo. Ele não sabe administrar? Sem problemas. Agora ele está contratando quem saiba, e sem atravessadores. Que a Petrobras fique exatamente como esta, mas sem os políticos, e que os verdadeiros donos, o cidadão brasileiro e investidores (porque não?) recebam seus direitos, os dividendos sociais.

Deixem o bem comum em paz, cortem o pútrido e seus vermes da coisa pública, eliminem os políticos como classe[1], e não só a gestão pública se libertará da corrupção e ineficiência do monopólio estatal como os direitos e dividendos sociais devidos a cada cidadão serão pagos sem mais protelação, condicionalidades ou burocracia como se devem: como rendimento básico garantido. Afinal, se a nacionalidade é um direito inalienável de quem nasce no território, porque a autoridade e os rendimentos sobre essa terra pertencem ao Estado e não aos seus proprietários legítimos o povo como dividendos sociais?

Utopia? Utopia uma ova! Só se for no País da Distopia. Não estou pedindo para inventar nada, nem dar nada que já não seja devido por direito a cada pessoa. Dizem que quem defende a renda básica para todos é um alienado, mas alienação é passar a vida inteira trabalhando e votando para sustentar interesses e posses alheias. Se os defensores da renda básica têm em algo de alienante é quando defendem a estatização da renda básica como assistência governamental e não como disposição constitucional direta. Renda básica é o direito a parte do capital que pertence as pessoas naturais e não das corporações estatais nem muito as privadas. Ela não é dada, não é graça nem é de graça; não é benefício nem concessão; é a paga do rendimento ao proprietário nato e natural.

Prova disto é que se não houvesse o subsídio estatal sobre o bem comum em favor da privação da população, os verdadeiros proprietários que não podem impor a força seus termos e valores, ou mesmo meios de troca, teriam que oferecer rendimentos básicos competitivos como incentivo não só a adesão aos termos dos seus contratos sociais, mas como a contraparte para a aceitação voluntária das pessoas livres aos seus valores e meios de troca.

Se há algo de patético na renda básica está na sua falta de independência, está em pedi-la a quem não tem o direito nem de dá-la quanto mais negá-la. O patético está no coitado, pedir ao currador para, por favor, sair de cima dele. O direito a autopreservação não é graça, é a contraparte da renúncia a ao direito natural de buscar a autopreservação por todos os meios necessários em favor do estado de paz. Estado de Paz que livre da propaganda estatal sobre seu monopólio da violência evidentemente só pode ser iniciada pela garantia social do mínimo vital para todas as pessoas de paz.

Quem detém o poder e a prerrogativa da coerção não vai devolver nada que não lhe pertence sem exigir a perpetuação da servidão política e econômica. Devolver incondicionalmente o controle das coisas naturais é a mesma coisa que renunciar a usurpação da autodeterminação dos povos e pessoas. E a garantia do mínimo vital incondicional, ou seja, sem a exigência da obediência ao poder central seria o mesmo que a libertação. E liberdades não são dadas se conquistam.

A liberdade de autodeterminação dos povos, não pertence aos governantes, mas a cada pessoa soberana em livre comunhão de paz. Pertence a diversidade de pessoas e sociedades capazes de coexistir em paz no mesmo espaço e tempo sem tentar impor suas vontades e valores aos demais- sobretudo os valores políticos, econômicos ou religiosos.

Não é pela liberação nem socialização não é pelo aumento ou diminuição do monopólio dos direitos naturais que chegaremos a paz justiça e liberdade, mas sim pela desestatização e desprivatização dos recursos naturais e meios vitais; pela pura e simples restituição dos direitos as propriedades naturais a quem de fato pertencem: as pessoas naturais como indivíduos com plenos direitos de livre associação e igual usufruto sobre o bem comum como dividendos sociais.

A democracia assim como a liberdade econômica não é meramente o direito de escolha, mas o poder de decisão igual sobre o bem comum dado por estas condições básicas para fazer valer a livre vontade de cada pessoa em cada negociação. Livres porque são iguais em autoridade, e iguais porque tem sua liberdade fundamental mútua e igualmente garantida pelo usufruto deste bem comum.

Sim, é pela garantia dos meios e direitos necessários para tomar parte da sociedade: a posse das propriedades e rendimentos básicos e vitais que sustentem o tempo livre para tratar dos negócios políticos e econômicos que o ser humano

se emancipará e se fará enfim soberano sobre sua própria vida particular e comum.

Democracia é tanto a liberdade fundamental garantida como meios básicos para definir o destino da sua própria vida quanto para tomar parte das decisões da nação como cidadania plena: direitos econômicos básicos garantidos; ou o que é a mesma coisa, o direito de fato para participar da definição da alocação dos recursos tanto particulares quanto comuns. Menos que isso não é renda básica nem democracia, mas mais do mesmo: pão e circo. Trabalho forçado e Servidão política.

Impeachment? Impeachment é pouco. Democracia Direta e Econômica.

Governe-se.

[1] Cargos não pessoas, títulos impostos nunca a dignidade humana. Quem está disposto a sacrificar um único ser humano no holocausto do culto a verdade absoluta é um idôlatra do mal necessário e tudo que lhe falta é a supremacia da violência para impor o monopólio sobre a vida e preconceção do bem e do valor de todos. Quem preza a vida, a liberdade e a libertação, abomina a idôlatra do poder e o supremacismo desta cultura de egreção de alienados. O problema não são os políticos, nem o povo, mas a mentalidade superveniente a autoridade política. O problema não são os dominadores nem os submissos, mas o estado de inconsciência coletiva desta

cultura sádica-masoquista de submissão e dominação. Não reze, não sirva nem se sacrifique a nenhum todo poderoso e o culto ao Poder Total, o templo do mal necessário, desapareça primeiro em você e depois em toda a terra exatamente como ele se originou: como um mito de dominação.

DEMOCRACIA DIRETA E RENDA BÁSICA

As repúblicas libertárias do futuro serão sociedades sem estados, ou mais precisamente sociedades livres dos monopólios corporativos estatais e privados sobre os bens comuns e particulares naturais. Os governos do futuro coexistirão em paz no mesmo território pacificamente como sociedades gestoras cooperativas e competitivas atuando de forma negociada não apenas no mesmo espaço mas ao mesmo tempo.

O mundo livre será constituído pela garantia de igualdade de autoridade em relação aos bens comuns pela garantia de liberdades fundamentais e será dado pela assunção voluntária de deveres mútuos e equitativos para a garantia de direitos iguais universais. As repúblicas libertárias serão formadas não apenas pela renúncia e negação do uso da força, ou desigualdade de forças e poderes, como isto se dará da única forma possível, pela garantia universal das liberdades fundamentais como compromissos mútuos e voluntários dos

mais capazes e conscientes. Os responsáveis pelas sociedades libertárias sem fronteiras.

As novas repúblicas libertárias serão fundadas no princípio da livre comunhão de paz; serão formadas por tanto governos simultâneos quanto forem as sociedades reunidas pelo respeito a um único e mesmo princípio: a sua coexistência pacífica. Todo pessoa de paz terá direito a sua soberania e poderá se associar e dissociar voluntariamente para se governar e determinar tanto seus governantes quanto suas formas de governos.

Proteger o território desta rede libertária será feito não pela imposição de uma vontade coletiva, mas pelo interesse compartilhado de interdependência, defesa e garantia dos valores; pelo interesse de todos em ser e o saber que não podem ser sem tudo e todos que os cercam.

A consciência libertária é a própria manifestação do estado de consciência da coexistência em rede; a congruência natural entre o interesse particular e altruísta de proteger não apenas a si e os seus iguais, próximos ou semelhantes (àqueles que compõem suas comunidades), mas em preservar a própria diversidade natural e humana, todos estranhos e divergentes e suas diferenças que por contraste compõe a nossa própria identidade única e particular em sociedade.

A democracia futura das repúblicas libertárias não será, portanto fundada pela disputa e imposição de projetos e seu

monopólios por certo tempo sobre um determinado espaço, mas pela concorrência permanente de projetos de gestão pública e segurança social e proteção do bem comum. A democracia não terá necessidade de voto, representação ou intermediação, nem muito menos de veto de nenhum destas formas de tomada de decisão ou qualquer forma livre espontânea de organização das livres sociedades.

A democracia será antes de tudo econômica e se dará pela garantia da paz e liberdade fundamental e autoridade igual sobre os bens comuns, pela distribuição da renda básica suficiente tanto para cada pessoa possa subsistir sem o uso ou submissão a força quanto participar das decisões políticas tanto da sua sociedade quanto da rede de federações formada por elas.

Uma nova democracia direta descentralizada e econômica não mais caracterizada pelo falso teatro da representação, construído pela separação falaciosa da política e economia; instituída pela desintegração do ser humano e suas propriedades e autoridades naturais. Uma nova democracia livre e libertadora dos sistemas de exploração pela privação das liberdades fundamentais: os meios vitais e ambientais.

As novas democracias diretas e econômicas serão formadas a partir da plataforma de repúblicas libertárias. Repúblicas constituídas pela igualdade de autoridade sobre o bem comum entre todos os cidadãos. Igualdade dada pela garantia de

liberdades fundamentais geradas pelos rendimentos compartilhado destes bens comuns. Uma renda básica incondicional.

A nova democracia não será feita da desigualdade entre representantes e representados, entre os que detêm o poder de decisão da alocação dos recursos, e os que alienaram seu poder decisão a terceiros. A nova democracia não precisará de votos nem para eleger mandatários nem sequer para eleger prioridades. A nova democracia é um novo sistema socioeconômico baseado na reintegração da política e economia, ou melhor, no fim da falsa separação entre a política e a economia.

O cidadão dotado de uma renda básica distribuída de forma descentralizada diretamente de cidadão para cidadão, de acordo com o princípio da equidade (todos contribuindo equitativamente para gerar uma renda básica igual), deverá ser capaz de decidir por conta própria não apenas como alocar seu recurso particular conforme suas necessidades, mas poderá decidir diretamente quanto e como alocar seus rendimentos em fundos que financiem os projetos e orçamentos de interesse público. Exercerá assim seu direito de alocar os recursos para determinar suas escolhas político-econômicas ou mais precisamente determinar não apenas o que irá comprar, mas o que deverá ser financiado e produzido, sobretudo o mais importante a produção dos bens e serviços públicos.

As novas democracias não se darão pela ficção da representação política nem voto, mas de fato pela renda básica e total liberdade de comunicação informação e associação financiada não a partir dela. Uma renda básica que deve ser suficiente acabar com a desigualdade econômica? Não. Uma renda suficiente para acabar com o sistema de servidão política e econômica fundado na privação das liberdades fundamentais. Liberdade financeira e associativa suficiente para acabar com a desigualdade de poder dada pela privação dos meios vitais dos segregados do controle sobre o bem comum, os meios de comunicação e dos provedores da informação e sua redes.

As novas democracias diretas econômicas serão o fim das aristocracias e tiranias fundadas na privação das liberdades e necessidades impostas aos expropriados dos seus direitos naturais pela estatização do bem comum e imposição de propriedades artificiais no lugar das verdadeiras. As novas sociedades livres deverão ser repúblicas libertárias, capazes de por fim a tirania das aristocracias disfarçadas, o fim das democracias políticas representativas e o começo da Democracia direta econômica: um estado de direito como liberdades fundamentais iguais para todos.

DEMOCRACIAS ECONÔMICAS EM REPÚBLICAS LIBERTÁRIAS

COMO SE LIVRAR DE TUDO DE PODRE NO CAPITALISMO E FICAR COM O LIVRE MERCADO

Artigo extraído e Resumido do Livro Repúblicas Libertárias e Democracia Econômicas

CAPITALISMO

Na verdade, o capitalismo dos liberais e o estadismo dos socialistas é exatamente o mesmo sistema capitalista que contraria a existência dos livres mercados. O sistema onde pelo monopólio estatal bem poucos podem maximizar seus interesses impondo seus valores contra uma maioria que não tem tudo menos o essencial, o capital para buscar seus interesses e desenvolver seus próprios valores.

A lei da oferta e procura está para o capitalismo como a lei da inercia está para física: teoricamente perfeita se o universo fosse teoria e não práxis. Perfeita enquanto não existe de fato. E não existiu de fato porque assim como não há movimento sem atrito, também não existe para forças de vontade tempo nem espaço livres para coexistir. Não há como haver livre mercado num mundo onde a maioria das pessoas não tem meios materiais para exercer seu poder de decisão sobre o que é naturalmente seu.

Todos economistas[1] do século passado que ainda se fazem presente pelo subsídio estatal neste, se abraçam e se

sustentam na defesa do mesmo erro que os sustenta: o estadismo. E se o socialismo estadista prega como correção do mal a maximização da maldade, mais poder central, o liberalismo não se redime tentando reduzir ao mínimo necessário esse mal. Pelo contrário apenas persevera em seus crimes históricos contra a humanidade, porque “o estado mínimo liberal” não é necessário para mitigar o mal, mas uma necessidade só para os supremacistas que desejam sustentar seus territórios de segregação e exploração de povos e etnias dominados como gêneros e classes sociais.

Não tenho dúvidas nem econômicas nem metafísicas, o estado (mínimo ou máximo) é certamente a materialização o mal, e a maldade só é uma necessidade para aqueles que vivem dela. O mal só é necessário para os idolatras do poder único e total que usam do liberalismo capitalista e socialismo estadista e suas leis do capital não só para encobrir seus crimes contra a humanidade, mas para continuar praticando e disseminando seu “mal necessário” com a propaganda milenar do poder supremo “do vou ter currar, mas é para o seu próprio bem”.

A lei da oferta e procura nem precisaria de um mundo sem maldade, mas apenas de um mundo livre do culto a supremacia e sistematização do mal necessário para existir; seria um bom princípio se livres mercados ao menos tivessem um lugar para existir. O problema é que livres mercados não existem e não existem porque não existem pessoas com tempo livre nem sequer para ócio quanto mais para o negócio.

Não existem sociedades livres porque haveria mercados? Mas não se iluda; livres mercados não existem não só porque há estados socialistas e liberais regulando e intervindo nas economias do mundo, mas por três razões bem mais simples e básicas:

(Uma) porque nem todas as pessoas buscam a mesma coisa;

(Duas) nem todos têm os mesmos valores;

(Três), e a mais importante todas, nem todas as pessoas tem meios suficientes sequer para perseguir seus interesses quanto mais fazer valer seus valores.

Uma negociação entre pessoas livres é feita por pessoas com meios suficientes para tomarem decisões de livre e espontânea vontade e não coagidos pela força ou por qualquer ameaça de privação que as impeça igualmente de exercer sua livre vontade. Se uma parte não tem força ou recursos necessários para exercer seu poder de decisão, não tem condições para fazer valer as liberdades de escolha até disponíveis, mas não para ela. É claro que se uma pessoa não pode manter suas posses e meios básicos de vida, seja por falta de capacidade, ou pela força das circunstâncias ninguém é obrigado a prover suas necessidades, mas vir e subtrair suas propriedade ou extrair trabalho das pessoas neste estado é o exatamente o mesmo que escravizá-las.

E mais: se nos territórios ocupados e estatizados a expropriação sistemática das propriedades e alienação do trabalho subsidia pelo monopólio da força sobre o bem comum não se provê necessária e incondicionalmente os meios vitais para as pessoas sob custódia dentro destes domínios, aquelas que morrem pela privação destes direitos naturais mais básicos não são vítimas de nenhuma desgraça natural, mas de genocídio dentro um território supremacista transformado em campo de concentração e extermínio eugenista dos povos, classes e pessoas segregadas do bem comum.

ESCRavidão

A extração de trabalho forçado dentro de um território estatizado mais do que um apartheid entre classes é um extermínio lento dos povos discriminados segregados e empobrecidos por classificação, que não se faz em anos, mas por décadas ou mesmo séculos depois de extrair absolutamente o máximo de sacrifício das pessoas reduzidas a meros recursos.

Por isso se uma das partes da negociação não tem meios algum para exercer seu poder de decisão sobre seu bens ou destino e durante uma negociação é obrigada a comprar, vender ou renunciar por medo ou ameaça de privação a tudo o que é naturalmente seu por direito, todos os acordos e contratos com essa pessoa privada de liberdade fundamental não são apenas nulos e ilegítimos, mas também criminosos se a outra

parte participa do controle deste campo de concentração dos povos como território, o Estado.

O negócio efetuado entre uma pessoa desprovida do mínimo de segurança social derivado de propriedades e rendimentos que garantam seu sustento e liberdade mais básica, não é um negociação, mas o negócio da sua alienação e seu nome histórico é escravidão. Não se engane: o que se toma das pessoas quando se detém os meios vitais não são seus recursos ou trabalho forçado, mas as suas próprias pessoas obrigadas a se render como objetos dos privados. E se isso não é uma violência quem estrupa uma pessoa que não tem forças para se defender ou gritar então também não comete um crime até que os violentados não se levantam contra ele.

De fato a parte que detém o capital esteja ele ofertando ou demandando tem sempre uma margem infinitamente maior de negociação contra a parte destituída de rendimentos garantidos pela expropriação de propriedades comuns e particulares que constituem sua liberdade fundamental. O indivíduo que não tem seu sustento garantido, isto é todas as pessoas obrigadas a ganhar sua vida trabalhando não para si, mas para outrem não tem mais direitos naturais: (1) nem ao rendimento dos bens comuns; (2) nem a autopreservação por todos os meios necessários. É, portanto do próprio direito ao ócio e conseqüentemente ao negócio que o desprovido dos meios vitais está privado quando segregado do bem comum.

Logo o alienado por estatização não é obrigado a sustentar apenas a propriedades e rendimento alheio, mas o próprio sistema que perpetua a sua privação. Literalmente não apenas paga para subsidiar propriedades que não são suas, mas a sua continua e reiterada expropriação; paga não apenas para proteger uma propriedade que não é sua, mas para manter a si mesmo sobre suspeita e vigia- dado que é o suspeito natural de querer tomar aquilo que não se possui. E o pior de tudo paga para não continuar destituído de tudo aquilo que necessita. Ou seja, rigorosamente paga para poder cavar sua própria cova. E se foi “bem educado” desde criança ainda agradece seus senhores todos poderosos da terra e do céu pela vida maldita que não tem.

Uma pessoa submetida a esta cultura de pobreza, submissão ao poder, não é só uma pessoa obrigada a negociar sob a ameaça da privação das necessidades, é uma pessoa privada das condições básicas não materiais e conceituais para manifestar sua liberdade. Privada das condições necessárias para expressar sua consciência, concepção, sua capacidade de significação e valoração das próprias das coisas.

É um acorrentado a uma caverna; um ser humano privado dos meios vitais e conceituais para se libertar, que muitas vezes já perdeu até a força de vontade para querê-lo. Não importa o seu grau de consciência ou conhecimento, enquanto encerrados neste arcabouço dos sentidos e significação são pessoas desprovidas da liberdade tanto ideal quanto factual

para manifestar sua livre vontade. Simplesmente não são pessoas livres para assinar contratos sociais ou econômicos.

E é exatamente esse o propósito da negação dos seus direitos fundamentais como propriedade e rendimentos naturais.

LIVRE MERCADO

Se no capitalismo existe uma competição para a maximização dos lucros, esta competição é entre os poucos que detém o capital; os expropriados competem pela vida, pela sobrevivência e quando negociam não estão vendendo seu trabalho livre, mas pagando o sequestro dos seus bens comuns necessários a sua sobrevivência. E se esses meios vitais são parcialmente liberados mediante o trabalho servil. O trabalhador este nunca é libertado da sua condição de recurso humano pela privação do direito a livre iniciativa e vocação pela predestinação do emprego.

O indivíduo proprietário esteja ele do lado da oferta ou da procura sempre tem vantagem sobre o indivíduo expropriado, que não compete pela maximização dos seus interesses, mas antes e sempre para pagar suas contas. A escravidão contemporânea é uma mistura de servidão por necessidade e dívidas marcada, sobretudo pela absoluta alienação disseminada pela cultura da propaganda, pelo estado de inconsciência coletiva mantida pela cultura de submissão ao poder político-econômico.

Não existe livre mercado no capitalismo porque o capitalismo não é um sistema de significação das relações livres, mas de representação de poder e sua totalidade. Não existe livre negociação no capitalismo porque o capital implica na imposição de preconcepções como valor, ou melhor, signo de poder:

Que não se ganha a vida sem servir interesses alienados, as coisas só tem um valor possível e acumular esse valor deve ser o sentido da vida. Ou melhor, você pode ter o signo de valor que quiser trabalhar para quem quiser e escolher qualquer coisa mais importante do que ganhar dinheiro ou como o sentido da sua vida, desde que você passe a maior parte da sua vida trabalhando para ganhar dinheiro. Você pode tudo desde que sustente seus governo e seus chefes que não por acaso são os que controlam a emissão dos valores forçados e não você. Parafraseando Ford a essência do mercado capitalista atual é exatamente a mesma da sua democracia representativa “você pode escolher o carro da cor que quiser desde que ele seja preto”. As marcas são como os valores estão e devem estar pressupostos aos discursos.

Para haver um livre mercado é necessário que exista uma rede de livres negociações formada por pessoas livres para estabelecer suas significações próprias e comuns, suas conexões como relações de fato e não teses. Pessoas que não precisam ter necessariamente posses iguais, mas que necessariamente devem dispor de condições básicas

suficientes para poder negociar sem serem ou estarem coagidas pela provação das necessidades a aceitar signos e valores que vão contra sua livre vontade.

Sem meias palavras só há uma negociação livre: entre os proprietários, que embora desiguais devem possuir rendimentos mínimos garantidos incondicionalmente para prover não apenas seu sustento mas a sua liberdade de valoração das coisas, de si mesmo e os seus. Quem luta por sobrevivência é bicho, gente coopera para competir para viver. Ou em outras palavras: Criar coisas de valor e ter vocação não é luxo de gente rica como tempo livre, mas necessidade de sociedades formada por pessoas livres.

Se um trabalhador faz greve ele negocia com sua fome contra o quê? A redução dos lucros? Aquele que não tem propriedade, não tem renda garantida, tem uma margem de negociação bem reduzida (menor que o mínimo vital) não só para vender seu trabalho, mas para comprar o quer ou pior precisa. O cidadão desintegrado e reduzido, ora a mero trabalhador, ora a mero consumidor sempre tem apenas a sua resistência as privações contra o domínio do bem comum como seu maior “valor de negociação”. Neste tipo de negação do ócio contra a vida a tendência não é o equilíbrio, mas a imposição do maior custo possível contra o mais fraco, o expropriado. Ou seja, a imposição do limiar do sustento e reprodução dos expropriados, não como seres humanos livres, mas como objetos de trabalho e consumo.

Neste sistema não há competição que seja suficiente para reduzir o preço dos produtos nem o custo humano da imposição de trabalho forçado por privação dos meios vitais porque o interesse de todo aquele que detém o capital e que em última instancia impõe as metas de produção não é produzir, mas lucrar, que quase sempre é a mesma coisa que acumular os meios de troca e propriedades de valor. Mas não sempre, onde os valores preconcebidos estão postos em questão, a maximização dos interesses não é meramente a acumulação de mais do mesmo, mas a própria imposição desta valoração como único valor supremo. Em outras palavras, no início e nas crises o interesse volta a ser controlar a predeterminação das coisas naturais de modo que o processo de redução dos seres naturais e humanos a coisas e sua classificação continua a ser com as coisas devem ser vistas: o real.

Porque então a surpresa se neste sistema produções são destruídas produções para elevar o preço enquanto populações inteiras passam fome? O objetivo primordial do sistema não é produzir alimentos, nem obter o maior lucro possível ou minimizar os prejuízos, mas antes salvar a empresa ou Estado, ou o que é a mesma coisa, manter o controle dos seres como coisas, manter a população que carece daqueles bens, submissa. Mercado ou Estado? Não importa, o importante é que a produção de tudo que seja absolutamente necessário não seja controlada justamente por quem carece dos meios de vida: as pessoas naturais.

O estado é um corpo artificial e as pessoas jurídicas apenas os tentáculos deste mesmo corpo. Empresas e estados não são mais sociedades, são corporações e por definição não tem mais por objetivo servir pessoas cumprindo sua razão social, mas se servir das pessoas usando da razão social para se perpetuar; são corpo artificial e não organizações de pessoas naturais. Por isso, o capitalismo não é apenas um sistema destruidor da natureza e do meio ambiente, ele é um sistema inerentemente desnaturador por imposição de meios ambientes necessariamente artificiais e distópicos.

Se o estadismo é a inversão dos valores humanos e sociais que transformam as sociedades e associações em colmeias humanas e corporações que obrigam as pessoas a perpetuar a sua existência como culto, pelo sacrifício idolatra a algo que exige ser mais importante que suas próprias vidas; o capitalismo é o sistema econômico corporativo onde todas as pessoas estão alienadas a própria ideologia materialista não só mais como corpo maior, mas como a própria realidade distópica una e total [2].

Se este monopólio estatal ou privado é quebrado pela competitividade de outras empresas capitalistas ou pela regulação governamental, o resultado no final é o mesmo: o controle de alguma corporação estatal ou privada e nunca da sociedade sobre seus bens comuns. O controle burocrático e gerencial. O controle das coisas por quem não ganha

propriamente como as coisas, mas antes pela falta delas ou, sua provisão regulada.

CONTROLE SOCIAL

Mas de quem deveria ser o controle das coisas?

Certamente não desse sistema. O que o deveria orientar a produção não é a falácia da satisfação do cliente no livre mercado capitalista. O capitalista que banca a produção de um bem quer lucro, e que o consumidor se dane. O produtor quer ganhar tanto quanto quem o banca, e o trabalhador só não sonha em ganhar como os outros dois, porque o que recebe serve apenas para comprar as porcarias que produz. A divisão da produção capitalista tende a produzir tudo que há de pior, mais caro, e supérfluo possível; dado que o poder de quem detém o capital para baixar custos, aumentar preços e reduzir qualidade só tem por limite a reprodução consumidores como trabalhadores.

O que poderia mesmo baixar os preços e determinar a qualidade dos produtos, a vontade do cliente não é o fator determinante da produção e preços porque eles não são agentes no mercado, não ofertam nem demandam nada de fato, consomem e produzem. O cliente não é um player deste jogo, mas meramente uma variante a ser considerada pelos jogadores. A competição entre empresas é sempre visando maximizar seus lucros, ou seja, não há concorrência de interesses entre empresas privadas, mas uma disputa pelo

domínio do mercado que termina sim com o equilíbrio entre os interesses concorrentes, mas daqueles que tem fichas e forças suficientes para competir neste jogo. E poucos são os clientes com capital suficientes para bancar seus interesses no mercado, mas eles obviamente não são estúpidos e não esperam a oferta do que tem, criam demanda do que querem. Atuam no antes e não no depois, logo não mais propriamente clientes, mas os financiadores do sistema de produção.

As empresas podem competir o quanto quiserem, que o que você não verá no capitalismo é a queda dos preços até o menor custo possível, porque simplesmente o expropriado o reduzido a trabalhador-consumidor não tem força político-econômicas para gerar demandas de mercado, mas sim protestos e greves. Rigorosamente não tem direitos econômicos e políticos de fato para tomar qualquer decisão nem poder para concorrer para produzir o que realmente quer. Não têm capital nem direitos de livre associação financeira e monetária que lhe permitam equidade para competir com quem detém o capital e a propriedade. O expropriado não é destituído apenas do direito de manifestar seu interesse de produção ou consumo, mas sua liberdade de bancar sua vocação criativa ou dos outros.

Ou em bom português se a maioria mal tem como se sustentar sem trabalhar para outros, como é que poderia gerar as demandas de fato financia o que quer que seja feito política ou economicamente? Sim, existem os financiamentos coletivos via internet. Mas a pergunta que vale para a democracia direta

vale para e o livre mercado quem tem acesso a internet? E o quão livre política e economicamente de fato é esse acesso?

O expropriado tem um controle praticamente nulo para reduzir os preços e aumentar a qualidade e é sempre inversamente proporcional ao grau de suas necessidades e falta de meios para bancar sua própria pessoa não apenas naquilo que ela é, mas naquilo que ela precisa minimamente ter para ser. O trabalhador concorre de fato pelos seus interesses sociais econômicos ou políticos, ele simplesmente não tem como bancar seus interesses e quem não se banca não é independente, e quem não pode de fato se bancar nem é livre é.

No estadismo, o trabalhador é e sempre será o cliente, hora dos políticos hora das empresas que lhe fingindo dar de graça ou cobrando um preço justo o que não sequer delas dar nem cobrar na verdade estão lhe roubando. Logo, para que os preços fossem os menores possíveis (ou pelo menos justos), e os produtos os melhores possíveis (ou pelo menos os que as pessoa querem), seria necessário maximizar a competitividade pela maior diversidade possível de competidores, seria necessário que cada consumidor insatisfeito fosse senão um potencial concorrente, ao menos um potencial financiador associado de um potencial livre empreendedor e concorrente. O que obviamente só aconteceria, ou melhor, só acontece onde e para aquele “consumidor” que tem capital e liberdade de associação financeira não apenas para gerar a demanda

produtiva depois no mercado, mas antes nos meios de produção. Demandando a produção de acordo com suas especificações e competindo com todos os que quer monopolizar o mercado e comercializar o lixo para os outros.

Se todas as partes interessadas em maximizar seus ganhos não só tivessem capital para fazê-lo, mas tivessem liberdade econômica e política para determinar quais são seus interesses e valores em associação; se cada pessoa tivesse o direito de competir economicamente para controlar a produção através da liberdade associativa então o interesse das pessoas voluntariamente associadas prevaleceria sobre das corporações privadas e estatais. Teríamos assim um livre mercado onde você poderia comprar o que quer, e não o que eles querem que você compre; e por uma razão tão simples quanto ridícula: é você que controla de fato suas posses e riquezas particulares e comuns e não mais eles.

O controle das coisas deveria ser, portanto daqueles que querem a sua provisão e não daqueles que para ganhar com o sistema reiterado da sua privação e provisão segregada e regulada. Mas o controle da produção está exclusivamente nas mãos de quem detém o capital. Entretanto não é preciso ser tomado deles. Precisamos apenas acabar com seu monopólio simplesmente garantido socialmente a concorrência das pessoas verdadeiramente interessadas na produção do bem comum e serviços sociais. Garantir que o capital esteja nas mãos de quem sabe produzir e de quem quer que os bens

sejam produzidos, e não de gente que não tem interesse não sabe, não tem interesse na produção nem no consumo do bem, mas tão somente em empurra-lo goela abaixo dos outros ou pior impedir que os outros tenham o que precisam.

DEMOCRACIA ECONÔMICA

Para tanto, é preciso devolver as propriedades e liberdades naturais as pessoas de paz garantindo mutuamente o direito ao capital básico necessário para que elas possam controlar suas vidas particulares e comuns, garantindo os meios vitais e capitais, as propriedades e rendimentos básicos para que possam exercer o seu direito a autodeterminação e soberania sobre suas vidas particulares comuns e natural.

Quem o tem interesse de fato na produção deveria poder financiá-la. Quem tem interesse de fato na produção de algo não poderia ser impedido de usar sua participação nos fundos de rendimentos comuns para financiar o que mais lhe interessa. Os cidadãos reduzidos a trabalhadores-clientes deveriam ter o capital garantido não apenas para sobreviver e reproduzir, mas para bancar diretamente sua produção e desenvolvimento.

Os interessados na aquisição e consumo de bens e serviços não deveriam apenas comprá-lo prontos deveriam poder financiar sua criação. Deveriam ter a liberdade de fato, para sem restrições sem interferência ou imposições de nenhum poder,

se unir com outras pessoas interessadas nestes bens e serviços comerciais ou sociais.

Se existe uma fazenda de maçã ela deveria ser financiada não por banqueiro nem em hipótese alguma por uma empresa gerida para maximizar lucros, mas sim logicamente por quem gosta e quer comer as melhores maçãs produzidas por quem eles consideram que são os melhores produtores. Porque se quem bancasse a produção fosse quem iria também comê-las o interesse de quem banca seria o mesmo de quem consome e o interesse particular seria comum, ou melhor, não estaria desintegrado dele. Quem compra uma casa e a financia para morar não está propriamente preocupados como seus lucros de venda, mas com a melhor casa que seu dinheiro pode comprar, exatamente o que faz qualquer acumulador de lucros, que se acumula lucros vendendo lixo é para no final das contas comprar o que há de melhor que o dinheiro pode pagar.

Quando se quer usufruir o melhor os interesses mudam e as escolham deixam de ser a troca e passam a ser o uso. Quem investe hoje não se serviria do lixo que produz para os outros justamente porque não poderia mandar produzir uma coisa para si e outra ou nada para os outros. Não poderia gerar duas demandas distintas de produtos uma para si o financiador e outra para o resto os clientes.

Um estadista logo bradaria pela criação de uma lei obrigando o produtor a consumir o que produz. E até acho que um selo de

quem produz consume seria emitido pelos próprios produtores ajudaria a guiar o investimento dos consumidores. Mas é importante saber que estas certificações servem igualmente aos serviços públicos, e que este em verdade não só não deveria ser um monopólio, mas deveria ser regido pelo mesmo princípio, o contribuinte deveria controlar o orçamento, ou melhor, os orçamentos porque estes estariam descentralizados e competindo para receber o investimento do cidadão dono da sua propriedade comum e rendimento básico.

A solução, portanto para atender os interesses daqueles que pagam por qualquer serviço ou produto seja ele público o privado ou mesmo financeiro é parar de subsidiar a sua produção estadista capitalista e depois comprar o que os donos do capital impõem que consumamos, mas formar sociedades mútuas para financiar a produção sistemática e consumo do que necessitamos e queremos provendo-o com o menor custo possível. Não há nenhum problema em terceirizar a produção e a administração inclusive política, econômica ou financeira, mas que os mais capazes compitam para prover o melhor serviço e produto. Porém desde que aquele que paga e usa o cidadão não seja obrigado a renunciar por coação ou privação ao controle da alocação dos recursos particulares ou comuns, o controle político-econômico sobre seu bem comum, seus interesses- e no final das contas destino da própria vida.

Se quem deve produzir e enriquecer é quem tem a capacidade e capacitação para produzir o melhor produto ou serviço, quem

deve reconhecer proteger e gerar e financiar essa riqueza é quem se beneficia do que é produzido com ela: as pessoas que compõe as sociedades e suas associações. Quem tem o interesse deve poder se associar para alocar os recursos necessários para financiar o que realmente lhe interessa. Quem deve controlar não apenas o financiamento do que ele quer e necessita, mas sua disponibilização são as pessoas interessadas no consumo financiando produção.

As pessoas não devem ficar literalmente a mercê de burocratas e tecnocracias ou especuladores porque se eles não fazem o que elas querem é porque seu interesse é outro e está garantido: tanto não consomem o lixo que produzem quanto usam de sua posição privilegiada para garantir seus bens distintos. Quem paga pela produção tem o direito de consumir conforme a demanda não de um poder central, econômico ou político, mas conforme a decisão da sociedade. A solução está, portanto na capitalização das pessoas e na sua liberdade incondicional de sua associação mutual financeira para bancar e controlar a produção de todo e qualquer bem incluindo os meios de troca sem a ingerência de nenhum poder central ou poder centralizador. Democracia direta política e econômica.

A liberdade não é a escolha política ou econômica entre possibilidades e alternativas predeterminadas, mas a autodeterminação das possibilidades e alternativas políticas e econômicas. Algo que exige tanto a livre associação quanto a disposição de condições permanentes que garantam o acesso

aos meios vitais e o estado de paz daqueles que compartilham um mesmo lugar.

Democracia direita não é apenas a autodeterminação política de uma pessoa sobre seus bens comuns, mas antes a autodeterminação econômica de uma pessoa sobre suas propriedades naturais para a formação dos bens comuns. Democracias são formadas por repúblicas livres, por sistema de proteção social, sociedades mútuas contra os monopólios da violência e poderes centrais.

REPÚBLICAS LIBERTÁRIAS

As pessoas de paz que formam a sociedade todas devem ter uma parcela de capital suficiente não apenas para se sustentar, mas para gerar o equilíbrio de forças mantenedor da igualdade de autoridades sobre o bem comum capaz de sustentar a sociedade contra a formação e violência de poderes centrais e monopólios inclusive econômicos.

Sim, é a revolução do capitalismo não passa pelas pela garantia de uma renda básica para que todas as pessoas possam de fato participar da sociedade como livre mercado, mas passa necessariamente pela inversão da ordem do capital onde o maior interessado o trabalhador-cliente não é último a manifestar o seu interesse, mas o primeiro seja financiando suas obras e produções, seja financiando as obras e produção que deseja usufruir. A desculturação do culto ao poder pelas sociedades para a arte e desalienação da produção criativa.

Quem deveria controlar a oferta do que quer é quem de fato procura. E que para procurar de fato precisa ter os meios necessários para gerar a demanda produtiva. Não apenas porque é ele o fator determinante da demanda e do sistema mais descentralizado auto-organizado e eficiente possível de alocação de recursos, mas porque é ele o coproprietário natural dos rendimentos dos bens comuns do território que ocupa em comunhão de paz com as outras pessoas que compõe não só sua nação ou seu estado, mas seu mundo natural sem fronteiras ou segregação.

Mundo que precisa ser socialmente protegido por sua disposição cosmopolita de provisão universal sem discriminação ou segregação. E tão extenso quanto a rede de proteção da sua sociedade e suas conexões com todas as outras que compartilham do mesmo princípio.

Porém apenas uma rede de proteção social sem fronteiras destinada a garantir o mínimo vital para todos como renda básica universal não seria suficiente para fundar sociedades e repúblicas libertárias. As pessoas também deveriam poder investir em fundos mútuos capazes de bancar empresas e bancos e serviços públicos e sociais livres. Um livre mercado social competitivo.

Não é, portanto o Estado nem os maximizadores de lucros que devem estabelecer a oferta nem a provisão dos bens e serviços sobretudo os públicos e sociais, mas as pessoas de acordo

como seus interesses particulares que são tanto comuns quanto difusos. O capital distribuído não só igualmente, mas em uma razão suficiente para que todas as pessoas de paz possam participar da alocação de recursos produtiva é a base fundamental não apenas para a fundação de um livre mercado de interesse social, mas de uma verdadeira democracia econômica. Ou melhor, de uma verdadeira república libertária composta por tantas associações financeiras e produtivas voluntárias quanto a diversidade de interesses dos seus financiadores-consumidores.

Não apenas uma democracia direta, mas república libertária constituída pela disposição incondicional de garantia dos bens comuns e meios vitais para a liberdade fundamental não só como respeito as diferenças mas multiplicidade de valores em comunhão de paz. Para tanto, o capital deve estar nas mãos de todos que tem o interesse produtivo, o trabalhador ou empresário, mas, sobretudo nas mãos das pessoas naturais e humanas e não centralizados nas mãos destes monstros corporativos — estatais e privados. O capital deveria estar nas mãos de quem é de direito natural: as pessoas naturais e suas sociedades, e não sob o controle dos alienados e egregados dos estatais e corporativos; e por um motivo muito simples, porque pessoas livres não idolatram e sustentam a privação a guerra e o poder, mas prezam e valorizam naturalmente a vida, a paz e liberdade.

[1] Generalização propositalmente injusta, há bons pensadores libertários que abordam com o rigor que não tenho a economia. Vide Kevin Carson, mas justamente por serem bons seu pensamento não pode ser reduzido apenas a economia e acredito que eles preferem ser conhecidos como libertários e não economistas.

[2] O império dos monopólios estatais e seus apartais entre povos e classes, não apenas desintegra a humanidade e impede a emergência da cosmopolitização, mas mantém todo o mundo egregado desumanamente na cultura do perpetuo conflito e discórdia internacional. A egregora da discórdia é uma cultura de ódio entre os povos e classes é o próprio culto supremacista ao absoluto encarnado pelas potencias idolatras do seu poder.

RENDA BÁSICA NÃO-GOVERNAMENTAL: PORQUE NÃO? E COMO?

Será que uma renda básica só pode mesmo existir dentro de modelos estatais e tributários? Será que uma renda básica não pode ser concebida fora do arcabouço do Estado? Não poderia a renda básica ser uma rede de segurança social independente e descentralizada?

Não só pode como deve. E já começa a ser feito.

O presente texto está dividido em duas partes: a defesa da renda básica incondicional provida pela livre iniciativa sem a intermediação do poder governamental; e a apresentação de um modelo para sua concretização. Ambas, defesa teórica e modelo prático, estão embasados (além das minhas convicções libertárias), na própria experiência adquirida como corresponsável pelo projeto independente de renda básica incondicional na pequena comunidade de Quatinga Velho-Brasil. Uma experiência que desde seu início até o final, 2008-2014, pagou uma renda básica incondicional sem nenhum subsídio governamental ou empresarial, diretamente de pessoa para pessoa.

Porém não abordarei os resultados positivos sobre o desenvolvimento econômico social e humano da renda básica

desta experiência¹. Ao invés disto, de expor efeitos positivos de uma renda básica sobre quem mais precisa dela - que desfeitos preconceitos são um tanto quanto óbvios – me focarei na exposição do potencial da renda básica para as pessoas que em tese menos precisam dela; aquelas que justamente poderiam com sua simples participação voluntária contribuir para a sua realização.

Entretanto antes de defender o porquê a renda básica deve ser um sistema de proteção social não-governamental, apresentarei o “como” constituí-la. Uma renda básica constituída diretamente pela sociedade e livre iniciativa sem nenhum subsídio do poder coercitivo e sustentada como deve ser apenas pelo interesse socioeconômico recíproco.

COMO? OS FUNDOS DE INVESTIMENTO NA RENDA BÁSICA

Como disse, o modelo que propomos aqui surgiu da experiência da renda básica em Quatinga Velho. Uma renda básica que embora jamais tenha recebido recursos governamentais ou empresariais dependia de doações eventuais de pessoas físicas. Dependia. Porque hoje, a renda básica também pode ser financiada através de empréstimos e investimentos em fundo da renda básica da comunidade.

¹ Como já foi feito em outros trabalhos citados na bibliografia.

Um fundo de investimentos onde a rentabilidade que paga a renda básica é a mesma que poderá prover gradativamente também os rendimentos dos investidores conforme sua rentabilidade, até atinge montantes suficientes não apenas para pagar a renda básica preestabelecida, mas para distribuir os excedentes como dividendos entre os todos - conforme o contrato.

Ou seja, um Fundo que visa a autossustentação através da própria riqueza produzida pelo capital investido na comunidade e investimento incentivado dos próprios moradores. Incentivo que não é dado apenas pelo aumento da sua renda básica, mas pelo interesse de se tornar provedores do próprio fundo de proteção social e investidores remunerados do seu próprio desenvolvimento.

Se a renda básica por si só é capaz de prover um sistema menos burocrático e mais eficiente; a renda básica independente é capaz de fazer desta política pública que já é um peso tributário menor um investimento de interesse social. Afinal, os contribuintes são e sempre serão de qualquer forma os provedores de toda e qualquer proteção social. Corte então o intermediário e deixe os próprios contribuintes auferirem diretamente os ganhos não apenas sociais e econômicos destes sistemas, mas também financeiros (hoje centralizados nos monstruosos orçamentos governamentais) que os sistemas de proteção e provisão de bens e serviços comuns deixarão de ser

um eterno balanço negativo de contas a pagar com tributos, para ser ganhos futuros dentro de livre mercado social.

Um livre mercado de interesse social que, sem as perdas burocráticas e o custo político regular e irregular da centralização do poder, possui tanto potencial socioeconômico quanto for a demanda não atendida das necessidades vitais e interesses comuns descumpridos pelo monopólio estatal. E ela é imensa.

A garantia de bens comuns e seu usufruto universal não só pode, mas deve ser feita através de livre mercado de investimento social não apenas privado, mas sobretudo mútuos. E os fundos mútuos de investimento da renda básica podem ser o catalisador deste desenvolvimento socioeconômico, garantindo simultaneamente o mínimo vital e os ganhos maiores daqueles que contribuem voluntariamente para o desenvolvimento social, investidores tanto locais quanto externos remunerados pela solidariedade de acordo com o grau de participação e risco.

O aumento da renda básica e os ganhos dos investidores são, portanto bancados pela sistematização do ciclo virtuoso do desenvolvimento gerado a partir do capital inicial injetado no imensurável capital social destas comunidades. E o aumento da riqueza e desigualdade não só está livre da lógica escravagista de quem não trabalha para o outro não come, mas sim

fundamentado na lógica produtiva de quem investe solidariamente aumenta seu capital.

Mantem-se assim o a equilíbrio e crescimento não só dos fundos, mas do sistema socioeconômico pela observância do limite do possível, ou seja, mantendo a sociedade longe do ponto de ruptura através da garantia permanente da provisão do mínimo vital para todos.

Sim, podemos garantir e efetuar a garantia universal de direito fundamental não apenas no papel, mas de fato sem o monopólio de poderes centrais sobre o bem comum através de sistemas voluntários de participação nos rendimentos nas propriedades para todos se os dividendos do desenvolvimento econômico forem pagos proporcionalmente ao risco e montante investido a quem é devido: aqueles que, em sociedade mútua assumem a causa social da garantia destes direitos universais como seu dever social voluntário e finalidade associativa. Disposição constituinte não apenas de sistemas e sociedades livres, mas também de limitação do poder central e expansão orçamentária dos recursos disponíveis aos governos para suas aventuras totalitárias.

Sociedades mutuais de investimento em renda básica universal são baseadas numa equação muito simples: contribuições equitativas (proporcional aos ganhos) para rendimentos iguais. Todos contribuem com um percentual de seus ganhos para um fundo que pagará um dividendo social regular (conforme o

previsto no contrato social), e os excedentes são distribuídos entre todos os investidores. Contudo, não basta apenas se livrar do intermediário, é necessário que o sistema social seja independente e se autosustente. Por isso, é importante tanto que cada pessoa seja livre para formar e aderir à rede de proteção que mais lhe interessa quanto possa a qualquer tempo deixar de ser mero beneficiário para ser também provedora da sua própria renda básica colhendo os dividendos do seu próprio desenvolvimento social.

Entretanto para que a renda básica tenha seu efeito de potencialização econômica maximizado não se pode excluir nem coagir ninguém no território de abrangência da rede de proteção social. Ninguém deve ser obrigado a contribuir por ter muito dinheiro ou solidariedade, nem pode ser excluído do mínimo vital por ter pouco ou nenhum dinheiro ou solidariedade.²

Não se deve coagir as pessoas pela privação, mas incentivá-las pelas possibilidades de ganhos. E isto, não apenas por uma questão moral, mas de seleção meritória, pois qualquer um se move pela necessidade e obrigação, mas poucos são capazes de se mover voluntariamente pela solidariedade e

² Apenas a pessoa pode segregar voluntariamente de uma rede. Até porque nada deve impedi-la de montar uma concorrente no mesmo território.

responsabilidade e da iniciativa deles e não da submissão das maiorias dependem todos. E isto só é um problema no caso impedimento de quem é mais inteligente de poder ganhar competitivamente com sua maior capacidade solidária para investir diretamente nos seres humanos.

Falta de capital não implica em falta de comprometimento nem muito menos interesse, toda pessoa que investe deve ganhar junto com o desenvolvimento da comunidade. Deve-se, portanto remunerar os investidores solidários não apenas por uma questão de justiça, mas de sustentabilidade; remunerar adicionalmente com os excedentes cada um de acordo com sua contribuição social voluntária.

Sim. A melhor forma de investir seu dinheiro é diretamente no ser humano. Comprando participação em fundos de comunidades de renda básica. Que serão capitalizados pelo próprio depósito dos membros da comunidade através do microcrédito consignado em renda básica (outra experiência agregada ao modelo de Quatinga Velho³). Este modelo ainda que referenciado por localidade ou territórios, não precisa estar restritos à pequenas populações; as comunidades podem

³ Estes créditos sociais são empréstimos sem juros que são abatidos diretamente da renda básica e geram excedentes através de parcelas extras de pagamento definidas pelo próprio tomador do crédito. Os empréstimos com melhores contribuições equitativas (proporcionais ao montante tomado) tem prioridade no recebimento do montante finito e predeterminado.

formar redes de proteção sem fronteiras provendo-se seguridade mútua até mesmo entre cidades. De fato um mesmo fundo pode investir em diferentes comunidades conforme o acordo entre as expectativas dos investidores e a as projeções de emancipação e capitalização da própria comunidade.

Neste modelo de livre mercado de provisão do bem comum, o fim da pobreza se torna mais viável não apenas porque eliminamos do sistema os agentes políticos e econômicos que literalmente ganham com o empobrecimento, rarificação e protecionismo, mas porque sem o subsídio da máquina estatal ao sistema de privilégio e desigualdade de oportunidades os melhores retornos para o investimento de longo prazo destes fundos são justamente onde existem a maior demanda por capital: as comunidades mais pobres, cujos custos de vida são menores e o capital social maiores. Comunidades onde a maior demanda é justamente por meios de troca⁴ capazes de dinamizar o potencial da sua livre iniciativa.

O que estes Fundos Mútuos podem prover não é apenas o mínimo vital, mas a emancipação das pessoas e não só desta comunidades, mas de todo o mundo, pela provisão de direitos fundamentais não apenas de interesses mútuos ou comuns

⁴ No caso trabalhamos preferencialmente como moedas digitais descentralizadas como o BITCOIN.

monopolizados por Estados Nacionais mas deveres universais e voluntários descentralizados por povos e sociedades livres.

Não só um verdadeiro livre mercado, mas num verdadeiro mundo livre. Um Livre mercado social não apenas capaz de descapitalizar os poderes políticos e econômicos que pagam e ganham com o sistema de reiteração das desigualdades de oportunidades, mas empoderar as comunidades e pessoas empobrecidas não só materialmente, mas culturalmente pela idolatria a supremacia dos poderes político-econômicos.

Utopia? Com certeza, mas uma utopia em rede que já tem um ponto no mapa. Não importa o tamanho da vida em Marte, desde que exista vida. Uma experiência que pode ser tanto abraçada como replicada. Uma nova economia social, em seus primeiros passos e que pode esta a ser agora financiado por fundo de risco para inovação social constituído por *crowdfunding*. Sim. Hoje é possível investir na economia de renda básica de um lugar pequeno, não teórica ou experimental, mas concretizada e com vontade para continuar. Faça você também a sua Quatinga Velho, comece uma experiência de Renda Básica Incondicional. Senão porquê, porque não?

RENDA BÁSICA? POR QUÊ?

Não vou me ater em fazer a distinção entre uma renda básica independente e a governamental. Não só porque espero que as

razões que apresentarei para a independência sejam autoexplicativas, mas porque uma renda básica governamental é mais do que uma incoerência teórica, é uma quimera que se vier a se tornar a realidade será como aberração da ideia, e a própria contradição do seu ideal.

A Renda Básica Universal deve ser efetivada pela livre iniciativa sem a distorção de nenhum poder central. Pode ser perfeitamente provida por um sistema de seguridade social baseado em sociedades cosmopolitas constituídas pela disposição de todos. Financiada por fundos mutuais de investimento social que remuneram proporcionalmente o capital investido. Direitos fundamentais garantidos de fato por deveres voluntários mútuos assumidos como compromissos solidários com possibilidades de ganhos futuros financeiros futuros e ganhos políticos e econômicos imediatos e certos.

Fundos assim poderiam sustentar a provisão dos meios vitais, mesmo perante a falência dos monopólios estatais- ou até mesmo antes disto. Mas a pergunta é por que devemos fazer isso enquanto ainda existe o Estado para fazê-lo por nós?

É claro que a possível rentabilidade futura dos fundos de renda básica não são um incentivo suficiente nem a quem se move por esse tipo de interesse, nem muito para quem tem outros valores por sentido de vida. O que o retorno dos investidores sociais promove é constituição de um sistema mutual e competitivo de proteção social de uma nova socioeconomia. A

pergunta que deve ser feita não é, portanto “por que as pessoas assumiriam tais responsabilidades de livre e espontânea vontade?” A pergunta a ser feita é “por que investir em fundos sociais e não em fundos exclusivamente financeiros?” Ou mais precisamente: “por que as pessoas deveriam assumir tais responsabilidades de livre e espontânea vontade quando há o Estado para fazê-lo, deixando-as “livres” para outros investimentos mais rentáveis e imediatos?”.

A resposta a esta pergunta é a negação dos pressupostos que ela esconde. Esta é uma pergunta capciosa baseada em pressuposições que induzem ao erro. O Estado não faz, e em hipótese algum libera ninguém dos tributos para fingir fazer o que não faz, nem permite que ninguém mais o faça. A pergunta, portanto, corretamente formulada é: por que devemos deixar que os governos ‘tomem conta’ das provisões de renda básica e seus fundos através de impostos e sua máquina estatal? Ou melhor: por que há quem - sem usufruir dos privilégios ou ser um completo alienado- ainda defenda o monopólio estatal sobre o bem comum? Se o Estado não é capaz de administrar uma fábrica de alfinetes que não é um bem vital, o que dizer dos sistemas de provisão e garantia dos bens comuns e mínimos vitais?

Os recursos necessários a autopreservação pacífica e cumprimento dos deveres sociais, os meios vitais, precisam ser dispostos não apenas como direitos fundamentais de papel, mas como provisões de fato incondicionais, de modo a garantir

as liberdades que sustentam o estado de paz e propriedades legitimamente adquiridas em livre-negociação. Ou será que a propaganda estatal e o espetáculo da imbecilização atingiu o ápice de acreditarmos mesmo que todas as propriedades privadas e públicas são mantidas pela força coerciva do estado contra toda sociedade pertence a eles e não a nós? Será que passamos acreditar na própria propaganda? de que o que mantém o tecido social unido é força da coerção estatal pelas forças armadas e policiais e não pelo que restou do reconhecimento tácito dos comuns enquanto ainda se beneficiam minimamente do que é produzido?

Logo a verdadeira pergunta não é por que não deixamos a provisão do mínimo vital nas mãos do Estado, mas sim por que em sua consciência abandonamos nosso bem comum à estatização? Estados são Instituições projetadas para perpetuar propriedades e rendimentos seletiva e discriminadamente, ou o que é a mesma coisa, impedir o usufruto da propriedade natural tanto comum quanto particular por todos. Ou seja, é o corpo estatal o próprio instituto do impedimento da auto-organização social e garantia de liberdade de todos.

Fora da caixa do culto ao poder central, o porquê de renda básica independente é uma resposta cada vez mais óbvia, tanto quanto a sua necessidade. Fora da cultura estatal a renda básica universal precisa ser uma iniciativa associativa voluntária e independente não apenas para que os Estados não se apropriem ainda mais dos bens comuns e naturais e

corrompam novamente os sistemas mutualistas, mas para que a garantia universal dos meios vitais finalmente possa finalmente existir de fato e não como mera declaração de intenções.

O custo estatal não apenas econômico, mas político é imensamente maior do que qualquer benefício advindo da terceirização exclusiva das responsabilidades sociais e públicas para o monopólio estatal. Estados não fazem o que é necessário e que ninguém quer fazer. Estados fingem fazer o necessário e impede a sociedade de fazê-lo.

Estados se sustentam tomando para si as responsabilidades sociais para o qual uma sociedade é constantemente incapacitada e reiteradamente impedida pela própria força e cultura estatizante. Estados se perpetuam tanto pela disseminação da desinteligência e desvoluntarismo dos massificados que sustentam a subvenção do corporativismo e burocracia quanto pelo bloqueio coercitivo dos não-conformados com essa estatização da vida e natureza.

É o impedimento da constituição de direitos e deveres mútuos pela imposição de benesses e obrigações que impedem as pessoas naturalmente de sustentar por livre e espontânea vontade seu próprio sistema socioeconômico sem pagar o tributo a supremacia no poder.

Governos não apenas atuam na desinteligência e insolidariedade da sociedade, eles expandem seu domínio neste vácuo social sem preenchê-lo nem liberar para que seja preenchido pela livre iniciativa.

Mais do que um monopólio executando uma tarefa absolutamente necessária de forma coercitiva e antissocial, mais cara e sem nenhuma competitividade, o Estado é rigorosamente a representação fictícia da sua execução como se fosse a única alternativa realista e possível para o mundo.

O Estado é incapaz de prover o bem comum e o mínimo vital para todos, porque o Estado é sistema projetado para evitar que isto aconteça.

A máquina estatal atual não foi desenhada para sustentar um capitalismo criativo de abundância, mas de rarificação e trabalho “voluntariamente” servil onde a pessoa se torna objeto de emprego e estudo do mundo alheio não pelo que a pessoa mais rica tem a oferecer, mas por tudo que falta as mais pobres: a total ausência de direitos de propriedades naturais e seus rendimentos básicos. O monopólio estatal, a estatização do bem comum, é o próprio coração do sistema reiterado de subtração das propriedades naturais e negação das liberdades fundamentais dos segregados em favor dos subsidiados.

Estados são inerentemente redistribuidores de rendas e custos, porém jamais em favor dos historicamente expropriados de

seus direitos proprietária naturais, mas sim e sempre em favor dos expropriadores entitulados artificialmente não por acaso pelo próprio Estado. E assim como, essas propriedades artificiais não derivam de nenhum acordo de paz, mas da monopolização da violência; toda essa economia estatal esta “lastreada” não em confiança ou metais preciosos, mas rigorosamente nas “reservas de mercado” garantidas por seu maior ativo: as forças armadas.

Se não tolerássemos nenhum tipo de violência ou privação sobre os seres humanos, sobretudo as institucionalizadas, e até os Estados tivessem de abandonar o uso da força com que monopolizam o bem comum, as pessoas poderiam então se associar atender suas próprias demandas comuns; não apenas livre e pacificamente, mas sem o subsídio ou ameaça da violência ou privação de nenhum poder ou potencia. E os Estados não existiriam mais - pelo menos não como os conhecemos hoje.

Sem prerrogativas de violência o Estado enquanto monopólio do bem comum; perderia lugar para diversas sociedades de paz capazes de coexistir cooperativa e competitivamente dentro de um mesmo território, um estado de paz formado por estas repúblicas libertárias.

A renda básica universal não apenas pode, ela deve ser feita por sociedades e associações livres dentro de um novo paradigma de interesses econômico de valorização dos bens e

serviços públicos não apenas para preservar seu espírito libertário, mas para não ser reduzida a instrumento de condicionamento estatal e nacionalista. A provisão de mínimos vitais por um poder coercitivo e central não é apenas um meio ineficiente e custoso de garantir direitos fundamentais ou impedir que as tensões político-econômicas implodam as sociedades, mas o caminho mais perigoso em direção a um populismo totalitário.

Há que se entender, uma renda básica governamental ainda que não tenha condicionalidades explícitas sempre terá ao menos uma condicionalidade tácita: a submissão ao poder constituído, mesmo que ele não seja mais legítimo. **Para que uma renda básica seja de fato um direito cidadão inalienável e dever governamental, e não obrigação do cidadão e bem-estar passível de revogação, ela precisa ser disposição constitucional regulada e provida pela própria sociedade sem a dependência de nenhum poder central ou intermediário.**

Nem os Estados precisam monopolizar a renda básica universal para garantir o cumprimento dos contratos das sociedades de proteção social, nem as sociedades podem mais continuar sob intermediação de estados para garantir as disposições constitucionais de seus contratos sociais. Em outras palavras, direitos de propriedade não devem mais estar sob a subvenção e dependência da proteção armada dos poderes centrais, mas devem ser instituídos por contrato social equilibrado que redistribua não riquezas, mas o poder de autodeterminação

particular e comum como garantia universal- não meramente a subsistência tutelada, mas a vida adulta consciente e emancipada, uma garantia universal a liberdade. Liberdade garantida como um rendimento básico sobre aquilo que todas propriedades tem como seu bem comum: o reconhecimento da sociedade que a protege como rede e não estado.

O sistema econômico deve se equilibrar e sustentar, sem ameaça de privação ou violência, e sim por incentivo a criação e produção. Incentivo que deve ser suficiente ao reconhecimento recíproco e voluntário das propriedades protegidas pela distribuição equilibrada das forças e reconhecidas por estas pessoas iguais em autoridade em estado de paz. Um sistema constituído a partir da garantia incondicional dos meios vitais básicos necessários justamente para a preservação do exercício da livre vontade em livre comunhão de paz.

Em um mundo onde custos estatais para manter os contratos sociais coercitivos são inviáveis, a garantia de participação nos rendimentos das propriedades com incentivos, como renda básica não é caridade, é interesse econômico recíproco: o princípio constituinte de contratos sociais mutualistas para a provisão de direitos universais- não só imprescindíveis para o futuro, mas cada dia mais para ontem.

Mesmo perante as crises e conflitos que se aproximam, é ilusão pensar que os Estados irão reequilibrar seu peso insuportável

diminuindo seus gastos ou renunciando sem usar da sua força a sua supremacia sobre as sociedades e iniciativas livres. Estados reequilibram suas contas entre seus custos insustentáveis e as pessoas, eliminando pessoas e não gastos.

E quando os apartheids das classes povos e pessoas não for mais suficiente para efetuar seu controle populacionais de vieses eugênicos, os métodos mais agressivos de se livrar indiretamente das populações indesejáveis serão mais uma vez adotados sem máscaras, como sempre o foram nos momentos de crise sistêmica mundial: guerra.

Não há nada como a guerra e o terror para jogar povos do mundo uns contra os outros e matar uma geração ou duas de libertários esperando o próximo boom de patriotas, materialistas alienados e supremacistas idolatras do poder renasça das cinzas.

A violência dos Estados se sustenta simbioticamente e não existiria se não houvessem mais lugares para plantar a pobreza e discórdia de modo a colher revolta, medo e idolatria servil aos supremacistas.

Não devemos esperar o próximo reembaralhar das cartas; nem o panóptico cair para nos livras das trancas da casa que não nos protegem, e sim nos prendem fora do mundo, fixados nas sombras projetadas nas paredes. E é sobretudo nisto que a renda básica interessa as sociedades de paz e não aos poderes

e seus projetos: todos os exércitos regulares e irregulares de fanáticos - patriotas ou religiosos - são colhidos nos mesmos campos concentração onde se cultiva a pobreza cultural, economia e política: as terras estatizadas de privação controlada e falta de oportunidades.

A renda básica independente deve ser instituída não apenas por uma questão de justiça, ou porque só porque os sistemas atuais não tem mais como sustentar os custos da proteção coerciva estatal contra uma população mundial completamente submetida a condição precária pelo desenvolvimento tecnológico. Mas sim, porque esta condição precária que vem se desenvolvendo desde muito antes (desde a privação dos meios básicos naturais), nunca deveria ter existido. E não pode, em hipótese alguma, estar vigente durante a falência do status quo. Porque aqueles que estão no poder não medirão sacrifícios, quero dizer, pessoas a serem sacrificadas na guerra e em trabalhos cada vez mais “análogos à escravidão” para manter sua supremacia.

Uma renda básica incondicional não é apenas a proteção da sociedade contra o desespero tributário e genocida dos Estados-Nações em falência; ou meramente a base de um novo contrato social não-coercitivo perante a necessidade do precariado; a renda básica universal é a tardia garantia dos direitos humanos como fato e não discurso hipócrita de papel.

Em sua concepção libertária e não-nacionalista, a renda básica é o principio constituinte de um novo sistema socioecológico fora do arcabouço estatal-corporativo belicoso capaz de por um fim não só na pobreza mas aos delírios dos supremacistas e suas potencias armadas. O fim dos sistemas de reprodução da discórdia mundial pela disseminação da segregação e ódio entre os povos e classes pelo culto supremacista do poder único e total- seja como estado ou religião.

A renda básica deve ser a garantia dos meios necessários para que toda pessoa sejam suficientemente livre não só para tomar suas próprias decisões de como alocar seus recursos particulares. Deve ser a garantia de tempo livre e espaço próprio para participar diretamente da tomada de decisão coletiva sobre a alocação dos bens comuns. E isto de acordo com o entendimento pessoal do necessário e não pelas necessidades impostas artificialmente pelos outros como precondição a sobrevivência servil dos alienados.

Logo, uma renda básica independente não é só universal, mas cosmopolita; e será tão competitiva quanto o for a própria liberdade de comunhão de paz, não apenas nos verdadeiros livres mercados, mas no verdadeiro mundo livre.

Utopia? Não, só fim dos estados distópicos e um começo para as sociedades libertárias. Os estados de igualdade de autoridade fundados pela garantia de fato das liberdades fundamentais para todos. E porque não? Afinal, o que é a

verdadeira renda básica universal se não um princípio libertário? E o que deveria ser a renda básica senão a garantia do direito fundamental à autodeterminação pessoal e soberania sobre sua própria vida?

Governe-se.

FUNDOS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL NÃO- GOVERNAMENTAIS

POR UMA NOVA ECONOMIA LIVRE NEM PRIVADA NEM ESTATAL, MAS SOCIAL.

Fundos Sociais não governamentais são fundos financeiros constituídos para o desenvolvimento de uma localidade através do financiamento de serviços e bens públicos que não são formados por impostos nem doações, mas por investidores que recebem seus dividendos conforme o desempenho dos empreendimentos sociais que visam o desenvolvimento socioeconômico local.

São fundos formados por investimentos financeiros não meramente em causas sociais, mas em tecnologias sociais que produzem produtos sociais de interesse público, cujo impacto social é auferido justamente pelo resultado econômico não da empresa, mas da localidade que sustenta a empresa. São, portanto, fundos onde o retorno financeiro está condicionado

ao impacto social da política econômica, e o sucesso da política econômica é mensurável justamente pela sua capacidade de autossustentação socioeconômica.

Fundos de Desenvolvimento Social Não-Governamental são, basicamente, equity crowdfunds direcionados ao interesse público e social, e que permitem aqueles que investem no desenvolvimento social auferir ganhos proporcionais e compartilhados ao bem comum gerado. Eles evidentemente podem atender a demanda de toda a gama de necessidades e interesses sociais e de gestão pública não apenas de localidades comunidades, mas cidades ou redes de sociedades integradas. Mais do que isso, os fundos de desenvolvimento social podem não apenas atender causas isoladas ou específicas, mas se constituir como o fundamento de todo um sistema socioeconômico libertário se fizer da provisão do mínimo vital sua razão social, assim como um fundo que faz da defesa do território e seus habitantes sua razão social, constituir a fonte de sustentação financeira de sociedade de paz ou uma república livre.

Um sistema socioeconômico libertário deve possuir como característica fundamental, a voluntariedade de toda negociação ou associação, logo tanto a república quanto seu estado de defesa e segurança social devem ser providos voluntariamente pelo interesse particular, e não a coerção coletiva. Embora o interesse comum, ou coletivo seja (quando legítimo) a congruência dos interesses particulares sobre bens

compartilhados, o entendimento sobre a necessidade de defesa ou provisão destes interesses é assimétrica - dada as diferenças de capacidade produtiva, intelectual e volitiva. Em outras palavras, seja num sistema livre, seja num sistema coercitivo, sempre haverá os que nada farão e os dispostos a fazer o que for preciso -e claro os que estão dispostos a tudo para impor aos outros o que eles devem fazer. Se quanto aos que querem impor sua vontade contra os demais) não deve existir espaço para eles em verdadeiros estados de paz, quanto aos demais deve haver tanto espaço para uma coexistência pacífica quanto recompensa proporcional à contribuição de cada um pela participação na sustentação deste estado de paz:

- aos que vivem em paz sem fazer mal a ninguém, o mínimo vital;
- aos que sustentam esse território de paz e liberdade como sua contribuição voluntária, que ela seja considerada então seu capital e investimento na sustentação e desenvolvimento da sua sociedade e retorne para ele como dividendo social somado a sua renda básica.

Um fundo provedor de uma renda básica não é só um excelente contrato econômico, mas o melhor contrato social justamente porque incentiva e recompensa os contribuintes voluntários que chamem a responsabilidade social para si, ao mesmo tempo em que mantém todos os demais membros da sociedade, independente de juízos de valor ou circunstâncias, com

seus direitos fundamentais garantidos. Pragmaticamente garante a adesão de todos por incentivo e não por coerção:

- os que nada podem ou nada querem com o mínimo vital devido a toda pessoa dentro de um estado de paz, de modo que seus direitos inalienáveis a autopreservação e participação política sempre possam se dar legitimamente através do capital e nunca através da violência.
- Os que tudo podem e tudo querem com a recompensa proporcional e competitiva conforme seu investimento.

Mas como é possível auferir ganhos com a distribuição igual de renda para todos, se o retorno proporcional do investimento social é assimetricamente uma responsabilidade social?

1. Primeiro investindo diretamente no fundo para bancar seus próprios dividendos sociais como renda básica. Todo beneficiado com a renda básica é incentivado a participar e se tornar dono do próprio fundo. Quanto mais os beneficiários forem proprietários, maior seu interesse em aumentar o capital.

2. Segundo Micro-empréstimos consignados na própria renda básica onde o rendimento dos juros (que são determinados pelo próprio tomador do empréstimo) são depositados no fundo e permanecem como patrimônio particular do tomador de empréstimo e portanto capital para seu dividendo social.

Sociedades mais pobres são justamente as com maior potencial de crescimento e, portanto ganhos para os investidores, mas esse crescimento exclusivamente alavancado na garantia de renda básica embora certo, é demorado. Porém, este crescimento pode ser potencializado pela associação destes micro-empréstimos descontados automaticamente do próprio pagamento da Renda Básica que são concedidos em rodadas, priorizando as maiores contribuições voluntárias.

Essa associação com o microcrédito permite que a riqueza gerada pela renda básica garantida na localidade seja capitalizada pelo Fundo que, uma vez atingido um patamar de rendimento superior ao necessário para a provisão da renda básica, conforme no contrato do fundo, permite distribuir o excedente como dividendo social para seus investidores de dentro e fora da localidade.

A grande questão de uma república libertária de como prover o bem comum sem imposição e coerção de todos, mas contando apenas com a capacidade e iniciativa dos mais voluntários é, grosso modo, resolvida pela:

- 1. Desmonopolização do bem comum;*
- 2. garantia universal do mínimo vital;*
- 3. e ganhos proporcionais aos resultados sociais para os contribuintes dos fundos mútuos*
- 4. Capitalização dos fundos via equity crowdfunds com emissão de títulos que são resgatados conforme o desenvolvimento econômico proporcionado pelo investimento.*

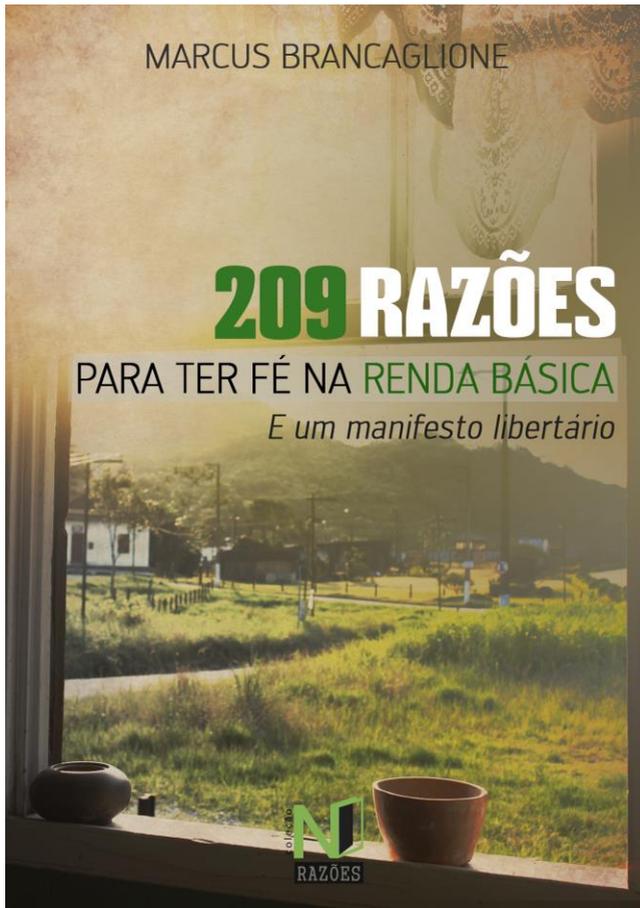
A renda básica garante a demanda, os empréstimos a oferta, e o fundo mútuo garantem tanto a seguridade quanto o interesse dos contribuintes, não mais reduzidos a expropriados por governos, mas reconhecidos como investidores e proprietários pelo contrato social voluntário. Enquanto os títulos garante o retorno dos investidores sem a extorsão de empréstimos impagáveis.

Considerando um país, ou melhor, uma república libertária inteira, financiada por fundos de investimentos mútuos de provisão de direitos universais, esse país não teria mais impostos nem contribuintes, mas de fato contribuintes-investidores do seu próprio bem comum e desenvolvimento que exerceriam seu poder político da forma democrática mais direta possível: controlando em tempo real e descentralizadamente à alocação de seus recursos particulares e comuns. Exercendo seu poder político-econômico de fato, não mais desintegrado como consumidores ou eleitores, mas como cidadãos plenos, através da participação no capital reintegrado político-economicamente, seja como particulares sejam como indivíduos livremente associados sempre que necessário para garantir sua representatividade e competitividade.

Democracia Econômica. Através de tecnologias sociais e financeiras e por que não?

PARTE IV

TRECHOS SELECIONADOS DO RELATÓRIO ANALÍTICO DA EXPERIÊNCIA DE RENDA BÁSICA GARANTIDA EM QUATINGA VELHO



CONCLUSÕES EXPERIMENTAIS

Pontualmente estas são as modificações mais significativas provocadas em nossa compreensão pela experiência. Conceituações que não apenas se refletiram na metodologia adotada, mas influenciaram a influenciaram na condução estratégica e políticos para a consecução da renda básica. São elas:

- i. A necessidade de um ambiente democrático para a existência de uma renda básica genuína.
- ii. A percepção de comunidade política com rede social local independente de fronteiras geopolíticas;
- iii. A legitimidade e necessidade da sociedade civil organizada para a realização de novas políticas públicas;
- iv. A importância da democracia direta e autodeterminação para pleno exercício da cidadania;
- v. A necessidade de abordar a ação social como processo pedagógico não segregado da vida cotidiana;
- vi. A compreensão do desenvolvimento humano a partir da ampliação das perspectivas de vida;
- vii. E finalmente a mensurabilidade do contrato social- ou mais especificamente da qualidade dos sistemas destinados a cumpri-lo- através da:

- a. Efetividade medida pela garantia de liberdades reais como direitos fundamentais iguais;
- b. Eficácia medida pela capacidade redistributiva, efetivadora dos direitos fundamentais;
- c. E eficiência medida a partir da eficácia comparada a economicidade operacional.

CONTRATUALISMO

O entendimento formulado a partir da experiência de Quatinga Velho sobre a renda básica é eminentemente contratualista, mas não é um contrato social de renúncia de direitos, nem exclusivamente mutualista, e sim universal. Primeiro, uma disposição tácita do ser humano para com sua humanidade, manifesta no reconhecimento desta mesma humanidade para cada um de seus semelhantes. E depois um acordo expresso para o estabelecimento de um sistema de redistribuição de liberdades reais como direitos fundamentais, visando a geração da Liberdade plena, inerente aos estados de segurança social constituídos pela garantia de fato das liberdades reais para todos, como direitos universais.

A aplicação prática deste princípio demanda, portanto, tanto uma disposição de reconhecimento mútuo no nível comunitário, quanto a disposição de reconhecimento universal no nível mais amplo da sociedade. Determinando a

disseminação deste novo contrato social não pela centralização, mas pela multiplicação e integração dos núcleos comunitários na formação de uma rede de segurança social sem fronteiras, bancadas pela sociedade através de serviços públicos comunitários e não por quaisquer poderes intermediadores.

PARCERIAS INTERSETORIAIS

Nada disso quer dizer que devemos nos fechar a parcerias governamentais ou empresariais. Parceiras estratégicas são pragmaticamente necessárias [?], mas não podemos anuir que tais parcerias a semelhança da renda básica sejam constituídas como benesse, mas por mérito e direito, a medida que nunca a demais lembrar que o sustento das pessoas jurídicas tanto privadas quanto estatais depende do trabalho produtivo das pessoas naturais. E se serão em ultima instancia sempre as pessoas naturais a pagar renda básica, quanto menor o número de intermediários tanto menor será o custo para fazê-lo.

Ademais não podemos, portanto, nem devemos esperar pela iniciativa ou protagonismo de nenhum destes setores para o desenvolvimento de novas políticas sociais, pois não este o perfil governamental nem empresarial. A sociedade civil organizada não é uma só uma alternativa para renda básica, é sua principal e talvez até única via disponível. E não fazemos tais afirmações a partir de uma premissa ideológica, mas a partir da experiência de constituição da renda básica em Quatinga Velho.

METODOLOGIA

Dos métodos desenvolvidos destacamos aqueles que foram chaves para o sucesso da experiência e consolidação de um modelo passível de replicação:

- i. A autodeterminação por reconhecimento mútuo;
- ii. A autogestão por democracia direta;
- iii. E a pedagogia da inspiração;

Cada um destes métodos correspondendo como produto da respectiva abordagem adotada, na mesma ordem:

- i. O entendimento libertário da renda básica;
- ii. A identificação da comunidade como rede;
- iii. A visão do projeto como processo pedagógico integrado.

FINS NÃO JUSTIFICAM MEIOS

A congruência entre o objeto e seu método é indissociável da própria definição empírica, e determinante não apenas do cumprimento da finalidade do processo ou sistema, mas do caráter e autenticidade do programa ou projeto. A congruência entre os princípios e métodos não é apenas fundamental para a consecução do objetivo, ou só determinante do grau de correspondência entre o objeto e sua conceituação primária ou teórica, é o fundamento que define o processo, ou mais

precisamente o princípio que o constitui de fato. Algo que implica em sérias objeções a iniciativas de uma renda básica incondicional legítima dentro de regimes autoritários.

Uma renda básica pode até vir a existir dentro de um ambiente de fraca democracia, autoritário ou populista, porém não propriamente sob a responsabilidade de tal regime, mas como o produto da livre iniciativa da sociedade civil. Sendo o caminho para tanto é a autogestão democrática. O que não exige apenas desintermediação do poder de decisão individual e coletivo, mas liberdade de informação e autodeterminação — imprescindíveis ao exercício dos direitos fundamentais a vida e a liberdade que a renda básica se propõe a suprir.

SMALL IS BEATIFULL

A diminuta dimensão de Quatinga Velho não é um problema ou limitação a ser superada, mas um trunfo a ser replicado e multiplicado. Para uma renda básica capaz de ser definida empiricamente como tal, não apenas devemos partir de pequenas e periféricas comunidades, mas expandir o sistema de forma descentralizada pela multiplicação destes núcleos básicos integrados em redes. Permitindo que as instâncias de decisão permaneçam na base, e preservando o propósito libertário da renda básica.

Tais núcleos permitem uma expansão crescente e descentralizada da renda básica tanto de acordo com os recursos disponíveis, mas o estabelecimento de um plano de

combate à desigualdade social e erradicação da miséria que priorize dentro de grandes territórios as suas áreas mais carentes ou vulneráveis permitindo um uso mais racional, focalizado e eficiente dos recursos, entretanto sem cair nas perniciosas armadilhas e vícios dos programas condicionados, promovendo a produtividade ao invés da dependência e a integração social ao invés da discriminação e segregação socioeconômica.

FUNDOS DE SUSTENTABILIDADE

A chave para financiar de forma sustentável tal modelo está tanto na criação de fundos de sustentabilidade para o financiamento de novas comunidades com a abertura de fundos financeiros para que outras ONGs ou municipalidades possam desenvolver novas comunidades (...). Neste sentido tais Fundos não estão apenas baseados no modelo de renda básica via Banco Social, mas pode ser considerado o próprio embrião deste, à medida que provê meios para que inclusive as pessoas que recebem a renda básica possam vir a contribuir com a renda básica de forma proporcional ao seu próprio estágio de desenvolvimento econômico. Processo que pode ser otimizado em associação a outras tecnologias sociais, como a moeda social e o microcrédito consignado na própria renda básica garantida.

AUTODETERMINAÇÃO

Como toda conquista social, a renda básica não se fará da noite para o dia, nem muito menos por decretos. Como dissemos a

renda básica para ser real precisa ser processo e não mero conceito. Isto significa que independente do lugar, ou escala que esta se inicie o importante é que esse processo não esteja fechado para compreender de não menos que todos os seres humanos. (...)

Não pode ter como meta final apenas uma localidade, estado, ou Nação, a renda básica deve tender para a universalidade. É por isto que, mesmo não fazendo parte de uma definição da renda básica, o conceito de autodeterminação, capaz de transcender fronteiras geopolíticas, é tão importante para que não reduzamos a renda básica a uma renda para uma localidade— independente de escala ou território. Esse princípio é fundamental para que nos próximos estágios possamos constituir a RB como uma verdadeira rede de seguridade social incondicional, o primeiro passo a um verdadeiro estado de seguridade social universal.

ABOLIÇÃO DA DISCRIMINAÇÃO

A radicalização da incondicionalidade é o único meio para constituir o processo de universalização. E o termo “radicalização da incondicionalidade” significa tão somente a completa abolição de toda e qualquer forma de discriminação de seres humanos. Sem respeito a este princípio não poderemos iniciar um processo de realização da renda básica, comecemos por 10, 100 ou 1 milhão de pessoas; não importam os números, o que importa é o princípio.

(...) Encerrá-la dentro de esferas econômicas e governamentais é desperdiçar todo o potencial que tecnologias sociais desenvolvidas para viabilizar esse direito têm para se constituir em novos sistemas não apenas econômicos, mas políticos. A realização da concepção de uma renda básica como direito humano aplicado pode implicar numa completa revisão do conceito de contrato social e do conceito de estado civil ou de paz.

PEDAGOGIA DA LIBERDADE

Não precisamos da anuência dos governos para iniciar um processo de implantação da renda básica.(...) De fato foi preciso escapar ao arcabouço estatal, ou do comodismo político, para dar início a uma experiência da renda básica. Não podemos limitar nossa visão de que a renda básica é uma renda paga por um governo financiada por algum tipo de imposto. Até porque a renda básica tem potencial para ser mais que isto. E uma visão tão restrita da renda básica vem a se constituir no seu oposto, pobreza política: ou mais precisamente, reforço da concentração de capital político. (...) Esse processo de conscientização política é a essência de uma pedagogia da liberdade, profundamente conexa com o conceito fundamental de incondicionalidade; um processo que busca emancipar o cidadão, retirando-o da condição de alienado de seus direitos políticos e associativos; e instigando-o a abandonar a cidadania tutorada para uma cidadania plena. (...)

Cidadãos com direitos e deveres iguais não precisam de coação para cumprir seus deveres nem muito menos para exercer seus direitos, precisam simples e tão somente dos meios e oportunidades. (...) Dentro, portanto de uma visão libertária, não só é perfeitamente possível financiar uma renda básica, com contribuições voluntárias, mas é o único meio congruente com o exercício da liberdade exigido pelo conceito de uma renda básica.

EMPODERAMENTO

Dentro de uma visão sistêmica que compreenda as complexas relações humanas, a única forma legítima de poder é a liberdade. Empoderamento é processo de libertação, recuperação do livre-arbítrio e de possibilidades alienadas. Estar ciente desta oposição entre liberdade e poder, e do componente psicológico de frustração-compensação que nutre o desejo de poder, gênese da miséria humana, é fundamental (...).

Por meio da democracia direta, da autodeterminação e dos sistemas livres, buscamos dar o verdadeiro significado da renda básica, instrumentalização do direito humano ao capital em seu sentido pleno. Ora se entendemos e aplicamos a renda básica não apenas como distribuição de dinheiro, mas como desbloqueio do acesso ao capital, o método, a relação do ReCivitas[2] com a comunidade precisava se constituir como processo não apenas de transferência de renda, mas em processo de disponibilização da informação, e sobretudo em

processo de negação da relação de poder, de modo a não usurpar o espaço necessário para o nascimento, desenvolvimento e empoderamento de uma sociedade livre, ou melhor da comunidade política, que na observância dos princípios da autodeterminação e democracia direta se tornam sinônimos.

EDUCAÇÃO PELA AÇÃO

Desde o princípio do projeto, tínhamos a percepção de duas coisas se quiséssemos de fato realizar qualquer ação verdadeiramente pedagógica: era preciso integrar o discurso ao ato; e, ao ato, todo o significado pretendido no discurso. Contrariando didaticamente a inversão de valores de que as experimentações são utópicas porque locais, e as elucubrações teóricas são realistas se globais, ainda que jamais se tornem realidade para sequer um único ser humano.

Podemos dizer que o discurso que não é prenúncio da ação, nem reflexão da ação já efetuada, é mais do que inócuo, é destituído de significado; assim como o discurso que não condiz com a ação não é apenas incongruente, mas deseducador a medida que destrói a fé do ser humano na veracidade da transmissão da cultura [mensagem] pelo ato da palavra. O ato pedagógico é um ato que se opera na atuação sobre o mundo e nas relações com as pessoas, e não aparte do mundo ou sobre as pessoas. É um processo ciente que sua verdadeira força está na inspiração, provocada pelo simbolismo manifesto enquanto realidade contida no ato.

PEDAGOGIA DA INSPIRAÇÃO

O processo pedagógico não é a teoria ou o discurso, mas o ato carregado de sentido, que produz significado. Esse sentido não se transmite propriamente por linguagens, símbolos ou códigos, por ações ou discursos, mas sim por atos repletos de sentimento e, portanto capazes de expressar o sentido. (...) O gesto não pode ficar apenas no simbolismo: não basta pagar a renda básica, o pagamento da renda básica deve ser feito com a convicção de quem professa sua fé na liberdade humana para que se torne um testemunho de fato dessa confiança no ser humano. (...)

O processo pedagógico ou de transformação se efetua primeiro nos agentes que entendendo, acreditando e agindo em consonância com os princípios da renda básica, sobretudo, o do respeito à dignidade e liberdade humana, conferem a sua forma de agir o sentido necessário à elaboração do significado do conceito por aquele que presencia, vivencia a relação pessoal.

Chamamos isso de pedagogia da inspiração por reconhecimento que o principal recurso de quem pretende educar sem inibir ou mesmo destruir o livre desenvolvimento é se constituir em exemplo, que se manifesto com fidelidade e sinceridade e, sobretudo sensibilidade, dará ensejo à produção do significado pelo outro, pelo único processo de produção de entendimento possível: a aprendizagem. (...) é o querer ouvir, é o querer entender, é o se envolver; é buscar o

desenvolvimento da autoestima prestando respeito; buscar o desenvolvimento da fidelidade prestando confiança; é o desenvolvimento da responsabilidade pela livre iniciativa; é promoção da cidadania pela consideração a pessoa. É a busca da emancipação, pelo exemplo de renúncia ao comodismo. É a quebra da desconfiança, fiscalização e burocracia, pela transparência. É a troca do discurso pela conversa; o ouvir [e agir] antes de falar.

APRENDIZADO

O ato pedagógico é um processo reiterado de significação, que se inicia na ação social, se confirma nas relações sociais e se conceitualiza na informação. O aprendizado surge da interrogação da experiência provocada pelas novas circunstâncias geradas pelo ato, se desenvolve enquanto diálogo crítico nas relações sociais cotidianas, e toma sentido pela reflexão crítica sobre a conceituação sob o pano de fundo inconsciente dos atos e relações vivenciadas.

Logo para que a informação da renda básica, enquanto direito faça sentido e o ato de pagamento se constitua, enquanto processo de compreensão deste significado, é preciso que o conceito ganhe sentido no ato, e o ato se manifeste como materialização do conceito. Esta integralidade forma o signo que inspira a vontade do cognoscente a apreendê-lo, se e somente se este é plenamente livre para manifestar sua vontade de apreender.

ASSISTÊNCIA SOCIAL

A renda básica garantida mesmo como política governamental não precisa [SIM] necessariamente concorrer com rendas mínimas condicionadas se vier a atuar no campo das seguridades e não das assistências. (...) De fato a renda básica garantida que faz por merecer esse nome tem um potencial de emancipação não apenas econômica, mas política, que torna não só essa possibilidade de adoção conjunta altamente remota, como qualquer possibilidade da sua adoção no plano governamental no mínimo improvável. Isso nós aprendemos do projeto-piloto antes mesmo de iniciá-lo: se vamos esperar pela boa, livre e espontânea vontade dos governantes para termos qualquer política pública do nível da renda básica, é melhor esperar sentado.

FINANCIAMENTO

Uma renda básica pode ser financiada diretamente pela sociedade civil em contratos sociais com o compromisso mútuo de contribuições voluntárias regulares, ou intermediadamente pelo poder público com tributos ou deduções. Seu pagamento pode ser financiado diretamente por meio de contribuições voluntárias ou arrecadação compulsória. Esses recursos podem advir da doação ou tributação sobre o capital ou rendimento de pessoas físicas ou jurídicas, ou ainda da composição de ambos os instrumentos através de deduções fiscais.

Pode ainda ser financiada indiretamente por meio de rendimento de fundos, poupanças e investimentos, direitos de

propriedades e ou sistemas bancários. E é dita sustentável, se o capital que compõe a fonte de renda não for consumido, ou renovado a uma razão igual ou superior ao montante retirado para o provimento da renda básica, ou ainda estipulando que a retirada jamais ultrapasse o rendimento acumulado no período, como uma espécie de dividendo social. Cabendo ressaltar que embora possa ter características de dividendo social ou crédito social, nem sempre estes são rendas básicas, ou tão pouco a renda básica precisa necessariamente ser viabilizada como tal.

EXECUÇÃO

Como direito fundamental a renda básica é responsabilidade da sociedade civil; e dever impreterível e inegável dos poderes [serviços] públicos [contratados] darem seu cumprimento. Assim sendo a distribuição da renda básica pode ser executada tanto pelo poder público com tributos, quanto por meio das organizações da sociedade civil, seja financiadas pelo repasse de recursos governamentais, ou diretamente pelo contribuinte — que deveria ser neste caso objeto de dedução fiscal. Ou ainda automaticamente pelo [como] cidadão, através de fundos de poupança em sistemas bancários com fins sociais.

AUTODETERMINAÇÃO COMUNITÁRIA

A medida que os moradores identificam-se mutuamente como parte da comunidade, passam a criar por si a própria identidade comunitária, tendo o lugar apenas como referência. Afinal se uma comunidade não é um lugar, mas as pessoas que

vivem nele, nada melhor e mais justo que as próprias pessoas nos digam quem são e não nós a eles. E ao afirmarem-se as pessoas não apenas se definem identificam e reconhecem, não apenas como comunidade, mas como pessoas que tem o direito de se afirmar. Em outras palavras quem defini a comunidade é a própria comunidade, onde os moradores se identificam aberta e mutuamente como membros da comunidade. De acordo com o princípio da educação para a liberdade e com o próprio espírito da renda básica não poderíamos considerar Quatinga Velho pura e simplesmente como um lugar, ou um território com pessoas cercadas por fronteiras geopolíticas ou imaginárias.

O lugar não é comunidade, mas sim, a rede social formada pelos habitantes do lugar. Vínculo à moradia A referência da localidade é fundamental para o estabelecimento de um projeto-piloto, contudo é importante instituir uma elegibilidade não apenas coerente com a definição de uma renda básica, mas que dentro do contexto legal e social não produza efeitos contrários a finalidade social da própria renda básica.

Neste sentido é importante refletir que as comprovações de moradia, não brotam naturalmente da terra, muito pelo contrario remetem em sua derradeira instancia justamente ao conceito contraposto a esta naturalidade. Toda comprovação de moradia remete direta ou indiretamente a pessoa a fornecer um documento que se sustenta em ultima num título de propriedade que pode: lhe pertencer (ótimo); pertencer a

outro (ruim); pertencer ao estado (péssimo). E de fato não há nada mais contrário ao princípio da renda básica do que atrelá-la ainda que precariamente a posse da terra ou imóvel.

COESÃO COMUNITÁRIA

Para se chegar a uma renda básica como equidade social e não só econômica, é preciso ter em mente que todos aqueles que são discriminados em tese, serão segregados na prática. Pois os que têm comprovantes e os que não os tem, os recém-chegados e os moradores antigos não irão habitar mundos separados; por mais que se levante muros todos terão de conviver cotidianamente num mesmo ambiente onde o que no papel é regra na prática não contribui em nada para a coesão, gerando pelo contrário tensões com implicações negativas bastante concretas.

PRIORIDADES

É possível focalizar o projeto nos mais necessitados sem estabelecer nenhuma discriminação ou burocracia, simplesmente se valendo da definição do valor da renda básica. Tal premissa se baseia na razão que: considerando exclusivamente o interesse financeiro, a participação voluntária tende a ser proporcional não ao valor absoluto da renda básica, mas ao valor relativo ao rendimento ou posses do indivíduo. Isto produz uma tendência tanto para que as pessoas mais carentes busquem o projeto, quanto para as com melhores condições materiais não se interessem de imediato por receber a renda básica, ao menos não enquanto ainda não consideram

a integração ou participação promovida pelo modelo da democracia direta como bem suficientemente interessante.

CONSUMISMO

Devemos ter em mente que o objetivo da renda básica não é superaquecer o consumo, nem reforçar uma cultura compulsiva, obsessiva e possessiva que demanda posse, consumo ou ostentação pública de bens completamente supérfluos, feitos necessários seja por marketing seja por pressão social ou até mesmo econômica. Mas pelo contrário permitir que os valores que essa cultura anula possam reflorescer.

Não estamos afirmando que esta ou aquela necessidade seja fictícia ou psicológica, mas tão somente que não existe um único e mesmo meio de supri-la; nem muito menos que o preço cobrado por esse bem ou serviço seja ou esteja dentro do patamar mais baixo possível, ou sequer dentro de um patamar sustentável. Ou seja, não podemos negar que a renda básica deva cobrir um custo de vida mais caro de uma determinada localidade, mas o que ela não pode se prestar a fazer é vir para cobrir ou sustentar preços exorbitantes apenas porque as pessoas que vivem naquele lugar podem ou querem pagar por eles.

CUSTO DE VIDA

O montante necessário da renda básica deve subir proporcionalmente ao nível de privação ou rarificação do

compartilhamento dos bens comuns por todos, ou seja, o custo de vida tende a subir na razão inversamente proporcional à perda do capital social, presente na qualidade das relações de confiança-reciprocidade dentro de uma comunidade. Assim como inversamente tende a diminuir a renda necessária para perfazer o básico, na proporção do capital que circula, ou, até mesmo, só é gerado, pelo compartilhamento do bem comum nas livres interações pessoais na rede social.

DEMOCRACIA ECONÔMICA

O determinante do problema não é a renda básica, mas o monopólio. Isto não se refere apenas a renda básica, mas a provisão de qualquer bem comum ou transferência de renda. E reforça ainda mais nosso argumento de que a renda básica deve ser introduzida em estados democráticos e economias com mercados verdadeiramente livres.

Uma renda básica em um regime ou ambiente autoritário não só não é uma renda básica por definição, mas também por seus efeitos, alimenta monopólios estatais e particulares e não a livre iniciativa e a concorrência de fato uma verdadeira economia livre, os consumidores insatisfeitos não devem ter apenas o direito de procurar preços ou serviços melhores, devem ter condições e crédito para, senão sozinhos, pelo menos associados, constituir ou financiar empreendimento que atenda suas próprias expectativas.

CONFIANÇA-RECIPROCIDADE

Os dados de Quatinga Velho demonstram com clareza que a disponibilidade da renda básica não estimula quaisquer comportamentos que poderiam ser taxados como inadequados ou perdulários no uso do dinheiro; pelo contrário, a renda básica parece ter a capacidade de promover o uso responsável dos recursos onde há uma razoável integração social e conhecimento, a medida que enseja uma saudável concorrência por quem faz um melhor uso do recurso. Tais condições estão sempre presentes em maior ou menor grau, podendo ser reforçadas ou enfraquecidas pelo método aplicado no projeto ou programa de distribuição. É indubitável que a disponibilidade de recursos abre um leque mais amplo de escolhas permitindo ao menos a chance para que se busque alternativas que antes eram inacessíveis. O próprio caráter de como oportunidade é disponibilizada, sem a exigência de garantias de que ela seja bem usada, funciona como um voto de confiança, estimulando um sentimento de reciprocidade para com o gesto, expresso como um anseio em corresponder ou pelo menos não frustrar a confiança depositada.

MORAL

Não podemos afirmar que o simples acesso a mais dinheiro produza uma melhoria na responsabilidade ou na capacidade de usá-lo, mas enquanto parte de um processo aprendizado baseado no método da tentativa e erro, é inegável que este acesso é capaz de desencadear o desenvolvimento desta

responsabilidade. No que concerne especificamente a provisão desta oportunidade como renda básica, podemos afirmar que se esta for compreendida em sua incondicionalidade como voto de confiança em cada e por cada indivíduo, gera-se um anseio não só por efetuar o melhor uso possível, mas sim o melhor uso que esse indivíduo supõe que a sociedade espera dele. Não como uma função desta expectativa, mas como produto da congruência entre estas expectativas da sociedade e a moralidade do indivíduo.

PERSPECTIVA DE FUTURO

É impossível para alguém que tem apenas a sobrevivência imediata como preocupação, poder desenvolver todo seu potencial humano, ou mesmo expressá-lo através de planos ou planejamento. Contudo, o fato da renda básica em si ou só através de uma metodologia adequada, ser capaz de promover uma libertação gradual deste estado de passividade em relação aos desígnios da própria vida é sem sombra de dúvida um dos resultados mais importantes para o cumprimento do objetivo principal do projeto, o desenvolvimento humano, a medida que passamos a ter na renda básica um instrumento não apenas para trabalhar no presente emergencial, mas para a construção de fato do futuro- e onde o futuro deve ser construído: não em planejamentos sociais de terceiros, mas dentro dos planos das pessoas que se tornam cada vez mais responsáveis pelo seu próprio futuro.

COMUNIDADES CÍVICAS

Sendo a qualidade das relações determinadas pelo do grau de liberdade dentro deste convívio social; quanto maior for o grau de convivência não-forçada por regras e circunstancias, e sim motivadas pelo interesse mútuo e livre iniciativa, maior será o potencial de desenvolvimento destas relações baseadas em confiança e reciprocidade, geradoras do capital social presente nesta rede social local.

Neste sentido a incondicionalidade inerente a renda básica, se compreendida em seu caráter universal, é por si só um fator potencializador à formação e fortalecimento destas comunidades cívicas. Por outro lado, esse capital social uma vez ampliado e fortalecido também pelo compartilhamento e cooperação reduz o custo de vida para os membros da comunidade. Numa relação onde o custo de vida de uma localidade é inversamente proporcional aos níveis de capital social presente na comunidade. Razão que nos permite aventar a hipótese de que onde não haja monopólio dos meios, nem privação ou rarificação absoluta dos recursos, ou ainda tributação irracional, a renda básica jamais provoca inflação dos preços, mas pelo contrário tende a reduzir o custo real de vida e baratear em consequência a própria renda básica gradualmente.

ESTRATÉGIAS EVOLUTIVAS

De qualquer forma independente dos níveis presentes de capital social, a renda básica permite a substituição das formas

mais brutais e violentas de competição pela sobrevivência por uma concorrência mais sadia tanto do ponto de vista individual quanto coletivo pela produção de riqueza dentro de um sistema mais solidário e coerente com a estratégia evolutiva humana, produzindo sempre mais capital social através daquilo que denominamos cooperação-competitiva. Neste sentido, a renda básica permite a instauração de um nível de civilidade essencial para o cumprimento do contrato social, fazendo da renda básica, mais do que um catalisador do capital social, mas a base para uma integração não-coercitiva e a sustentabilidade da vida social sem violência.

CAPITAL SOCIAL

Não devemos entender esse bem comum, a democracia direta, como um valor estranho ou meramente agregado a renda básica, mas parte essencial da renda básica como capital político, assim como o conhecimento o é enquanto capital cultural[humano]. Sendo, portanto, o dinheiro em si, apenas uma terça parte do capital social formado por esse complexo: renda garantida; informação; democracia.[ou bens naturais e meios vitais, livre conhecimento, livre comunhão de paz].

DEMOCRACIA VERSUS POPULISMO

Para entender o quão imprescindível é a democracia para a instauração de uma renda básica, poderíamos usar como contraexemplo, um estado totalitário, ou um regime populista ou autoritário qualquer que provesse a todo o povo dominado

uma renda em dinheiro mensal. Seria esta provisão uma renda básica?

Não. Seria uma ração em forma de dinheiro concedida mediante o apoio ou submissão política ao estado ou regime autoritário; um instrumento de dominação e não de libertação e empoderamento dos cidadãos. Sem uma rede social que se constitua em comunidade política (e política entendida sem eufemismo ou subterfúgios é o poder de tomada de decisão coletiva), não há propriamente uma renda básica, pois mesmo que a condicionalidade não esteja explícita no programa de transferência, está implícita na obediência ou subserviência ao regime.

COMUNIDADES DEMOCRÁTICAS

Sem uma verdadeira democracia não há uma verdadeira renda básica de cidadania, simplesmente porque inexistente qualquer direito inviolável ou inalienável perante regimes fundados no poder da autoridade, e não na liberdade dos comuns. Onde o poder de decisão não emana do indivíduo para a coletividade, mas da coletividade, ou na prática, do detentor do poder coletivo sobre cada indivíduo, não existe democracia, mas um engodo denominado por apropriação indevida do termo, democracia. Uma democracia é tanto mais forte e genuína quanto mais direto e igual é o exercício do poder político por cada cidadão.

Disto podemos afirmar com tranquilidade que a renda básica não só é incompatível com regimes autoritários ou populistas, mas que rigorosamente não pode existir genuinamente em estados de fraca ou nenhuma democracia. Assim, podemos dizer, portanto, que mais importante do que pagar a renda básica por uma comunidade política é pagá-la para uma comunidade política.

INFORMAÇÃO

Uma renda básica provida sem que os participantes sequer saibam que o estão recebendo; sem sequer ter noção do que ela signifique; e pior sem jamais tê-la reconhecidamente como um direito, pode até ser considerada como uma renda básica por estudiosos na análise de sua definição, mas não é propriamente uma renda básica, justamente para aqueles a quem mais importa que ela seja considerada, as pessoas que a recebem.

Pode até parecer preciosismo, mas não é. Que a pessoa saiba exatamente porque ou o quê é aquele dinheiro, é fundamental, tanto por uma questão de princípios quanto de resultados. Uma questão de princípios porque se o entendimento repousa em quem aprende a definição de fato se verifica na compreensão deste, e não na intenção ou pretensão de quem ensina. Embora a intenção seja a de justamente influenciar o entendimento, este não é uma mera função daquele, e, portanto mesmo que a renda básica sempre comece a se definir pela ação de seus propositores, sua definição de fato se

encerra apenas na compreensão de cada indivíduo a quem a ação é dirigida.

INVESTINDO EM PESSOAS

[O valor da renda básica,] os 30 reais[1], quase nunca chegou a representar a totalidade de seus ganhos ou a maior parte deles. E embora em momentos de maior dificuldade financeira esse montante tenha sido “tudo”, não o foi a maior parte do tempo e o mais importante: a tendência positiva é justamente esta: a renda básica não é nem permanece, mesmo aos mais carentes, como a principal fonte de renda. (...) a renda básica de fato não gera nem muito menos complementa transformações sociais, as catalisa.

A renda básica em Quatinga Velho não funcionou como mera fonte nem muito menos complemento de renda, mas como catalisador do desenvolvimento socioeconômico. Os resultados materiais não podem ser explicados pela mera transposição do poder de compra da renda básica em questão, porque a renda básica não é meramente uma dada soma em dinheiro a ser gasta, mas literalmente um investimento constante ou crédito no potencial humano, este sim a fonte geradora desta tendência ao desenvolvimento.

QUANTIDADE VERSUS REGULARIDADE

Sem é claro menosprezar o total do valor investido, que a constância de uma renda básica com valor significativo forma o fator determinante para os resultados mensurados, e não a sua

acumulação ou valor agregado. Uma vez que a tendência surge não a partir de uma certa soma acumulada, mas da provisão da renda básica em si, ou mais precisamente do grau de segurança, ou redução da insegurança quanto ao porvir que ela proporciona. Atribuímos ao discreto acréscimo no nível de segurança social, com caráter eminentemente fiduciário, não só a determinancia destes resultados, mas a determinancia da própria tendência ao desenvolvimento sustentado, a qual os resultados dão o registro no período. (...) de fato é de se presumir que o desenvolvimento continue a se sustentar se o montante da renda básica continuar dentro do limite de significância para parcela mais carente da comunidade.

PREGUIÇA

A renda básica não promove facilidade ou gera acomodação, porque tecnicamente livra o indivíduo não apenas de uma condição de privação já configurado, mas do medo de cair nesta condição que é mais do que suficiente para desencadear comportamentos bem mais nocivos a sociedade do que qualquer acomodação. Não se pode negar a acomodação perante a pobreza, ou em termos mais precisos a conformação perante as privações em localidades carentes. Contudo não é a pobreza fruto da acomodação, mas é a acomodação fruto de uma permanência por demais prolongada na pobreza.

Na verdade se pudermos generalizar o que observamos em Quatinga Velho, diríamos que as oportunidades, principalmente quando se dispõe de meios para aproveitá-las,

aumentam a livre iniciativa e a capacidade de empreender, enquanto que privações tendem não apenas a reduzi-las, mas a paralisá-las. Em outras palavras, a acomodação não é produzida pela abundancia de recursos e oportunidades, é o produto de um estado de depressão generalizada tanto em seu sentido psicológico quanto em sentido econômico, ambas se retroalimentando. A renda básica pelo contrário atua justamente como instrumento introduzido para quebrar esse ciclo vicioso, não só não gerando conformação ou dependência, mas promovendo a desconformação ou inconformidade com a privação.

MEDO E PRECONCEITO DO PODER PÚBLICO

Além de proteger as pessoas da sujeição involuntária a trabalhos miseráveis, tanto em condições quanto em pagamentos, pudemos observar que comparativamente uma renda básica eliminaria muita das barreiras e dificuldades inerentes aos programas condicionados, tendo em vista que entre os participantes há famílias que embora se enquadrem no perfil de carência exigido pelo bolsa-família não conseguem, ou até temem preencher todo o tramite burocrático para recebê-lo, e demonstram não só receio, mas até mesmo certa ojeriza a ingerência da agente social em sua vida particular.

Cabe esclarecer que esse temor nem sempre é infundado, e nem é só fruto da ingerência na vida privada, mas por vezes do preconceito e discriminação que muitos agentes sociais expressam, de forma as vezes consciente, em relação a

capacidade das pessoas mais carentes em protagonizar a resolução de seus próprios problemas. Parece estar disseminada entre os técnicos sociais a generalização de que a ignorância e incapacidade são determinantes da pobreza material. E este preconceito somado a uma baixíssima tolerância a contrariedade, tem como produto cidadãos conformados a não reclamar seus direitos, e com uma aversão a coisa pública que se estende para além do próprio serviço social.

ASSISTENCIALISMO

A renda básica em Quatinga Velho não é posta como substituta a benefícios assistenciais condicionados que uma pessoa já receba, nem é este o propósito, [mas] podemos inferir que não só não haveria estímulo para desocupação ou trabalhos precários e informais como também aqueles hoje estão a margem da assistência social poderiam se integrar com menos obstáculos e receio. E não só porque se eliminaria qualquer “vantagem” racional para o desemprego voluntário, mas porque eliminaria também a possibilidade de constrangimento, humilhação ou até mesmo qualquer intermediação clientelista passível de ocorrer em relações de tutoria do cidadão.

CLIENTELISMO

A renda básica além de não ser por definição um programa assistencial também demonstra uma qualidade de “blindagem” ao assistencialismo, não apenas do ponto de vista ideológico, mas em seus efeitos práticos na base social. Efetivada, a renda

básica se constitui numa prática não apenas oposta, mas de prevenção e até mesmo proteção contra o paternalismo e clientelismo podendo formar não só um sistema de seguridade econômica, mas de segurança social, ao diminuir o espectro de ingerências tanto do macro quanto do micropoder, diminuindo não só a precariedade e risco de dependência econômica, mas também política.

MICROEMPREENDEDORISMO

Definitivamente a renda básica não gera nem estimula a acomodação. E a maior confirmação de que a renda básica não causa o comodismo, conformismo, nem muito menos promove o desemprego voluntário, é sem sombra de dúvidas, o surgimento de atividades produtivas ou microempreendimentos que foram capitalizados com a renda básica ou surgiram a partir de sua introdução.

Podemos dizer a partir deste fenômeno que, ao contrário do que se poderia supor, a renda básica não tem um efeito inócuo nem muito menos nocivo para a produtividade, mas justamente o oposto, configurando-se na prática também como um incentivo a produção e ao espírito empreendedor. (...) o uso da renda básica com uma espécie de microcrédito por alguns participantes, sobretudo os mais carentes, foi inegavelmente um resultado inesperado, tanto pelo baixo montante da renda básica quanto pela muitas vezes nítida carência emergencial por bens de consumo.

Quanto as famílias em melhores condições financeiras não podemos dizer que o uso da renda básica para financiar um empreendimento seja tão surpreendente assim, afinal se as necessidades já estão sendo providas por outras fontes de rendimento, a renda básica pode perfeitamente ser poupada ou investida. Já para as famílias mais carentes, supúnhamos que a necessidade premente os levasse a tão somente supri-las, gastando todo o montante exclusivamente na provisão de bens de consumo essenciais. Entretanto o que observamos foi que muitas famílias independente de sua carência e até mesmo do número de membros decidiram usar a renda básica para iniciar microempreendimentos, talvez pequenos demais para ter um impacto maior na economia local, mas que sem dúvida representaram um acréscimo produtivo na economia familiar; e o que é mais importante do ponto de vista sistêmico: representaram contra todas as suposições, a manifestação espontânea de um comportamento economicamente produtivo, sem a necessidade de nenhum processo de capacitação ou outro valor agregado, além do acesso ao capital — que por sinal é para esta finalidade de baixíssima monta, fazendo-nos questionar quanto deste potencial contido poderia ainda ser liberado.

ECONOMIAS SOLIDÁRIAS

A renda básica como a etapa preparatória para a formação do empreendedor, pois não só acelera e otimiza um eventual processo de instrução, mas literalmente desencadeia o fator primordial do processo de aprendizado, o interesse daquele

que já manifestou na prática sua vontade de empreender. Observando a dinâmica da economia na comunidade, consideramos que a renda básica pode trabalhar muito bem de forma conjugada tanto com o microcrédito quanto com a moeda social para a formação de uma economia solidária. Neste processo a renda básica poderia atuar como o catalisador desta nova economia, por conta dos efeitos positivos observados que a renda básica desencadeia sobre a geração de capital social e a acima de tudo de liberação da livre iniciativa.

BANCOS DE RENDA BÁSICA GARANTIDA

Empresas sociais [não-corporativas] não podem ser apenas um simulacro não lucrativo das empresas privadas, precisam estar baseadas em novos paradigmas capazes de gerar novas tecnologias sociais. No caso específico da renda básica estamos nos referindo ao modelo denominado Banco Social, onde ao invés de simplesmente rejeitar o sistema financeiro ou buscar tributá-lo, propomos a utilização de seus tecnologias e processos extremamente desenvolvidos para finalidades um pouco mais ambiciosas do que meramente ganhar dinheiro ou concentrar poder.

Sistemas bancários (...) podem ser utilizados para o estabelecimento de novos contratos sociais mais justos e equitativos capazes de prover sem desperdícios a finalidade teorizada como exclusivamente do Estado: distribuição igual de direitos como oportunidades. Algo que pode ser efetuado

através de um contrato social onde todos os membros de uma comunidade contribuem equitativamente com seus rendimentos para a provisão de uma renda básica igual para todos os membros desta comunidade sem nenhuma discriminação sobre o valor absoluto de suas contribuições.

TECNOLOGIAS SOCIAIS

Se há uma tecnologia social que prescinde da coerção para executar uma função social essencial, não há porque destituí-la do ambiente em que foi desenvolvida nem aliená-la dos seus desenvolvedores, devendo continuar sob a carga da livre iniciativa da sociedade civil. A questão não é apenas libertar os serviços públicos do arcabouço tributário, mas libertá-los de quaisquer monopólios, governamentais ou não.

De fato, estamos sugerindo a partir do próprio modelo de renda básica em Quatinga Velho, o desenvolvimento de novas tecnologias sociais capazes de criar todo um mercado social, com bens e serviços públicos que os indivíduos não precisam ser obrigados a pagar, mas que poderão ser comprados coletivamente e executados por empresas [associações econômicas] que executem os serviços mais competitivos.

INTERESSE PECUNIÁRIO

A razão que valida a focalização pelo valor — a saber: a participação no sistema é derivada do valor comparativo da renda básica com os ganhos de cada indivíduo — faz da efetivação de uma renda básica [dentro do] valor possível não

seja irrelevante para todos; uma ação válida para se chegar gradualmente a uma renda básica tanto mais próxima do ideal quanto mais significativa esta for se tornando para um número cada vez maior de pessoas.

FOCALIZAÇÃO PELO VALOR

Embora não tenha sido empregado como um critério para que priorizássemos aos mais carentes, em sistemas de autogestão, é possível usar a definição do valor para promover uma expansão estratégica gradual de uma verdadeira renda básica focalizada nos mais carentes; perfeitamente coerente, portanto, com o princípio da incondicionalidade, já que não haveria nenhum processo discriminatório ou impedimento para que qualquer pessoa de uma determinada comunidade viesse a receber a renda básica a partir da manifestação da sua vontade.

Com a focalização pelo valor não é necessário segregar uma mesma comunidade, ou fazer nenhuma tipo de “triagem” dos mais pobres para priorizá-los. Todavia não devemos pulverizar uma mesma renda básica por um grande território.

Primeiro, porque a focalização pelo valor tem sua eficiência reduzida quanto maior for a variação entre os custos de vida dentro de uma mesma localidade — sendo muito mais funcional quando aplicado de forma variável para cada comunidade ou economia local.

E segundo, porque, levando em consideração que a desigualdade social tende a se refletir também na distribuição geográfica da riqueza, podemos fazer um uso muito mais eficiente dos recursos direcionando-os para as áreas mais carentes, ou mais especificamente disponibilizando prioritariamente para as localidades com maior risco social os recursos necessários para a formação e provisão de novas comunidades protegidas pela renda básica.

NÚCLEOS COMUNITÁRIOS

Ainda do ponto de vista estratégico tal disseminação através da multiplicação de núcleos comunitários somada a focalização do valor é válida primeiro porque a polêmica: se devemos ou não pagar uma renda básica para todos; é uma etapa vencida quando passamos a debater de quanto deve ser seu valor; e depois porque uma renda básica significativa para os mais carentes cumpre o papel de libertação das condições de pobreza não só destes que não tem a mínima segurança social, mas de todos, enquanto certeza de que estamos todos livres de tais privações e suas consequências. Ademais politicamente a integração destes núcleos comunitários é muito mais factível do que a espera da formação de uma maioria para só então iniciarmos qualquer execução de uma renda básica incondicional.

ECONOMIAS DE RENDA BÁSICA

Via de regra uma renda básica é melhor provida em espécie, mas mediante a imperfeição dos mercados uma renda básica

fornecida in natura ou como bens e serviços coletivos, não só é perfeitamente válida, mas até mesmo circunstancialmente mais eficiente. Entretanto mesmo diante da imperfeição dos mercados, de todas as possibilidades que o projeto abre, a que nos parece mais promissora é justamente a da viabilidade de se estabelecer um sistema de redistribuição de renda que não seja protagonizado ou mais precisamente monopolizado por instituições governamentais, nem necessariamente sustentado por seus tributos, ou por qualquer tipo de monopólio.

Constituída através de novos contratos sociais executados automaticamente via sistemas bancários, a proposição de que a renda básica pode ser viabilizada de forma sistemática pela livre iniciativa dentro do próprio mercado a partir de sistemas bancários contratados por coletivos, ou mesmo particulares que reconhecem seus interesses comuns (...) agrega um componente fundamental a sua definição empírica, prevendo de forma integrada provisão e financiamento: o produto do sistema livre de contribuições equitativas sobre o rendimento de todos para a provisão de uma renda básica igual para todos.

CONSCIENTIZAÇÃO

Não podemos partir da suposição que aqueles que pagarão mais pela renda básica do irão receber de volta em dinheiro só o farão se forem obrigados. Se pressupomos que precisamos ferir a liberdade de uma parte da população para prover liberdades fundamentais a outra, maioria ou minoria, então

não temos propriamente uma renda básica, nem uma democracia.

E pensar que qualquer estrutura de poder, baseada na força ou na autoridade irá inverter tal situação ao invés de mantê-la ou reforçá-la, é ainda mais ingênuo do que qualquer proposta liberal. Embora não possamos pressupor uma racionalidade absoluta na tomada de decisão, não podemos descartar o impacto do que a demonstração de que os benefícios de uma renda básica não se limitam no seu valor monetário, nem se restringem somente a pessoa que a recebe.

QUANTO?

Valores muito baixos podem não conseguir mobilizar um número suficiente de moradores de modo [desde] que o modelo da democracia direta e autodeterminação não se viabilizem. Sendo o grau de interesse em recebê-lo o principal indicador da relevância do montante e conseqüentemente do possível caráter que este recurso vem a assumir para aquele a que se destina. Não podemos esquecer, que se a renda básica for produto de uma conquista da sociedade civil e não concessão estatal, todo e qualquer valor será importante, pois significará o reconhecimento de um direito inalienável que não poderá mais ser negado.

O que é estrategicamente importantíssimo, porque, não se poderá mais pôr em dúvida a renda básica garantida, ou “quando?”, pois a questão estará em outro nível: o do

“quanto?”. E se neste processo a decisão do “quanto?” for tomada por uma verdadeira comunidade política, isto é, por democracia direta, o único empecilho entre uma renda básica garantida digna ou ideal e sua prática será só a reserva do possível, e não mais a vontade de uma classe governante, eleita, ou não.

De uma maneira geral é importante que o valor médio seja determinado pela comunidade, pois somente ela detém o conhecimento imprescindível para definir com propriedade quais são as necessidades básicas, e considerando juntamente com os recursos financeiros disponíveis, definir democraticamente seu valor. Na prática, o valor real da renda básica jamais corresponderá diretamente às necessidades comuns relativas, médias, mínimas ideais, ou qual for a sua base, a renda básica determinada em liberdade e democracia será o produto destas necessidades confrontadas à reserva do possível, ou seja, limitadas tão somente pelos recursos materiais e financeiros disponíveis.

PROJETO-PILOTO INDEPENDENTE

Ao desenhar o projeto-piloto de Quatinga Velho nosso objetivo central era colocar em prática o pagamento de uma Renda básica garantida, até mesmo porque o simples fato de fazê-lo, enquanto representantes da sociedade civil, já representava uma quebra de importante paradigma que colocava a renda básica de cidadania entre utopias: a noção de que nenhum cidadão estaria disposto a financiar uma renda básica de

cidadania para os demais e que, portanto esta deveria ser objeto de políticas governamentais impositivas.

Outro elemento importante era a demonstração da possibilidade de se realizar um projeto sem a necessidade de grandes somas, principalmente se seguindo o espírito de simplicidade da renda básica de cidadania eliminasse todos os custos relacionados a qualquer controle que pudesse redundar em burocracia. Quatinga Velho era desenhada para demonstrar que a renda básica de cidadania poderia nascer de forma gradual, mas enquanto renda básica de cidadania, a partir das comunidades periféricas mais carentes, se expandindo não geograficamente, mas se multiplicando em rede até atingir a totalidade da população. Observando em todas as localidades os dois princípios fundamentais para que esta se tornasse universal: a incondicionalidade e a indiscriminação.

RENDA BÁSICA EQUITATIVA

O modelo das comunidades políticas, embora atualmente, não provenha uma renda básica equitativa, ou sequer definida pela própria comunidade, não deixa de fazê-lo por incapacidade, mas tão somente por limitações de recursos financeiros. Quando as reservas financeiras forem suficientes e, sobretudo os núcleos estiverem associados de modo a contribuir com as diferentes necessidades, em diferentes circunstâncias das comunidades e indivíduos será perfeitamente possível caminhar com segurança para este fim, uma renda básica equitativa.

Por exemplo, em assembleia de uma determinada comunidade poderia ser aprovado o pagamento de uma renda maior, para uma pessoa portadora de necessidades especiais, ou uma renda maior, durante certo período de tempo, para uma pessoa em tratamento de saúde. Estes custos extraordinários não precisariam onerar por demais uma comunidade, se esta estivesse associada para cobrir eventualidades, como esta à outras.

Tais custos poderiam ser supridos e absorvidos facilmente dentro de uma rede de seguridade com inúmeras comunidades políticas — não é preciso reinventar a roda — este modelo não precisar ser muito diferente do mutualista, aplicado com bastante sucesso pelas companhias de seguros privado e se não objetivar o lucro, mas seu objetivo verdadeiro de seguridade poderia até mesmo cobrir a reconstrução de toda uma comunidade afetada por um desastre natural.

PLATAFORMA PARA A INOVAÇÃO

Toda inovação tecnológica, material, cultural ou mesmo política, afeta todas as esferas da sociedade, sendo sempre, portanto inovação social. Toda nova tecnologia em princípio é um privilégio de poucos, mas não um privilégio ilegítimo nem pernicioso, pois é em princípio naturalmente raro. Porém o aperfeiçoamento da tecnologia tende a tornar sua produção mais fácil e acessível, ou até mesmo abundante. O que cria a possibilidade de disponibilizá-la sem prejuízo a todos. (...)

Uma tecnologia passa a ser considerada necessidade quando é tão intensivamente utilizada e requisitada que passa a ser condição sine qua non para que um indivíduo tome parte da sociedade. Ora uma vez conquistados, finda a tensão dentro da sociedade e quebrado o monopólio, mais uma vez a sociedade encontra-se em condições ideais para competir pelo desenvolvimento de novas inovações tecnológicas que produzam novas vantagens, que no seu aperfeiçoamento se farão mais uma vez possíveis para todas e quando assim incorporadas à sociedade como direito de todos, e se tornarão base para a formação de um novo ciclo de desenvolvimento e assim por diante: da inovação a universalização, um processo de conquista de direitos.

Quanto mais naturalizada, mais incorporada à base da sociedade for a renda básica, maiores serão as possibilidades de desenvolvimento de novas tecnologias e inovações, materiais e sociais, que darão ensejo a novas conquistas de direitos.

COERÊNCIA

Se tivermos a sincera intenção de fazer da renda básica mais do que um discurso e colocá-la de fato em prática, precisamos, portanto de uma definição de renda básica que não apenas abranja o processo de pagamento, mas também o processo de financiamento. Uma renda básica que minimamente mereça esse nome precisa de fontes de financiamento(...)-congruentes com os princípios que fundamentam a renda

básica — Isto não é preciosismo, nem virtuosismo: a realização do ideal, do objetivo de uma renda básica incondicional não se resume ao pagamento da renda, passa primeiro necessariamente, pela captação dos recursos; e como esta renda será financiada; a viabilização de seus recursos definirá junto com todas conhecidas características de incondicionalidade e universalidade, se esta renda é ou não renda básica.

Por exemplo: não poderemos afirmar que um governo que paga uma renda básica, quando o montante dos tributos impostos nos gêneros básicos é superior á “renda básica”; nem que uma renda proveniente de um Fundo de Investimento que remunera mais os investidores [ou sustenta a instituição ou o corpo de seus membros mais], do que [re]distribui renda, é propriamente uma renda básica.

TRANSPARÊNCIA

O processo ou sistema que viabiliza uma RBC deve estar de acordo com os princípios da renda básica, sob-pena de descaracterizá-la. Pode parecer um princípio evidentemente, mas na prática não é, vide o bolsa-família. Logo, foi de acordo com essa mesma lógica, e não também por virtuosismo que decidimos transferir TODOS os recursos destinados — doações — ao projeto diretamente para a renda básica. 100% das doações para a renda básica.

A renda básica demanda absoluta transparência e simplicidade. Porque transparência exige simplicidade. Separar as fontes de financiamento da renda básica dos custos operacionais não é uma característica fundamental de um sistema de renda básica, mas é um instrumento importantíssimo [de controle] para quem financia o sistema — contribuinte — saiba que a transferência de dinheiro efetuada é de fato renda básica e não subterfúgios para realização de outros interesses, como os acima enumerados.

GIVE DIRECTY

No modelo P2P — people to people — adotado, o financiamento por doações de pessoas físicas sem isenção fiscal, embora não seja um modelo autossustentado, por enquanto, tem um importante componente pedagógico ou de educação política: lembrar que quem financia a RBC nunca é os governos, mas sempre os contribuintes. O governo não pode, portanto ser visto como fonte do bem comum, pois é intermediário, ou melhor, deve ser apenas um meio.

Esse processo de conscientização política: é a essência de uma pedagogia da liberdade, profundamente conexa com o conceito fundamental de incondicionalidade; um processo que busca emancipar o cidadão, retirando-o da condição de alienado de seus direitos políticos e associativos; e instigando-o a abandonar a cidadania tutorada por uma cidadania plena.

Um processo pedagógico que não se efetua tão somente pela aplicação do conceito de democracia direta por meio da comunidade política somente para aqueles que recebem a renda; é uma pedagogia que busca também atingir todos os envolvidos pelo projeto, membros da ONGs e financiadores e até observadores com uma mensagem clara: o ser humano tem em sua essência todas as condições para o seu desenvolvimento, e todas as faculdades para exercer seus direitos e cumprir seus deveres, livre da coação, repressão e privação. A livre iniciativa tanto no plano de quem recebe como no plano de quem paga a renda básica é a essencial para o desenvolvimento da responsabilidade social. E se pensarmos dentro de um modelo universal, como a renda básica o exige, temos que adotar o modelo de contribuições voluntárias ou livres.

LIBERDADE DE COMUNHÃO

Uma sociedade justa não é aquela que impõe igualdade, mas aquela que dispõe igualmente. A igualdade justa só nasce da liberdade, porque assim como ninguém pode obrigar uma pessoa a partilhar o que é seu, ninguém pode impedir que a pessoa compartilhe o que é dela — e de todos — e colha os frutos dessa união. Esta visão fraternal da Humanidade, inclusive como o direito de receber, partilhar e legar a riqueza como uma herança de todos para todos, faz da renda básica direito universal do ser humano tão importante quanto o direito a propriedade.

PARTE V
GOVERNE-SE, ROBINRIGHT, IGREJA
LIBERTÁRIA E OUTROS PROJETOS
DESCULTURALIZADORES



Ⓐ ROBINRIGHT: UMA LICENÇA DE PROPRIEDADE INTELLECTUAL INSPIRADA NA RENDA BÁSICA

PIRATAS SIM, CORSÁRIOS NUNCA!

RobinRight é a licença de propriedade intelectual que usa a própria força estatal e privada contra sua exploração. É uma licença de propriedade livre para pessoas físicas e protegida contra as pessoas jurídicas, ou seja, domínio público para ser copiada, alterada, podendo até mesmo ser comercializada por pessoas físicas sem autorização prévia (desde que se pague os royalties previamente estabelecido), mas completamente reservada contra pessoas jurídicas.

É a inversão do objetivo das leis de copyright: a descriminalização das pessoas e a regulação das corporações.

A pirataria feita por pessoas físicas deixa de ser crime — ficando a critério do autor, cobrar (ou não) sua parte preestabelecida nos lucros. Já a pirataria corsária feita pelas corporações estado-privadas, está sim, responde as suas leis de propriedade.

RobinRight é na prática uma licença livre para quem precisa e paga para quem pode e precisa pagar. E mesmo se as empresas tentarem contornar a proibição usando pessoas físicas, estas também podem ser cobradas pelo autor. Por outro lado o autor não tem incentivos suficientes para cobrar as pessoas que trabalham, por exemplo, como camelos e que não ganham com

a pirataria sequer para bancar o custo da cobrança — ao contrário de quadrilhas empresas e estados.

A pergunta talvez seja então porque usar uma licença para proteger a propriedade intelectual (ainda que parcialmente) se ela não deveria nem existir?

Toda licença de proteção alternativa da propriedade intelectual mesmo se considerando ilegítima a prerrogativa de garantia Estatal uso seu princípio para contrariar para seu objetivo, valendo-se não dos mesmos meios, mas dos seus próprios meios e força contra a própria agressão. Um *jiu jitsu* intelectual.

Se o copyleft usa desta prerrogativa para que ninguém se aproprie de forma exclusiva de uma criação posta como domínio público, ou mais precisamente a tome para criar derivações comerciais. RobinRight está preocupado em separar o joio do trigo, entendendo que o processo de apropriação do capital seja ele natural ou intelectual se dá pelo subsídio jurídico do Estado, na formação de estruturas corporativas com direitos similares aos das pessoas naturais.

Nossa preocupação (ReCivitas) é, portanto impedir como o copyleft que as pessoas jurídicas comercializem a obra do autor, mas não a sua revelia. E principalmente não impedir que as pessoas mais pobres que ainda hoje vivem da pirataria sejam passíveis de penalização ou impedidas de terem ganhos econômicos para competir com aqueles que já detém o capital.

RobinRight é, portanto uma licença com razões descriminalização da pirataria e de redistribuição econômica.

Não concordo plenamente que a propriedade intelectual por não ser uma propriedade natural não deveria existir. Creio que toda propriedade natural é legítima por natureza, mas as propriedades artificiais- intelectuais ou não- só são socialmente legítimas quando reconhecida por um acordo de paz entre todos os interessados nela.

Na natureza há três tipos de propriedades: a de todo mundo que em verdade é de ninguém; a de alguém; e a de alguns -e isso enquanto ele está em paz, porque se pacificamente é possível se apropriar de algo e em paz ficar com ele, violentamente é possível tomá-lo e perde-lo. E na sociedade criada justamente para que ninguém perca nem tome nada de ninguém a força, há também três tipos de propriedade: a particular, a pública e a natural. A propriedade natural também é uma propriedade pública, mas não para ser deste ou daquele, mas para continuar a ser ao mesmo tempo de todos, ou seja, de ninguém.

Em sociedade de paz todas as formas de propriedade que podem ser instituídas consensualmente sem violência ou privação de ninguém devem ser legitimadas e protegidas. Assim como aquelas posses ou impedimentos de apropriação que carecem da violência ou coerção devem ser terminantemente proibidos. Logo a propriedade intelectual

que não carece de violência para ser reconhecida pode ser voluntariamente constituída, mas que precisa de violência para ser protegida não.

Cópias sobre publicações acontecem. O que uma sociedade de paz que quer garantir a integridade de informações, conteúdo, ou até mesmo prever ressarcimento financeiro aos criadores pode fazer é adotar sanções ou boicotes não-violentos contra aqueles que não aceitam ou respeitam seus contratos sociais, mas não pode usar da força ou coerção para tentar impedir que uma pessoa que não concorde com seus termos tenha acesso aos suas liberdades e direitos naturais- inclusive de propriedade! Ou seja, as sanções sobre violações de propriedade intelectuais jamais podem interferir no acesso aos recursos naturais e meios vitais que compõem os direitos fundamentais da pessoa.

Mas então por que sociedades baseados na livre comunhão de paz adotariam a propriedade intelectual?

Não sei. Particularmente creio que existam formas mais interessantes de se incentivar a inovação sem ter que se preocupar com ganhos, como por exemplo, sistemas de renda básica e fundos de desenvolvimento baseados em *equity crowdfunding*, por exemplo. Mas isso é o que o MEU CREDO ECONÔMICO. Se pessoas livres quiserem voluntariamente acordar para pagar e cobrar individualmente por cada cópia ou adotar sanções não-violentas contra quem não quer participar

da sua sociedade, até mesmo não negociando mais com elas, está é tanto uma decisão que pertence a elas, quanto elas não tem nenhum direito de impô-la a mim.

Isto quer dizer que os direitos proprietários intelectuais ou materiais que uma sociedade possui é composto pela soma dos bens particulares de todos seus membros e não-membros, logo toda sanção que se aplique contra um indivíduo não pode implicar em privação das suas propriedades particulares nem o acesso difuso ao bem comum. Do contrário isto significaria a imposição da violência da posse exclusiva do bem comum, a propriedade artificial e ilegítima de um grupo de supremacista contra os segregados e dissidentes.

Logo acredito que em sociedades pós-estatais a propriedade mantida com o subsídio da violência tanto estatal quanto privada cairão em desuso por uma relação de custo e benefício, sendo substituídos pelas propriedades consensuais e voluntárias estabelecidas das mais variadas possíveis estabelecidas por contratos sociais e estados libertários de paz.

RobinRight é portanto uma licença pensada para o hoje e para nós: servos e escravos, enquanto presos a esse modelo, neste arcabouço estatal e sua leis. É apenas uma chave para esse programa, um vírus dentro deste sistema estatal. Não a única, mas uma das estratégias disruptivas de atuação para quem não

pode escapar e tem de atuar dentro do sistema, mas não quer ser um mero autômato ou servidor burro.

RobinRight atua como um licença de dupla face, protegendo o autor e o usuário sempre do mesmos corsários mas em dilemas muito bem distintas:

Tanto abrir completamente a propriedade a apropriação corporativa sem custos quanto impedir completamente sua comercialização do ponto de vista econômico de quem não tem onde cair morto dá no mesmo. E é por isso mesmo que não é incomum ver muitos dos criadores pobres ou de países periféricos quer “proprietários” ou não terminando por ter que ganhar seu pão nas mesmas companhias que se apropriam direta ou diretamente das suas ideias ou códigos. Isto para não dizer o óbvio: que se apropriam deles e não como criadores, e sim como pessoas que precisam ganhar o seu pão.

Tanto manter todos os direitos reservados quanto abri-los para uso não-comercial, nem garante que os criadores ganharão como sua obra nem impede que não lucrem ou explorem os outros com o uso “não- comercialmente” de suas obras em suas empresas comerciais.

RobinRight é uma licença desenhada contra os corsários as corporações e não contra os piratas. Enquanto não existirem sociedades e meios alternativos de um artista ou criador se sustentar é preciso dar meios aos criadores para que eles

enquadrem as corporações, ao mesmo tempo que se descriminaliza toda comercialização de sua obra por pessoas físicas que vendem cópias de suas obras por trocados em bancas de jornais e camelôs. Pois é, nem todo o planeta tem conexão para baixar uma obra pirata, ainda há lugares onde o custo de marginal da vida nem o da reprodução não é zero e tem gente que ganha e sobrevive vendendo produtos na informalidade.

Em suma, RobinRight não impede a cópia nem criminaliza a comercialização desde que você seja uma pessoa física, até porque o estado foi criado para perseguir as pessoas que não tem dinheiro para esconder-se atrás de pessoas jurídicas e sua burocracia estatal.

RobinRight: Livre para as pessoas totalmente protegida contra as empresas e estados. Piratas sim. Corsários não.

SEASTEADING

Somos um dos embaixadores do Seasteading.org no Brasil. E o presente artigo trata não só das necessidades das plataformas mas de certa forma em qualquer território geopolítico:

DA NECESSIDADE DE SISTEMAS DE GARANTIA DA VIDA E ECOSISTEMA INDEPENDENTE DA MORALIDADE E CAPACIDADE PRODUTIVA

O vinculação da manutenção do ecossistema a capacidade de produção e ao trabalho resultará eventualmente em extinção dos habitantes seja do ecossistema artificial ou natural.

Um ecossistema não se sustenta pela capacidade dos seus componentes de preservá-lo, mas pela sua invulnerabilidade da fonte primária de energia aos danos e consumo.

Se a preservação dos meios ambientais preserva o ecossistema é a geração independente dos meios vitais que permite a manutenção da vida como diversidade. Onde a sobrevivência do habitat está condicionada a capacidade dos habitantes em sustentar-se ou pior sustentar todo o seu meio ambiente é apenas uma questão de tempo até a colônia ou a espécie desaparecer em disputa ou escassez de meios vitais.

Regras de proteção e preservação do meio ambiente são essenciais e podem otimizar a sobrevivência dos habitantes, ou até mesmo sustentar fontes secundárias de vida, mas se a fonte primária de geração da vida ou energia não for

autossuficiente, imune e capaz de suportar os impactos gerados pela população da plataforma, a vida dentro do ecossistema natural ou artificial tende a extinção.

De fato não só a geração da fonte primária de energia de todo ecossistema não pode depender dos indivíduos como todo ecossistema não pode depender prioritariamente da produção (econômica) dos indivíduos. Se cada criatura dependesse única e exclusivamente do seu esforço e não da abundância natural dos recursos mais básicos e vitais, o constante estado de risco levaria não só ao reiterado conflito, mas a extinção.

O Sol, a base de toda vida na terra não é dada de graça nem cobrada; e a persistência em juízos de valor fictícios sobre tais valores e meios naturais como a água ou terra nos levará não apenas a rarificá-los artificialmente mas a extingui-los como natureza.

Não haveria nenhuma forma de vida se os meios e recursos fundamentais geradores da vida fossem propriedade ou responsabilidade das criaturas que dependem dele. Quanto maior o custo para adquirir os meios vitais menos garantida é a subsistência e quanto menos garantida é a subsistência de cada membro da espécie, maior é a possibilidade da sua extinção.

Logo o ecossistema deve não apenas garantir fontes primárias de energia e subsistência absolutamente abundantes e incondicionais, mas o acesso aos meios de auto sustentação da

vitais sem nenhum impedimento. A provisão e acesso incondicional aos bens comuns e provisão dos meios vitais devem ser garantidos a cada pessoa que habite esta plataforma incondicionalmente enquanto esta existir e eles pretenderem viver e conviver socialmente em paz.

Claro que por não monopolizar todos os espaços naturais necessários a subsistência, a plataforma não precisa se arroga a obrigação de manter a guarda das pessoas que não queiram tomar parte de suas sociedades. E mesmo podendo exigir um alto grau não apenas de moralidade mas de desempenho e produtividade de todos os seus habitantes, por poder simplesmente devolver ao continente as pessoas que não cumpram seus compromissos sociais voluntários, não podem simplesmente expulsar dissidentes pacíficos ou obrigá-los com tal coação a aderir a “vontades coletivas”.

Cair nesta tentação é o mesmo que encerrar a experiência dos Seasteading na ditadura das tecnocracias. Decair nesta ideologia totalitária é renunciar as plataformas Seasteading como novos mundos. Sem a pretensão de emular tecnologia e socialmente a vida em sua ordem natural e livre as plataformas e nunca serão uma rede de eco cidades no mar capazes de dar suporte a vida como uma novo território livre, mas tão somente um posto avançado de colonização das velhas civilizações e suas *pax imperial*.

Independente do espaço continental ou não, a capacidade de um novo meio ambiente para dar suporte a vida, deve comportar o incentivo que todo novo mundo possui: a possibilidade de cada pessoa construir sua própria rede de valores, pensamentos e propriedades de acordo com sua livre vontade e comunhão de paz.

A grande propriedade da vida natural é que ela, ao contrario dos Estados corporativos artificiais (hobbesianos) não são ditaduras da escassez planejada ou da predeterminação das possibilidades meios ou valores. Nos mundos são e precisam ser os meios ambientes próprios para a vida e liberdade, e não para a extração de recursos e trabalho, devem ser feitos de abundancia e incondicionalidade dos meios necessários a autodeterminação auto-organização e inovação.

A vida e o desenvolvimento são fundada nas evoluções e revoluções; na inovação dada pela coexistência e concorrência pacífica de paradigmas não apenas científicos, mas sobretudo econômicos religiosos e políticos, na coexistência de toda diversidade de culto e cultura sem discriminações ou prerrogativas supremacistas de nenhum tipo. Se o planeta fosse reduzido as fronteiras geopolíticas de um único país ou cultura, o supremacismo do culto aos absolutos reduziria a diversidade exatamente como faz toda espécie carnívora fechada dentro das fronteiras de uma ilha até o limite da sua própria predação. *Homo homini lupus.*

Logo ao mesmo tempo que plataforma de vida da Seasteading deve estar além do alcance das preceitos e preconceções dos seus habitantes, os habitantes devem a todo tempo, a toda geração ter o direito de formular suas sociedades e comunhões de paz. Os contratos sociais que regem uma mesma plataforma ou rede delas devem ser leis vivas, em permanente formulações pelas gerações humanas com plena liberdade de associação e dissociação e livre negociação dos seus interesses comuns.

E assim se é então pela paz e liberdade em tempo real que deve se reger cada plataforma e seus habitantes há portanto um compromisso tácito exigido de todos: a intolerância contra a violência e os projetos de poder, sobretudo como privação dos meios necessários que levam os seres a luta pela subsistência ou aliciamento aos exércitos alienados do poder até a destruição dos seus meios de vida e ambientes.

Cada Seasteading, portanto deve emular tanto com estado de segurança social quanto ecossistema a propriedade e provisão dos direitos naturais. Não apenas na provisão dos recursos da natureza, mas na possibilidade da absoluta liberdade de expressão de pensamento, negociação e sociedades desde que de paz. Deve ser uma república libertária pronta inclusive para se sustentar de forma independente e sim reintroduzir e disseminar a vida livre e a liberdade nos velhos continentes.

A colonização de territórios inóspitos, e a construção de ecossistemas artificiais demanda, portanto a superação do paradigma estatal do trabalho, ou mais precisamente a constituição de habitats que emulem a sustentação das formas de vida pelo mesmo princípio do mundo natural, isto é: a provisão dos meios vitais não condicionada a moralidade, a produtividade nem a capacidade dos seus habitantes. A plataforma de sustentação da vida deverá ser capaz de prover incondicionalmente os recursos necessários na medida suficiente, mas em quantidade abundante para todos os habitantes sendo por consequente dever de cada um deles preservar e proteger esse sistema de sustentação da vida como meio vital e ambiental.

Todas as pessoas naturais são iguais em autoridade sobre o bem comum. E devem garantir-se mutuamente os meios e recursos básicos necessários para exercer seu direito de autodeterminação sobre sua vida particular, quanto participar das decisões sobre o bem comum.

Autopreservação como princípio. auto-organização como meio. E auto-sustentação como finalidade. Mas antes de tudo há que se ter coragem e a coragem que só as pessoas de fé têm para revolucionar ou construir os novos mundos. Sim fé, mas não nos dogmas e de poder e senhores da terra, há que se ter fé na Liberdade. Porque se viver é preciso, navegar também o é.

V: GOVERNE-SE! PROGRAMA E CÓDIGOS DE DEMOCRACIA DIRETA PARA SEUS DESENVOLVEDORES

Finalmente: O código e a plataforma Governar-estão disponíveis para os desenvolvedores

As eleições acabaram. Os governos não governaram. Uns caíram outros vão subir. E você sabe eu sei tudo vai continuar na mesma. E se você está perguntado o que eles vão fazer agora, você está fazendo a pergunta errada. A pergunta é o que você vai fazer agora? Você sabe eu também sei, esta é exatamente a mesma pergunta de antes e será a mesma de sempre enquanto ainda formos os mesmos e vivermos como nossos pais.

Não existem salvadores da pátria, ou melhor, existem até virarem o próximo líder. Precisamos nos livrar do “custo político” e ele não tem rosto, nem partido, ele é amorfo, é a própria possessão compulsiva pelo poder encarnada em cada persona sem caráter em seus sorrisos e mandatos ilegítimos. Todos sabemos a resposta, precisamos nos livrar dos parasitas da sociedade de todos atravessadores, corruptos e burocratas que monopolizam o bem comum e consomem os recursos que todos sabem onde deviam estar, mas que nunca chega onde deve. A pergunta que nós, desde o primeiro Congresso de Democracia Direta Digital não só não nos fazemos, mas temos trabalhado para trazer respostas.

A pobreza é a riqueza do poder. Não se engane, governos não distribuem rendas, bens ou serviços, cultivam territórios onde as pessoas dependem deles para **não** ter seus direitos garantidos, mas sim concedidos como benesses a quem se submete ao regime, ao status quo, e não só os governos populistas mas os liberais. O populismo é o filho descarado do liberalismo, da arte de roubar propriedades em parcelas e sequestrar liberdades naturais para devolver como desproibições, liberações, autorizações e concessões, donos das benesses e títulos contra os pagadores de tributos aos césaes. E quem não tem ouro pior, paga com servidão política.

Depois de distribuir dinheiro por 6 anos para uma comunidade sem pedir nem exigir nada em troca, aprendi uma lição valiosa, o problema não estão nos recursos que você destina a quem precisa, mas sim na relação de dependência de quem intermedia o poder político e econômico. O problema não é a renda de emancipação, mas o contra emancipador, o paternalista, o clientelista, o autoritário, o caudilho, o supremacista, o segregacionista, o eugenista, fanáticos políticos e religiosos, o problema está no intermediário, no espaço deixado pela sociedade, pelo vazio da falta de solidariedade, da falta de conexão direta, de democracia direta que é ocupada pela pior espécie de alienado: aquele que realmente acredita que a liberdade deve ser sacrificada em nome do poder, seu poder.

Governe-se é a solução? É claro que não, é uma ferramenta. Governe-se é só uma rede social de internet, uma plataforma de crowdfund vazia. Mais um entre tantos instrumentos que a sociedade pode utilizar para garantir seu direito a autodeterminação e soberania, sem tiranos e corruptos. A vantagem é que ela foi pensada de acordo com o princípio libertário: *Não apenas os povos, mas cada pessoa em comunhão de paz tem o direito inalienável a sua soberania e autodeterminação.*

Governe-se é uma plataforma de crowdfunding que permite que as pessoas e comunidades não fiquem implorando aos seus supostos governos e representantes que resolvam seus problemas, mas que elas se unam, dividam e economizam os custos que pagariam mais caro quando passado pelas mãos e custo político da máquina estatal, encontrem profissionais de fato capacitados para resolver seus problemas fora do monopólio estatal sobre a provisão de bens e serviços do seu bem comum. E votem no melhor orçamento e solução. Enfim, exerçam o direito inalienável e sagrado dentro de uma sociedade e mundo livre: a autodeterminação da alocação dos seus próprios recursos, tanto particulares quanto comuns.

Você sabe: existe um abismo entre a demanda do cidadão carente por serviços sociais, do contribuinte e dos serviços públicos de fato prestados- e por vezes nem sequer prestados. Muitos sites de e-democracia funcionam e bem como pressão da opinião pública sobre os políticos e as instituições, muitas

vezes de forma bem mais eficiente que as grandes mídias de informação (sabidamente vendidas) ou as redes sociais altamente (mais do que suspeitas). Mas mesmo assim estes sites contam ainda muito com a boa vontade, honestidade e autofiscalização das instituições e governantes, ou seja ainda acreditam em contos de fada.

No governe-se ao contrário, nem perdemos tempo em fazer nossas demandas ao poder publico (ele é aberto para que os agentes governamentais entrem como técnicos e cumpram sua responsabilidade, mas não é com isso nem com eles que contamos). O governe-se foi desenhado para ser uma plataforma de auto-governança; um mercado social triangulado que funciona assim (e aqui é importante esquematizar o projeto):

1. O cidadão como indivíduo carente por solução gera uma demanda social aberta a todos. Não importa que não tenha dinheiro ou sabia como resolvê-la. Ele é o povo é tem a METIS o conhecimento único e mais importante de todos, ele sabe o que DEVE E PRECISA SER FEITO por sabe onde o calo aperta. E pode se juntar a outros que tem o mesmo problema.
2. Quem tem o conhecimento profissional, os gestores públicos que não precisam estar subordinados a hierarquia político-partidária podem apresentar seus projetos técnicos sejam para solução pontual ou administração pública das demandas sociais,

apresentando seu respectivo orçamento. Eles tem a TEKNE e sabem como fazer e consertar sapato, mas não tem o recursos para tanto.

3. E finalmente o POVO obviamente não mais como cidadão sozinho que carece de ajuda ou da resolução do problema, mas todo cidadão dotado da inteligência solidária e de uma renda no mínimo para poder contribuir com a solução senão dos problema públicos que lhe interessam como causa social, dos seus próprios problemas comuns tem o poder para via democracia direta votar no melhor projeto, e abri-lo para ser aprovado pelo restante do povo via crowdfunding. Esta instancia é o como como Cratos.

Assim desta triangulação de interesses onde os cidadãos mantem o controle permanente e direto sobre o poder de alocação de recursos, do orçamento publico sem repassa-lo a priori mas somente com sua aprovação em tempo real, com o poder inclusive de formar grupos para financiar diretamente suas causas e serviços sociais e gestões públicas independentes é que começamos a constituir na pratica uma cidadania mais plena e que exgie não apenas renda básica, mas a democratização do acesso a internet.

Agora sim podemos influenciar não só o poder governamental com sua capacidade socioeconômica, mas literalmente bancar a produção de um mercado social competitivo e capacitado para atender a imensa demanda da sociedade por serviços e

bens públicos desmonopolizados. Um sistema desintermediação político-econômico onde as pessoas funcionam como seus próprios bancos, ou melhor, rede de bancos fiduciários que podem escolher a qualquer tempo tanto seus gestores públicos quanto quais projetos sociais querem ou não financiar. E isto sem precisar formar ditaduras de maiorias ou impedir as ações das minorias ou indivíduos independentes. Um estado mais livre e uma democracia mais direta onde o consenso necessário não se forma pela constrição ou contribuição compulsória, mas pelos debates, acordos e negociações de paz entre todos os grupos participantes destas redes cidadãs.

Digo redes cidadãs, porque em coerência com os princípios libertários e democráticos deste projeto, nós do ReCivitas neste momento em que lançamos enfim o sistema Governe-se para mundo, tomamos a decisão de fazê-lo como plataforma como código aberto, um sistema livre e biblioteca de códigos para que qualquer um possa copiado e alterado desenvolver e até comercializado sua própria plataforma de auto governo de acordo como os termos da nossa licença RobinRight. Governe-se.com . Porque quem não se governa é governado.

